



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Relatório de Gestão do Exercício de 2013

Brasília/DF
2014

Prestação de Contas Ordinárias Anual
Relatório de Gestão do exercício de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado ao órgão de controle interno e externo, como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão: Diretoria-Geral, com o apoio das demais unidades do CNJ.

Brasília/DF
2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	11
1.1 Identificação do Conselho Nacional de Justiça.....	11
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	15
1.3 Organograma Funcional	15
1.4 Macroprocessos Finalísticos e forma de condução no Exercício de 2013	28
1.5 Principais macroprocessos de apoio.....	30
1.6 Principais Parceiros	30
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	33
2.1 Planejamento da unidade.....	33
2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	40
2.3. Informações sobre outros resultados da gestão	60
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE	65
3.1 Unidade de Controle Interno do CNJ	65
3.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos.....	69
3.3 Sistema de Correição.....	72
3.4 Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere a governança e controles internos	74
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	76
4.1 Execução das despesas	76
4.1.1 Programação.....	76
4.1.2 Movimentação de créditos	79
4.1.3 Realização da Despesa	80
4.2 Movimentação e saldos de restos a pagar	85
4.3 Transferências de recursos	87
4.4 Suprimento de fundos.....	90
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	94
5.1 Estrutura de Pessoal do CNJ	94
5.2 Terceirização de Mão de Obra empregada.....	108
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	112
6.1 Gestão da frota de veículos do CNJ	112
6.2 Gestão do Patrimônio imobiliário	113
7. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DO CNJ	116
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	119
9. CONFORMIDADES E TRATAMENTOS DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	125
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	125
9.2 Informações sobre a atuação da unidade de auditoria.....	127
9.3 Declarações de bens e rendas	128
9.4 Atualização de dados no SIASG	129
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	131
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	136

11.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público	136
11.2 Declaração do contador responsável	137
CONCLUSÃO	138
ANEXOS	139
Anexo I – Relação dos Pregões Eletrônicos realizados em 2013.	140
Anexo II – Pesquisa de satisfação de usuário	143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Identificação do Conselho Nacional de Justiça.....	11
Quadro 2. Ação 00H7-Contribuição da União para o custeio do regime de previdência dos servidores	40
Quadro 3. Ação 0C04 - Provimento de Cargos e Funções.....	41
Quadro 4. Ação 09HB-Contribuição da União para o custeio da previdência dos servidores públicos	41
Quadro 5. Ação 20TP – Pagamento de pessoal	42
Quadro 6. Ação 2004 – Assistência médica e odontológica	42
Quadro 7. Ação 2011 – Auxílio-transporte.....	43
Quadro 8. Ação 2010 – Assistência pré-escolar	44
Quadro 9. Ação 2012 – Auxílio-alimentação.....	45
Quadro 10. Ação 2549 – Comunicação e divulgação institucional	46
Quadro 11. Ação 2B65 – Apreciação e Julgamento de Processos Administrativos.....	47
Quadro 12. Ação 137I – Construção do Edifício-Sede do CNJ.....	55
Quadro 13. Ação 11E6 – Implantação do E-jus.....	55
Quadro 14. Ação 1K27 – Modernização da infraestrutura de TI.....	56
Quadro 15. Ação 00LF – Contribuição da União para a Previdência Complementar.	58
Quadro 16. Ação 4091 – Capacitação de recursos humanos.	59
Quadro 17. Ação 2B66 – Coordenação Nacional de Estatísticas e Pesquisas	59
Quadro 18. Avaliação do Sistema de Controles Internos do CNJ.	69
Quadro 19. Programação de Despesas	76
Quadro 20. Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	79
Quadro 21. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	80
Quadro 22. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	82
Quadro 23. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	84
Quadro 24. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	84
Quadro 25. Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	85
Quadro 26. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	87
Quadro 27. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	89
Quadro 28. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.	89
Quadro 29. Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	90
Quadro 30. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”).....	91
Quadro 31. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B”)	92
Quadro 32. Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	95
Quadro 33. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	95
Quadro 34. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	96
Quadro 35. Quantitativo Percentual dos Cargos em Comissão (Posição em 31/12/2013)	96
Quadro 36. Quantitativo Percentual das Funções Comissionadas (Posição em 31/12/2013).....	97
Quadro 37. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12.....	98
Quadro 38. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	98

Quadro 39. Custos de Pessoal do CNJ. (Quadro A.5.1.3).....	100
Quadro 40. Atos sujeitos ao registro do TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	104
Quadro 41. Atos sujeitos à comunicação ao TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	104
Quadro 42. Atos sujeitos à comunicação ao TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	104
Quadro 43. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.	108
Quadro 44. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.	109
Quadro 45. Composição do quadro de estagiários	110
Quadro 46. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união	113
Quadro 47. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do CNJ	114
Quadro 48. Gestão da Tecnologia da Informação do CNJ.....	116
Quadro 49. Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	121
Quadro 50. Consumo de papel, água e energia elétrica	123
Quadro 51. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	125
Quadro 52. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	126
Quadro 53. Demonstrativo do cumprimento, por autoridade se servidores da UJ, da Obrigação de entregar a DBR.....	128

INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão integrante do Poder Judiciário, criado pela Emenda Constitucional (EC) nº 45, de 30/12/2004, alterada pela EC nº 61, de 11/11/2009, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira dos órgãos do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, nos termos do art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal.

As principais iniciativas desenvolvidas no âmbito do CNJ, durante o ano de 2013, catalogadas neste Relatório, estão articuladas com os objetivos previstos no Plano Estratégico do Conselho, nos termos da Portaria nº 18, de 19 de fevereiro de 2010.

No ano de 2013, a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi marcada por diversas ações que buscaram conferir maior transparência e eficiência ao Poder Judiciário, com ênfase no combate à corrupção e no estabelecimento de regras voltadas à moralidade dos órgãos judiciais.

Foram dezenove metas traçadas para esse ano, entre as quais se destacam o monitoramento do cumprimento da Resolução n. 156, de 8 de agosto de 2012, que exige “ficha limpa” para os ocupantes de cargos comissionados no Judiciário, assim como o fortalecimento das estruturas de controles internos dos Tribunais brasileiros (Meta 16/2013), medidas essenciais à melhoria da qualidade do gasto público da Justiça, que superou, em 2013, os R\$ 60 bilhões de reais.

Os resultados das metas também apontam para a boa produtividade dos magistrados nesse ano, com destaque para o julgamento dos processos mais antigos, resposta aos anseios da sociedade por um Judiciário mais célere. Ademais, atenção especial foi dada pela magistratura brasileira às ações de improbidade e crimes contra a administração pública, em observância ao que determinou a Meta 18/2013, que favoreceu a solução célere de cerca de 30 mil ações judiciais sobre esse tema em 2013.

O fomento à criação de varas especializadas em saúde, a ampliação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e os programas de capacitação de servidores foram algumas das medidas tomadas que contribuíram para a consolidação de um Judiciário mais profissional e voltado às demandas dos cidadãos.

Merecem destaque os Mutirões Carcerários realizados pelo CNJ em diversos estados, a fiscalização das unidades de internação de jovens em conflito com a lei e as negociações com o Poder Executivo, com vistas à melhoria do sistema penal e do sistema de execução de medidas socioeducativas.

Para definir as prioridades de 2014, os presidentes dos 90 Tribunais brasileiros reuniram-se em novembro, na cidade de Belém/PA, e sob a coordenação do CNJ, aprovaram metas que direcionarão magistrados e servidores em 2014 para o alcance de maior efetividade na prestação jurisdicional.

No VII Encontro Nacional do Judiciário, os presidentes ainda aprovaram macrodesafios que vão nortear as atividades do Poder Judiciário de 2015 até 2020. Além de manter as prioridades de combate à corrupção e à improbidade administrativa, a celeridade e a produtividade e a melhoria da infraestrutura tecnológica do Judiciário, fazem parte da estratégia para os próximos anos a melhoria do sistema de justiça criminal e a maior racionalização das demandas repetitivas e das dos grandes litigantes. Em Belém, os presidentes dos Tribunais também acordaram sobre a necessidade do aperfeiçoamento dos serviços judiciais de primeira instância e a equalização dos recursos humanos, orçamentários, patrimoniais e de tecnologia da informação entre o primeiro e o segundo grau, compromisso consolidado em uma política nacional a ser efetivada a partir do ano que vem.

Essas iniciativas buscam dar concretude à missão do Conselho Nacional de Justiça, qual seja, contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da sociedade.

Dever de prestar contas e estrutura do relatório de gestão

O CNJ, no cumprimento do seu dever de prestar contas, conforme art. 70 da Constituição Federal, apresenta ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à sociedade brasileira o presente relatório, que demonstra as práticas reais de sua gestão empreendidas no exercício de 2013 e propicia uma visão completa por meio de elementos e demonstrativos que evidenciam a regular aplicação dos recursos públicos destinados ao CNJ.

Na primeira parte do Relatório de Gestão será exposto como o CNJ está internamente estruturado, visando possibilitar o conhecimento dos vínculos entre as diversas unidades, bem como uma visão geral acerca dos macroprocessos pelos quais cada unidade é responsável.

Na sequência, serão apresentados os conteúdos exigidos pela Decisão Normativa – TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, observando-se ainda as orientações da Portaria – TCU nº 175, de 9 de julho de 2013.

Conforme classificação contida no Anexo I da DN TCU nº 127/2013, o relatório de gestão será apresentado individualmente.

Cumpra esclarecer que não foram prestadas informações sobre os itens 4.2, 4.7, 6.3, 9.3 e 12 da DN nº 127/2013, pelos motivos a seguir expostos:

- o CNJ não possui passivos por insuficiência de créditos ou recursos (item 4.2);
- o Conselho é órgão de natureza administrativa e, portanto, não gere precatórios, conforme art. 100 da Constituição Federal (4.7). Dessa forma, não foram preenchidos os quadros exigidos pela Portaria TCU n. 175/2013;
- O CNJ não possui imóveis locados de terceiros (item 6.3);
- O CNJ presta contas diretamente ao Tribunal de Contas da União, não se vinculando a órgão de controle interno (item 9.3);
- todas as informações relevantes estão contempladas neste Relatório, motivo pelo qual não serão apresentadas informações complementares (item 12).

Parte A – Conteúdo Geral

Informações Gerais Sobre a Gestão

Identificação e Atributos do Conselho Nacional de Justiça

Item 1- Parte A, do Anexo II da DN n° 127/2013

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

1.1 Identificação do Conselho Nacional de Justiça

O Quadro 1 é composto por informações que permitem identificar de forma precisa o CNJ.

Quadro 1. Identificação do Conselho Nacional de Justiça.

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Não se aplica		Código SIORG: Não se aplica	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Conselho Nacional de Justiça			
Denominação abreviada: CNJ			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: 17.101	Código SIAFI: 040003	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão do Poder Judiciário da União – Administração Direta			
Principal Atividade: Justiça		Código CNAE: 84.23-0-00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2326-4924 Diretoria-Geral	(061) 2326-4754 Secretaria-Geral	(061) 2326-4852 Secretaria de Controle Interno
E-mail: diretoriageralcnj@cnj.jus.br			
Página na Internet: http://www.cnj.jus.br			
Endereço Postal: 1) Praça dos Três Poderes, Anexo I do Supremo Tribunal Federal, CEP: 70.175-901, Brasília/DF. 2) SEPN 514, Bloco “B”, Lote 7, CEP: 70.760-542, Brasília/DF.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação da Unidade Jurisdicionada			
<p>O Conselho Nacional de Justiça foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 30/12/2004, alterada pela EC nº 61, 11/11/2009.</p> <p>A Lei nº 11.618, de 19/12/2007, e a Lei nº 12.463, de 4/7/2011, dispõem sobre a criação de cargos e funções no quadro de pessoal do Conselho Nacional de Justiça, indispensáveis para sua estruturação interna, com vistas ao cumprimento de sua missão institucional.</p> <p>A Lei nº 11.364, de 26/10/2006, criou o Departamento de Pesquisas Judiciárias, com o objetivo de desenvolver pesquisas, estudos e sistemas de informação para aprimoramento do Poder Judiciário e para fornecer suporte técnico e institucional às ações do CNJ.</p> <p>A Lei nº 11.365, de 26/10/2006, dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>A Lei nº 12.106, de 2/12/2009, criou o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, com o objetivo de, dentre outros correlatos, monitorar e fiscalizar o cumprimento das recomendações e resoluções do Conselho Nacional de Justiça em relação à prisão provisória e definitiva, medida de segurança e de internação de adolescentes.</p> <p>A Lei nº 12.463/11, que ampliou a estrutura de cargos e de funções no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<p>O Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça foi aprovado na 79ª Sessão Ordinária de 3/3/2009 e foi alterado por meio da Emenda Regimental nº 1 de 9/3/2010.</p> <p>Resoluções sobre temas relacionados à Gestão</p> <ul style="list-style-type: none"> Resolução nº 49, de 18/12/2007 <p>Dispõe sobre a organização de Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário, relacionados no art. 92 incisos II ao VII da Constituição da República Federativa do Brasil. Publicada no DJE/CNJ, de 9/1/2009, p.1.</p> <ul style="list-style-type: none"> Resolução nº 70, de 18/3/2009 <p>Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.</p>			

Publicado no DOU, Seção 1, de 24/3/2009, p. 89-91.

- Resolução nº 90, de 29/9/2009

Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.

Publicada no DOU, Seção 1, de 9/10/2009, p. 241-242, e no DJE/CNJ nº 172/2009, de 9/10/09, p. 2-5.

- Resolução nº 95, de 29/10/2009

Dispõe sobre a transição dos cargos de direção nos Órgãos do Poder Judiciário. Publicada no DOU, Seção 1, de 25/11/2009, p. 95, e no DJE/CNJ nº 202/2009, em 26/11/09, p. 2.

- Resolução nº 99, de 24/11/2009

Institui o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação no âmbito do Poder Judiciário. Publicada no DOU, Seção 1, em 3/12/2009, p. 128-130, no DJE/CNJ nº 206/2009, em 3/12/2009, p. 3-4/14-33, e retificada no DOU, Seção 1, em 7/12/2009, p. 104.

- Resolução nº 136, de 13/7/2011

Altera a Resolução nº 90, de 29 de setembro de 2009, que dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário. Publicada no DJE/CNJ nº 130/2011, de 15/7/2011, p. 5-6.

Resoluções editadas no exercício de 2013

Tipo	Nº	Data	Origem	Situação	Ementa
Resolução	185	18/12/2013	Presidência	Vigente	Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.
Resolução	184	6/12/2013	Presidência	Vigente	Dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução	183	24/10/2013	Presidência	Vigente	Altera dispositivos da Resolução CNJ nº 169, de 31 de janeiro de 2013.
Resolução	182	17/10/2013	Presidência	Vigente	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
Resolução	181	17/10/2013	Presidência	Alterado	Altera a redação do § 1º do art. 2º da Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005.
Resolução	180	3/10/2013	Presidência	Vigente	Acrescenta informações ao processo de execução penal e à guia de recolhimento quando houver, por força de detração deferida pelo juiz do processo de conhecimento, possibilidade de fixação de regime prisional mais benéfico ao condenado por sentença penal, nos termos da Lei n.12.736, de 3 de dezembro de 2012.
Resolução	179	3/10/2013	Presidência	Vigente	Altera a redação do art. 12 da Resolução nº 35, de 24 de abril de 2007, que disciplina a aplicação da Lei nº 11.441/2007 pelos serviços notariais e de registro.
Resolução	178	8/8/2013	Presidência	Vigente	Revoga a Resolução nº 126, de 22 de fevereiro de 2011.
Resolução	177	6/8/2013	Presidência	Vigente	Altera o percentual destacado como limite para as despesas com pessoal e encargos sociais do Conselho Nacional de Justiça.
Resolução	176	10/6/2013	Presidência	Vigente	Institui o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário e dá outras providências.

Instruções Normativas editadas pela Presidência no exercício de 2013

Tipo	Nº	Data	Origem	Situação	Ementa
Instrução Normativa	55	22/11/2013	Presidência	Vigente	Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação das Declarações de Bens e Rendas dos Conselheiros, dos Juízes Auxiliares e dos Servidores que compõem a força de trabalho do Conselho Nacional de Justiça, consoante a Instrução Normativa-TCU nº 67, de 6 de julho de 2011, alterada pela Instrução Normativa nº 69, de 13 de junho de 2012, Portaria-TCU nº 301, de 16 de novembro de 2012 e a Recomendação-CNJ nº 10, de 13 de março de 2013.
Instrução Normativa	54	12/11/2013	Presidência	Vigente	Altera a Instrução Normativa nº 51, de 4 de julho de 2013, que dispõe sobre o uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.
Instrução Normativa	53	3/10/2013	Presidência	Vigente	Dispõe sobre a organização, o planejamento e a execução das ações de Comunicação Social no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
Instrução Normativa	52	20/8/2013	Presidência	Vigente	Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação do contracheque pelos Conselheiros, Juízes Auxiliares e servidores.
Instrução Normativa	51	4/7/2013	Presidência	Alterado	Dispõe sobre o uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.
Instrução Normativa	50	22/5/2013	Presidência	Vigente	Dispõe sobre os procedimentos para elaboração e tramitação de instrumentos de cooperação a serem celebrados pelo Conselho Nacional de Justiça com outros órgãos ou entidades.
Instrução Normativa	49	5/4/2013	Presidência	Vigente	Revoga a Instrução Normativa nº 1, de 8 de agosto de 2008
Instrução Normativa	48	15/3/2013	Presidência	Vigente	Dispõe sobre a gestão de projetos, programas e ações do Conselho Nacional de Justiça
Instrução Normativa	47	27/2/2013	Presidência	Vigente	Revoga a Instrução Normativa nº 11, de 13 de novembro de 2008.
Instrução Normativa	46	5/2/2013	Presidência	Vigente	Revoga as Instruções Normativas nº 06, de 1º de outubro de 2008 e nº 24, de 24 de julho de 2009.

Instrução Normativa editada pela Secretaria-Geral no exercício de 2013

- Não há

Instruções Normativas editadas pelo Diretor-Geral no exercício de 2013

Tipo	Nº	Data	Origem	Situação	Ementa
Instrução Normativa	24	10/12/2013	Diretoria-Geral	Vigente	Dispõe sobre o procedimento de apuração e aplicação de penalidades às empresas contratadas pelo Conselho Nacional de Justiça.
Instrução Normativa	22	9/9/2013	Diretoria-Geral	Vigente	Dispõe sobre a utilização, o ressarcimento e a guarda das chaves, bem como sobre o atendimento às demandas relacionadas ao controle de claviculários no âmbito do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
Instrução Normativa	21	5/9/2013	Diretoria-Geral	Vigente	Dispõe sobre a participação de servidores do Conselho Nacional de Justiça em ações de educação corporativa.
Instrução Normativa	19	20/8/2013	Diretoria-Geral	Vigente	Altera a Instrução Normativa nº 10, de 8 de agosto de 2012, e seus anexos.
Instrução Normativa	20	8/8/2013	Diretoria-Geral	Vigente	Dispõe sobre o ingresso, a circulação e a permanência de pessoas no edifício do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
Instrução Normativa	18	21/3/2013	Diretoria-Geral	Vigente	Dispõe sobre a distribuição e o uso de distintivos de lapela no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
Instrução Normativa	17	27/2/2013	Diretoria-Geral	Vigente	Regulamenta o instituto do Adicional de Qualificação – AQ no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
Instrução Normativa	16	5/2/2013	Diretoria-Geral	Vigente	Dispõe sobre a administração de bens móveis patrimoniais no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
Instrução Normativa	15	10/1/2013	Diretoria-Geral	Vigente	Dispõe sobre o instituto da dependência econômica no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
Instrução Normativa	14	7/1/2013	Diretoria-Geral	Vigente	Dispõe sobre o reconhecimento e o registro de união estável no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

Portarias

- Portaria nº 112/GP, de 4/6/2010
Dispõe sobre as atribuições da Diretoria-Geral. Publicada inicialmente no DJE/CNJ nº 103/2010, em 8/6/2010, p. 2-4, e republicada no DJE/CNJ nº 106/2010, em 11/6/2010, p. 2-4, em razão de erros materiais na primeira publicação.
- Portaria nº 55/GP, de 19/4/2012, alterada pela Portaria nº 231/GP, de 18/12/2013
Dispõe sobre a estrutura orgânica do CNJ.
- Portaria nº 96/DG, de 18/3/2013, alterada pela Portaria n. 247/DG, de 27/06/2013, e pela Portaria n. 362/DG, de 22/10/2013
Dispõe sobre o planejamento das contratações do CNJ para o exercício de 2013.
- Portaria nº 360/DG, de 15/10/2013
Altera o manual de descrição e especificação dos cargos de provimento efetivo do CNJ

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Manual de Organização do Conselho Nacional de Justiça, aprovado pela Portaria nº 139, de 26 de agosto de 2013.
Manual de Gestão de Contratos do Conselho Nacional de Justiça, aprovado pela Portaria n. 432, de 17 de dezembro de 2013.
Relatório Anual de Atividades do CNJ (exercício 2013), publicado em janeiro de 2014.

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O CNJ foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, e instalado em 14 de junho de 2005, com sede em Brasília – DF.

Integra o Poder Judiciário, conforme dicção do art. 92, inciso I-A, da Constituição Federal, e tem atuação em todo o território nacional. Nos termos do § 4º do art. 103-B da CF, compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Sua função precípua, muito além da atividade de controle e fiscalização, é a de balizar políticas públicas nacionais para o Poder Judiciário, voltadas ao seu aperfeiçoamento e à prestação jurisdicional. Sob essa premissa, foram definidas assim sua missão, visão, bem como suas diretrizes.

- **Missão:** contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da sociedade.

- **Visão:** ser um instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário.

- **Diretrizes:**

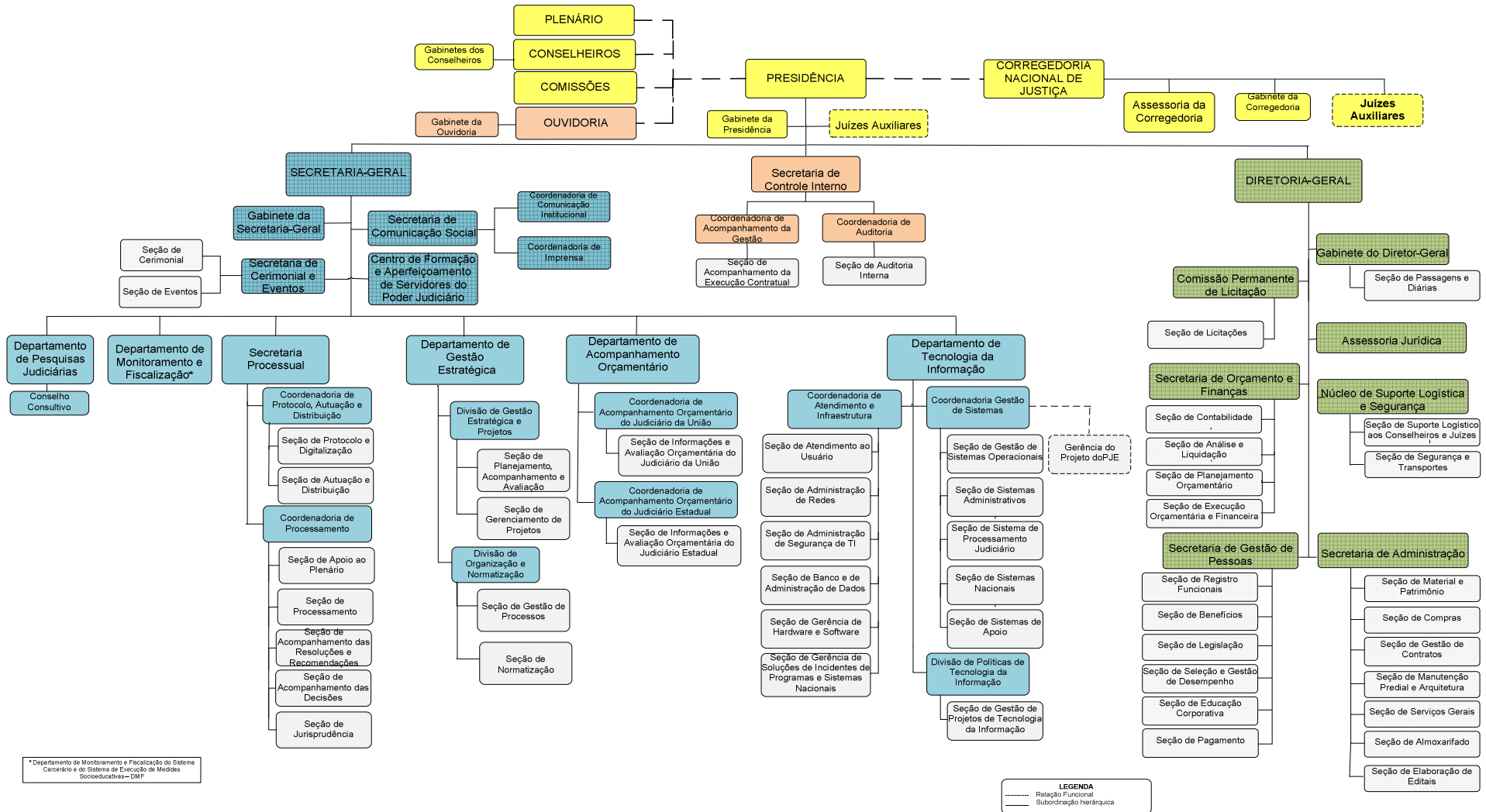
- Planejamento estratégico e proposição de políticas judiciárias;
- Modernização tecnológica do Judiciário;
- Ampliação do acesso à justiça, pacificação e responsabilidade social;
- Garantia de efetivo respeito às liberdades públicas e às execuções penais.

1.3 Organograma Funcional

A figura 1 representa o organograma funcional do CNJ.

Figura 1. Organograma do CNJ.

ORGANOGRAMA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Regimento Interno e Portaria nº 180, de 3/10/2013)



Em 2013, o CNJ realizou ajustes na estrutura organizacional, consubstanciado na Portaria nº 180, de 3 de outubro de 2013. Essa Portaria foi editada com base na Lei nº 12.463/11, que dispõe sobre a criação de cargos e de funções no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a serem preenchidos gradativamente durante os exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Desse modo, nos termos do Regimento Interno e da Portaria 180/2013, o Conselho está atualmente estruturado da seguinte forma:

I – PLENÁRIO

1. Conselheiros
 - 1.1. Gabinetes
2. Comissões
3. Ouvidoria
 - 3.1. Gabinete da Ouvidoria

II – PRESIDÊNCIA

1. Juízes Auxiliares
2. Gabinete da Presidência

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

1. Coordenadoria de Auditoria
 - 1.1. Seção de Auditoria Interna
2. Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão
 - 2.1. Seção de Acompanhamento da Execução Contratual

SECRETARIA-GERAL

1. Gabinete da Secretaria-Geral
2. Departamento de Pesquisas Judiciárias
3. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
4. Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário
5. Secretaria de Cerimonial e Eventos
 - 5.1. Seção de Cerimonial
 - 5.2. Seção de Eventos
6. Secretaria de Comunicação Social
 - 6.1. Coordenadoria de Comunicação Institucional
 - 6.2. Coordenadoria de Imprensa
7. Secretaria Processual
 - 7.1. Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição

- 7.1.1. Seção de Protocolo e Digitalização
- 7.1.2. Seção de Autuação e Distribuição
- 7.2. Coordenadoria de Processamento de Feitos
 - 7.2.1. Seção de Apoio ao Plenário
 - 7.2.2. Seção de Processamento
 - 7.2.3. Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações
 - 7.2.4. Seção de Acompanhamento das Decisões
 - 7.2.5. Seção de Jurisprudência
- 8. Departamento de Gestão Estratégica
 - 8.1. Divisão de Gestão Estratégica e Projetos
 - 8.1.1. Seção de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação
 - 8.1.2. Seção de Gerenciamento de Projetos
 - 8.2. Divisão de Organização e Normatização
 - 8.2.1. Seção de Gestão de Processos
 - 8.2.2. Seção de Normatização
- 9. Departamento de Acompanhamento Orçamentário
 - 9.1. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário da União
 - 9.1.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário da União
 - 9.2. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário Estadual
 - 9.2.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário Estadual
- 10. Departamento de Tecnologia da Informação
 - 10.1. Divisão de Políticas de Tecnologia da Informação
 - 10.1.1. Seção de Gestão de Projetos de Tecnologia da Informação
 - 10.2. Coordenadoria de Gestão de Sistemas
 - 10.2.1. Seção de Gestão de Sistemas Operacionais
 - 10.2.2. Seção de Sistemas Administrativos
 - 10.2.3. Seção de Sistema de Processamento Judiciário
 - 10.2.4. Seção de Sistemas Nacionais
 - 10.2.5. Seção de Sistemas de Apoio
 - 10.3. Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura
 - 10.3.1. Seção de Banco e de Administração de Dados
 - 10.3.2. Seção de Administração de Redes

- 10.3.3. Seção de Administração de Segurança de TI
- 10.3.4. Seção de Atendimento ao Usuário
- 10.3.5. Seção de Gerência de Hardware e Software
- 10.3.6. Seção de Gerência de Soluções de Incidentes de Programas e Sistemas Nacionais

DIRETORIA-GERAL

- 1. Gabinete do Diretor-Geral
 - 1.1. Seção de Passagens e Diárias
- 2. Núcleo de Suporte Logístico e Segurança
 - 2.1. Seção de Suporte Logístico aos Conselheiros e Juízes
 - 2.2. Seção de Segurança e Transportes
- 3. Comissão Permanente de Licitação
 - 3.1. Seção de Licitações
- 4. Assessoria Jurídica
- 5. Secretaria de Administração
 - 5.1. Seção de Material e Patrimônio
 - 5.2. Seção de Compras
 - 5.3. Seção de Gestão de Contratos
 - 5.4. Seção de Almoxarifado
 - 5.5. Seção de Manutenção Predial e Arquitetura
 - 5.6. Seção de Serviços Gerais
 - 5.7. Seção de Elaboração de Editais
- 6. Secretaria de Orçamento e Finanças
 - 6.1. Seção de Contabilidade
 - 6.2. Seção de Análise e Liquidação
 - 6.3. Seção de Planejamento Orçamentário
 - 6.4. Seção de Execução Orçamentária e Financeira
- 7. Secretaria de Gestão de Pessoas
 - 7.1. Seção de Registros Funcionais
 - 7.2. Seção de Benefícios
 - 7.3. Seção de Legislação
 - 7.4. Seção de Seleção e Gestão de Desempenho
 - 7.5. Seção de Educação Corporativa
 - 7.6. Seção de Pagamento

III – CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

1. Juízes Auxiliares
2. Gabinete da Corregedoria
3. Assessoria da Corregedoria

As atribuições de cada unidade administrativa estão descritas no Manual de Organização, aprovado pela Portaria nº 139 de 26 de agosto de 2013¹.

Nos termos do art. 2º do Regimento Interno, são órgãos que integram o Conselho Nacional de Justiça:

I - o Plenário

II - a Presidência

III - a Corregedoria Nacional de Justiça

IV - os Conselheiros

V- as Comissões

VI - a Secretaria-Geral

VII - o Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ

VIII - o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas -DMF

IX - a Ouvidoria

Em 2010, foi aprovada pelo Plenário do CNJ, na Sessão Ordinária nº 104, de 6 de maio de 2010, a criação da Diretoria-Geral do CNJ. Essa unidade foi instituída por meio da Portaria nº 84/2010.

Plenário

O CNJ é um órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Plenário, seu órgão máximo, que é integrado pelos quinze Conselheiros e presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) oficiam perante o Plenário, podendo se pronunciar.

Ao Plenário do CNJ compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados. Entre as suas várias atribuições, destacam-se:

¹ Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=1829>>

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados;

III - receber as reclamações e delas conhecer contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional concorrente dos tribunais, decidindo pelo arquivamento ou instauração do procedimento disciplinar;

IV - avocar, se entender conveniente e necessário, processos disciplinares em curso;

VI - julgar os processos disciplinares regularmente instaurados contra magistrados, podendo determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas previstas em lei complementar ou no seu Regimento Interno, assegurada ampla defesa;

VIII - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares contra juízes de primeiro grau e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

XII - elaborar relatório anual;

XIII - definir e fixar o planejamento estratégico, os planos de metas e os programas de avaliação institucional do Poder Judiciário, visando ao aumento da eficiência, da racionalização e da produtividade do sistema, bem como ao maior acesso à Justiça;

XIV - definir e fixar, em sessão plenária especialmente convocada para este fim, o planejamento estratégico do CNJ;

XVI - aprovar notas técnicas elaboradas na forma do seu Regimento Interno;

XVII - propor a criação, transformação ou extinção de cargos e a fixação de vencimentos dos servidores do seu quadro de pessoal, cabendo a iniciativa legislativa ao Supremo Tribunal Federal, na forma do disposto no art. 96, II, da Constituição Federal;

XIX - aprovar a sua proposta orçamentária, a ser apresentada pela Secretaria Geral;

XXXI - aprovar e encaminhar ao Poder Legislativo parecer conclusivo nos projetos de leis de criação de cargos públicos, de estrutura e de natureza orçamentária dos órgãos do Poder Judiciário federal.

O rol completo das atribuições do Plenário do CNJ está descrito no art. 4º do Regimento Interno.

Presidência

Conforme o § 1º do art. 103-B da Constituição, o CNJ é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente deste. A eleição para presidente é realizada dentre os Ministros do Pretório Excelso, com mandato de dois anos.

O Excelentíssimo Senhor Ministro Joaquim Barbosa é o sexto presidente do Conselho Nacional de Justiça, tendo tomado posse em 22 de novembro de 2012.

As atribuições do Presidente do CNJ estão descritas no art. 6º do Regimento Interno, entre as quais se destacam:

- I - velar pelo respeito às prerrogativas do Conselho Nacional Justiça;
- II - dar posse aos Conselheiros;
- III - representar o CNJ perante quaisquer órgãos e autoridades;
- IV - convocar e presidir as sessões plenárias do CNJ, dirigindo-lhes os trabalhos, cumprindo e fazendo cumprir o presente Regimento;
- V - executar e fazer executar as ordens e deliberações do Conselho Nacional de Justiça.

Corregedoria Nacional de Justiça

A Corregedoria Nacional de Justiça atua na orientação, coordenação e execução de políticas públicas voltadas à atividade correicional e ao bom desempenho da atividade judiciária dos tribunais e juízos do País.

O objetivo principal da Corregedoria é alcançar maior efetividade na prestação jurisdicional, atuando com base nos seguintes princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição).

Dentre os papéis da Corregedoria Nacional de Justiça está o de exercer o controle disciplinar e promover a correta administração da justiça, zelando assim pelo bom funcionamento dos serviços judiciários.

Conforme o art. 103-B, § 5º, da Constituição, o cargo de Corregedor Nacional da Justiça será preenchido por Ministro do Superior Tribunal de Justiça, sendo atualmente exercido pelo Ministro Francisco Falcão, que tomou posse como Ministro Corregedor em 6 de setembro de 2012.

Conselheiros

Os quinze membros que compõem o CNJ são indicados para mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

- I - o Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- II - um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;
- III - um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;
- IV - um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;
- V - um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;
- VI - um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- VII - um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- VIII - um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- IX - um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- X - um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;
- XI - um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;
- XII - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- XIII - dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Com exceção do Presidente do STF, todos os outros Conselheiros são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Entre as atribuições dos Conselheiros, destaca-se a de relatar os processos a serem submetidos ao Plenário. As atribuições do Relator, assim como os direitos e deveres dos Conselheiros, estão descritas no Regimento Interno.

Comissões

O CNJ possui seis comissões permanentes que estudam temas e atividades específicas de interesse do Conselho na busca de soluções para o Judiciário.

As atuais comissões foram designadas pela Portaria da Presidência nº 157, de 10 de setembro de 2013:

- a) Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas;
- b) Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania;
- c) Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento;
- d) Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura;
- e) Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar;
- f) Comissão Permanente de Jurisprudência.

Secretaria-Geral

A Secretaria-Geral é órgão administrativo subordinado à Presidência e dirigido pelo Secretário-Geral, designado pelo Presidente do CNJ, com a competência de prover assessoria e apoio técnico e administrativo necessários à preparação e à execução de sua gestão administrativa, das atividades do Plenário, da Presidência do CNJ, da Corregedoria Nacional de Justiça, dos Conselheiros e das Comissões, nos termos previstos no Regimento Interno e em regulamento específico.

Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)

O Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ, criado pela Lei nº 11.364, de 26 de outubro de 2006, tem os seguintes objetivos:

- Desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira;
- Realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário;
- Fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias.

O DPJ produz anualmente o Relatório Justiça em Números, cuja análise das variáveis e indicadores retrata o desempenho dos tribunais. São as seguintes categorias de investigação: I - Insumos, dotações e graus de utilização: a) Receitas e despesas; b) Estrutura; II - Litigiosidade: a) Carga de trabalho; b) Taxa de congestionamento; c) Recorribilidade e reforma de decisões; III - Acesso à Justiça; IV - Perfil das Demandas.

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF)

Compete ao DMF, nos termos do § 1º do art. 1º da Lei nº 12.106, de 2 de dezembro de 2009:

- monitorar e fiscalizar o cumprimento das recomendações e resoluções do Conselho Nacional de Justiça em relação a prisão provisória e definitiva e a medida de segurança e de internação de adolescentes;

- planejar, organizar e coordenar, no âmbito de cada tribunal, mutirões para reavaliação de prisão provisória e definitiva, de medida de segurança e de internação de adolescentes e para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias;

- acompanhar e propor soluções em razão de irregularidades verificadas no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas;

- fomentar a implementação de medidas protetivas e de projetos de capacitação profissional e reinserção social do interno e do egresso do sistema carcerário;

- propor ao Conselho Nacional de Justiça, em relação ao sistema carcerário e ao sistema de execução de medidas socioeducativas, a uniformização de procedimentos e de estudos para aperfeiçoamento da legislação sobre a matéria;

- acompanhar e monitorar projetos relativos à abertura de novas vagas e ao cumprimento da legislação pertinente em relação ao sistema carcerário e ao sistema de execução de medidas socioeducativas;

- acompanhar a implantação e o funcionamento de sistema de gestão eletrônica da execução penal e de mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias.

- coordenar a instalação de unidades de assistência jurídica voluntária no âmbito do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas.

O DMF é coordenado por 1 (um) juiz auxiliar nomeado pelo Presidente do CNJ e supervisionado por 1 (um) Conselheiro designado pelo Plenário do Conselho.

Ouvidoria

Em cumprimento ao disposto no § 7º do art. 103-B da Constituição Federal, a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça foi criada pela Resolução nº 67, de 3 de março de 2009, e é coordenada pelo Ouvidor-Geral, função atualmente exercida pelo Conselheiro Gilberto Valente Martins.

Na esteira do que prevê o dispositivo constitucional, foi determinada a criação de ouvidorias no âmbito do Poder Judiciário, por meio da Resolução nº 103, de 24 de fevereiro de 2010, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário ou contra seus serviços auxiliares, podendo representar diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

A Ouvidoria é o canal de comunicação da sociedade com o CNJ, sendo um serviço posto à disposição do cidadão, destinado ao esclarecimento de dúvidas, ao envio de reclamações, denúncias e elogios ou apresentação de sugestões sobre os serviços prestados pelo órgão e sobre as atividades por ele desempenhadas. A atuação da Ouvidoria está alinhada com os ditames da Lei nº 12.527, de 18/11/2011, Lei de Acesso à Informação – LAI.

Diretoria-Geral

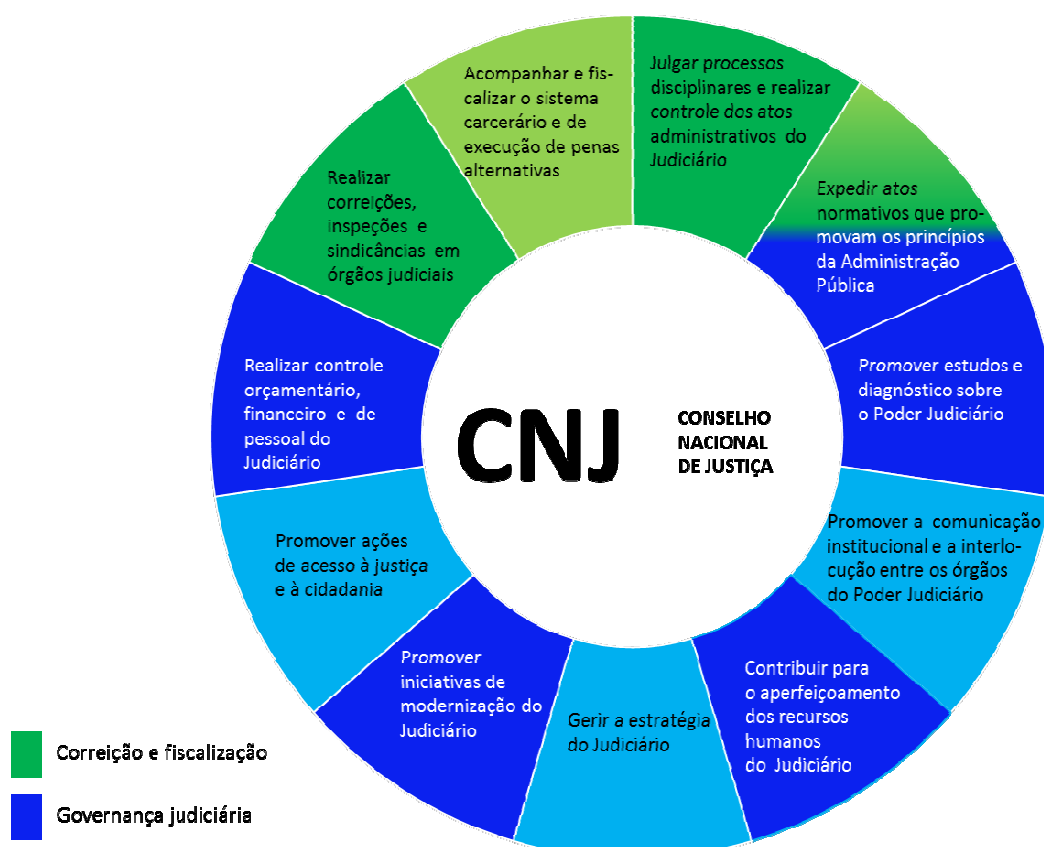
Em 2010, foi aprovada pelo Plenário do CNJ a criação da Diretoria-Geral, por meio da Portaria nº 84/2010.

A Diretoria-Geral tem por finalidade desenvolver atividades de assessoramento e apoio técnico e administrativo necessários à gestão administrativa do Conselho Nacional de Justiça.

1.4 Macroprocessos Finalísticos e forma de condução no Exercício de 2013

Figura 2. Macroprocessos do CNJ.

Macroprocessos do CNJ classificados por linha de atuação



Promover estudos e diagnóstico sobre o Poder Judiciário

Este macroprocesso foi conduzido dando seguimento ao oferecimento de subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias, materializadas na forma de Resoluções, Recomendações e Programas Nacionais. Para isso, foram realizados estudos, pesquisas e diagnósticos, além da publicação anual do Justiça em Números.

- Gerir a estratégia do Judiciário

Na condução deste macroprocesso foi: i) realizado o diagnóstico da gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário em 2013; ii) coordenada a proposição de macrodesafios, temas, metas e iniciativas estratégicas; iii) aprimorado o processo de melhoria da gestão e iv) dado seguimento ao processo de acompanhamento das metas nacionais. Os resultados da gestão de 2013 e as proposições de diretrizes para 2014 foram apresentados no VII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

- Contribuir para o aperfeiçoamento dos recursos humanos do Judiciário

Este macroprocesso foi conduzido com o oferecimento de cursos nas várias áreas judiciárias e na melhoria da gestão, com o fim de elevar o nível de desempenho funcional dos servidores e magistrados. Ademais, foram realizados vários eventos com vistas ao desenvolvimento dos servidores, como o Seminário de Gestão de Competências e o Fórum de Educação a Distância do Poder Judiciário, além de encontros para discussão da Política Nacional de Capacitação de Servidores.

- Realizar controle orçamentário, financeiro e de pessoal do Judiciário

Este macroprocesso foi conduzido com as sugestões de redação aos textos da LDO e da LOA para o exercício 2014, além do acompanhamento da execução orçamentária dos Tribunais. Destaca-se ainda a orientação e controle preventivos e o desenvolvimento de ações capazes de identificar impropriedades a tempo de contê-las, evitando erros ou desperdícios e priorizando a análise da qualidade dos gastos.

- Promover iniciativas de modernização do Judiciário

Na condução deste macroprocesso foi dado seguimento às atividades de expansão do Processo Judicial Eletrônico, sistema desenvolvido pelo CNJ em parceria com os tribunais e participação da Ordem dos Advogados do Brasil para automação do Judiciário. A ferramenta, que promete reduzir o tempo de tramitação dos processos em até 70%, foi implantada em Turmas Recursais e na Justiça Comum.

Além disso, outras atividades foram conduzidas no sentido de prover recursos, instrumentos e mecanismos que contribuam para o desenvolvimento e eficiência do Poder Judiciário.

- Promover a comunicação institucional e a interlocução entre os órgãos do Poder Judiciário

Nesse macroprocesso, informações de diversas naturezas de interesse do Judiciário foram comunicadas e/ou disponibilizadas via Portal do CNJ e em outros veículos de comunicação disponíveis, além de ações de relacionamento institucional com outros Poderes da República.

- Realizar correições, inspeções e sindicâncias em órgãos judiciais

As atividades desse macroprocesso foram conduzidas pelo Plenário do CNJ, por meio de julgamentos do Pleno, e pela Corregedoria Nacional de Justiça, por meio de inspeções, revisões e correições realizadas rotineiramente nos tribunais brasileiros.

- Julgar processos disciplinares e realizar controle dos atos administrativos do Judiciário

A condução deste macroprocesso corresponde ao exercício da competência constitucional atribuída ao Conselho Nacional de Justiça nos incisos II e III do §4º do art. 103-B, e é realizada de ofício ou mediante provocação pelo Plenário do CNJ:

II zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

(grifo nosso)

- Expedir atos normativos que promovam os princípios da Administração Pública

Este macroprocesso foi conduzido com a produção, pelo Conselho, de vários atos normativos, como resoluções e recomendações ao longo do ano de 2013.

Destaca-se que foram publicadas nove Resoluções, numeração 167 a 185, e cinco Recomendações, numeração 9 a 13.

- Acompanhar e fiscalizar o sistema carcerário e de execução de medidas socioeducativas

O CNJ deu continuidade às iniciativas que contribuem para melhoria do sistema carcerário brasileiro e de execução de medidas socioeducativas e para a garantia dos direitos fundamentais à vida. Destacam-se os “Mutirões Carcerários”, a “Justiça ao Jovem”, a “Justiça nas Escolas”, o “Pai Presente”, o “Portalzinho CNJ”, o “Prêmio CNJ Infância e Juventude”, “o Registro Civil de Nascimento”, o “Viagem ao Exterior” e os “Cadastros Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei”, “Nacional de Adoção” e “Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos”.

Promover ações de acesso à Justiça e à Cidadania

A condução desse macroprocesso é evidenciada por meio dos diversos programas criados pelo Conselho, que vão desde a proteção a mulher, ao adolescente, ao preso, ao meio-ambiente, até à busca pela eficiência para agilizar o acesso ao Poder Judiciário.

1.5 Principais macroprocessos de apoio

O CNJ é considerado um ente de Governança Superior, pois estabelece regras e diretrizes para órgãos do Judiciário. Nesse sentido, houve entendimento, neste Conselho, de que a subdivisão de macroprocessos entre os finalísticos e os de apoio não teria plena aplicação, pois, em virtude de suas competências, ocasionaria duplicação de macroprocessos nos níveis interno e externo.

Pelas particularidades do CNJ, portanto, estabeleceu-se que o Conselho possui apenas macroprocessos finalísticos em sua cadeia de valor, pois todos eles têm atuação para todo o Judiciário (inclusive o CNJ) ou para a sociedade. No nível interno ao CNJ, esses macroprocessos são desdobrados em processos e subprocessos.

1.6 Principais Parceiros

Destaca-se primeiramente que os parceiros do CNJ são os mesmos informados no ano anterior.

O Supremo Tribunal Federal é considerado parceiro estratégico do CNJ, uma vez que colabora para execução operacional e gestão administrativa do Conselho. Esta parceria materializa-se por meio do Termo de Cooperação Técnica n. 7/2013.

Destaca-se, igualmente, o apoio de todos os 91 Tribunais do País, em todas as esferas da Justiça (Superior, Eleitoral, Trabalho, Militar, Federal), que celebram acordos de cooperação com o

Conselho e são responsáveis por dar cumprimento às Resoluções, Recomendações e demais atos normativos emanados do órgão.

Os demais órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, em todos os âmbitos da Federação (União, Estados e municípios), também são parceiros importantes do CNJ, com o qual celebram acordos de cooperação, prestam informações relacionadas a processos e atuam em conjunto com o Conselho nas atividades definidas na Constituição.

Planejamento e Resultados Alcançados

Item 2 - Parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 127/2013

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da unidade

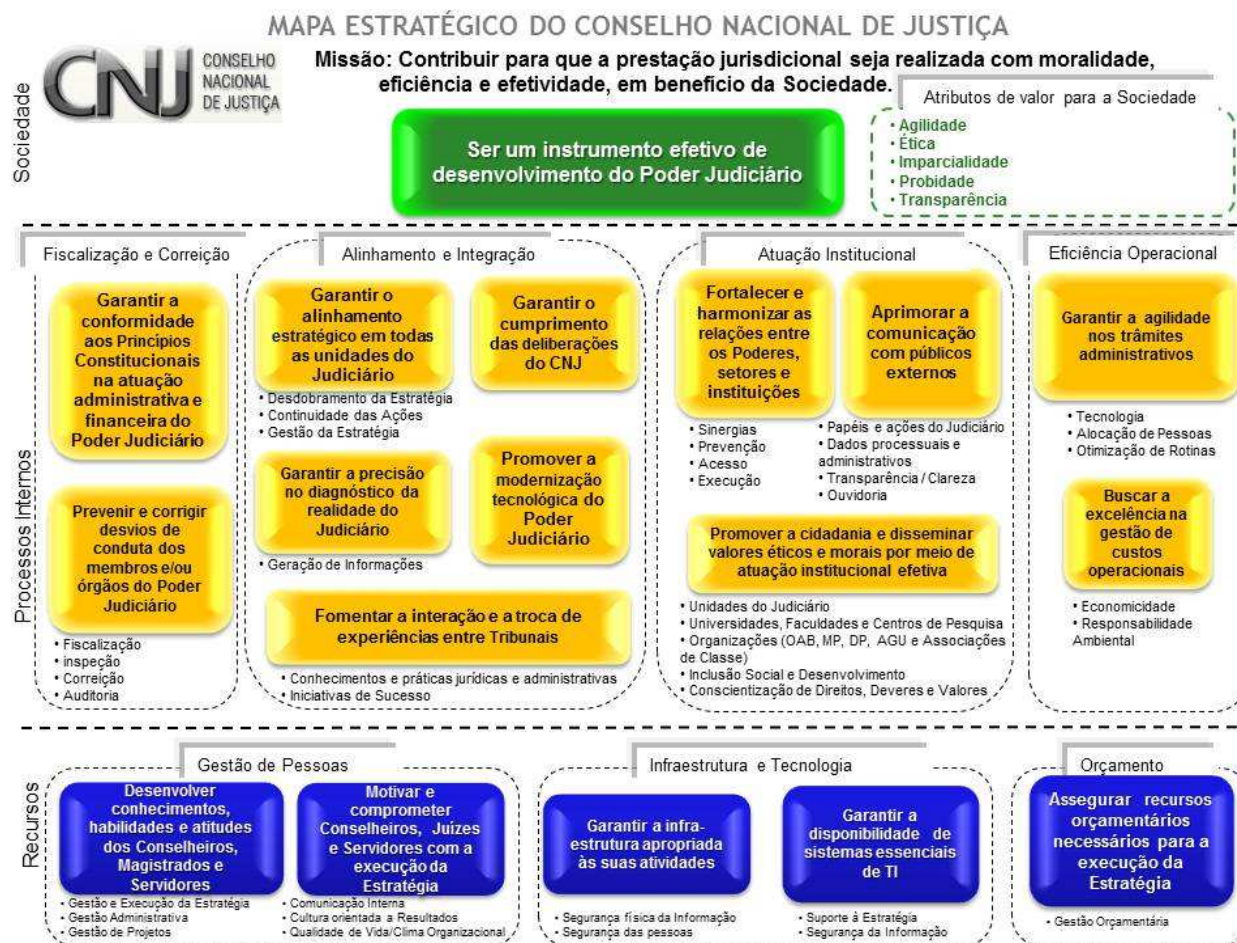
- a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade;

O Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça foi instituído pela Portaria nº 18, de 19 de fevereiro de 2010, pelo período de 2010 a 2014, como desdobramento da Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

A metodologia adotada para realizar a gestão da estratégia é o Balanced Scorecard - BSC. Este método prevê a representação gráfica dos objetivos estratégicos (mapa estratégico), agrupados em perspectivas logicamente organizadas, de forma a demonstrar a relação de causa e efeito entre eles, assim como o impacto dos resultados aferidos, na missão institucional.

No mapa estão distribuídos os temas estratégicos em que o Conselho deve se concentrar, a Missão Institucional, a Visão de Futuro e os objetivos do Órgão, desdobráveis em metas e iniciativas, sintetizando, dessa forma, as prioridades do CNJ.

A seguir apresenta-se o mapa estratégico do Conselho Nacional de Justiça:



b) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas.

- Constituição Federal de 1988;
- Art. 103-B, parágrafo 4º: estabelece que é competência do Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário;
- Resolução nº 70, de 18/03/2009: dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Publicada no DOU, Seção 1, de 24/3/2009, p. 89-91;
- Portaria nº 18 de 19/2/2010, Publicada no DOU seção 01, de 24/02/2010, p. 133: instituiu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2010 a 2014, como desdobramento do Planejamento Estratégico do Judiciário.

c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.

Os principais objetivos estratégicos do CNJ no exercício de 2013 foram elencados no Mapa Estratégico no subitem 2.1, a). A fim de concretizá-los, seguindo a metodologia do BSC, definiram-se, para cada um, metas anuais e indicadores de desempenho. Esses são monitorados por gestores das unidades do CNJ e avaliados periodicamente pela Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, com apoio do Departamento de Gestão Estratégica que organiza as Reuniões de Análise Estratégica - RAE e elabora atas e relatórios que visam demonstrar os resultados alcançados e as principais dificuldades encontradas para execução da estratégia do Conselho.

Os riscos são mitigados por meio das RAEs, na construção de plano de ação elaborado pelos gestores das metas e indicadores e através também de metodologias de gestão (gerenciamento de projetos).

Os objetivos estratégicos, apresentados no subitem 2.1, a., são descritos a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tema: Fiscalização e Correição

Objetivo Estratégico:

Garantir a conformidade com os princípios constitucionais na atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário

Descrição do Objetivo:

Controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário para garantir a conformidade com os princípios constitucionais administrativos e com a legislação.

Objetivo Estratégico:

Prevenir e corrigir desvios de conduta dos membros e/ou órgãos do Poder Judiciário

Descrição do Objetivo:

Realizar ações de prevenção e correição no cumprimento dos deveres funcionais dos membros e órgãos do Poder Judiciário.

Tema: Alinhamento e Integração

Objetivo Estratégico:

Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário

Descrição do Objetivo:

Garantir que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e sua gestão alinhados à estratégia do Poder Judiciário Nacional, respeitando as particularidades locais e visando resultados no curto, médio e longo prazos.

Objetivo Estratégico:

Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do Judiciário

Descrição do Objetivo:

Realizar pesquisas para levantamento de dados que apresentem a realidade do Poder Judiciário, subsidiando a elaboração de políticas públicas e diretrizes nacionais.

Objetivo Estratégico:

Garantir o cumprimento das deliberações do CNJ

Descrição do Objetivo:

Garantir que todas as deliberações do CNJ sejam cumpridas pelos órgãos do Poder Judiciário.

Objetivo Estratégico:

Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais

Descrição do Objetivo:

Buscar a unicidade e a integração da Justiça, por meio da troca de experiências entre Tribunais, compartilhando conhecimento, práticas e soluções jurídicas e administrativas.

Objetivo Estratégico:

Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário.

Descrição do Objetivo:

Modernizar, de forma inovadora, todos os segmentos do Poder Judiciário brasileiro, por meio de implantação de projetos de tecnologia da informação, especialmente o processo eletrônico, visando aumentar a agilidade e a cobertura da prestação jurisdicional, bem como a transparência nos atos, decisões e de informações de interesse da sociedade.

Tema: Atuação Institucional

Objetivo Estratégico:

Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.

Descrição do Objetivo:

Fortalecer a integração entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e desenvolver parcerias com setores e instituições para viabilizar o acesso à justiça, o cumprimento das decisões judiciais, a prevenção de grandes demandas, a conciliação e solução coletiva de processos judiciais. Conscientizar cada Poder, Órgão e Instituição sobre sua responsabilidade no atendimento à população.

Objetivo Estratégico:

Aprimorar a comunicação com públicos externos.

Descrição do Objetivo:

Aprimorar a comunicação com públicos externos disponibilizando, com uma linguagem clara e acessível, informações sobre: papel, ações e iniciativas do CNJ, andamento processual, atos judiciais e administrativos, dados orçamentários. Utilizar a Ouvidoria como forma de aproximação com a sociedade.

Objetivo Estratégico:

Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva

Descrição do Objetivo:

Promover a inclusão social e o desenvolvimento por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão. Também, fomentar a incorporação de valores éticos e morais (imparcialidade, ética, probidade) nos Magistrados e Servidores do CNJ, nos integrantes de organizações ligadas à atividade judiciária (OAB, AMB, AGU, Defensorias, Ministério Público, sindicatos, associações) e nos estudantes de Direito e Centros de Pesquisa.

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico:

Garantir a agilidade nos trâmites administrativos

Descrição do Objetivo:

Garantir a agilidade na tramitação dos processos administrativos e assegurar a razoável duração do processo.

Objetivo Estratégico:

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

Descrição do Objetivo:

Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços (promover ações de Responsabilidade Ambiental), e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.

Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico:

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos Conselheiros, Magistrados e Servidores

Descrição do Objetivo:

Garantir que os Conselheiros, Magistrados e Servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.

Objetivo Estratégico:

Motivar e comprometer Conselheiros, Magistrados e Servidores com a execução da Estratégia

Descrição do Objetivo:

Elevar o nível de comprometimento e motivação dos Conselheiros, Magistrados e Servidores para viabilizar a execução da estratégia.

Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo Estratégico:

Garantir a infraestrutura apropriada às suas atividades

Descrição do Objetivo:

Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho do CNJ, garantindo aos Conselheiros, Magistrados e Servidores condições de saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos sistemas.

Objetivo Estratégico:

Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI

Descrição do Objetivo:

Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia.

Tema: Orçamento

Objetivo Estratégico:

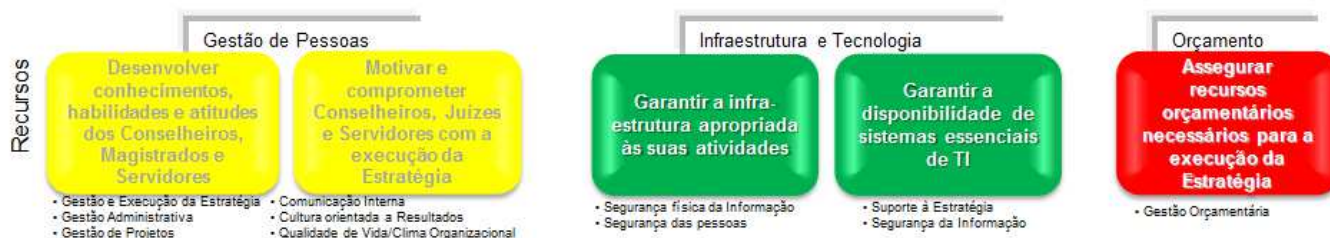
Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução dos objetivos da estratégia

Descrição do Objetivo:

Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários à execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

O Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça, conforme informado anteriormente, no subitem 2.1, alínea “a”, tem previsão normativa pela Portaria n. 18, de 19 de fevereiro de 2010. No mapa estão distribuídos os temas estratégicos em que o Conselho deve se concentrar, a missão institucional, a visão de futuro e os objetivos estratégicos, os quais se desdobram em metas e iniciativas, sintetizando, dessa forma, as prioridades do CNJ. Sua função precípua é a de balizar políticas públicas nacionais voltadas ao aperfeiçoamento da Justiça e à melhoria da prestação jurisdicional.

Na base do Mapa Estratégico do CNJ, encontram-se os temas que asseguram os recursos necessários ao desenvolvimento da estratégia. São eles:



* As cores são indicativas do desempenho dos objetivos estratégicos no ano de 2013. A cor verde representa desempenho satisfatório; a amarela, requer atenção, melhorias; a vermelha, desempenho insatisfatório.

Traduzindo, espera-se ter pessoas capacitadas e motivadas, infraestrutura e tecnologia apropriada, bem como disponibilidade orçamentária, fatores necessários à gestão dos processos internos.

As principais estratégias para alcance dos objetivos que requerem melhorias ou estão em situação crítica são:

- No quesito de desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, há uma orientação da alta administração da otimização dos custos de treinamento. Como estratégia para mitigar o risco referente a execução orçamentária em consonância com os parâmetros de economicidade definidos pela alta administração, a unidade gestora tem buscado realizar cursos à distância, em parceria com outros órgãos e *in company*;
- No que se refere ao tema motivação, o principal risco identificado refere-se à construção de uma cultura organizacional do CNJ. O Conselho atualmente encontra-se dividido em dois ambientes físicos: uma parte da sua força de trabalho está instalada nos Anexos I e II do Supremo Tribunal Federal e outra parte encontra-se na 514 Norte, antigo Instituto Serzedello Correa. Essa divisão dificulta uma integração efetiva entre as unidades do Conselho. Para diagnosticar a percepção dos seus servidores sobre a realidade do trabalho, o CNJ promoverá uma pesquisa de Clima Organizacional em 2014. Esse projeto subsidiará ações que visem à qualidade de vida e de uma cultura organizacional mais consolidada, inclusive com infraestrutura apropriada ao desenvolvimento das atividades laborais.

- No aspecto orçamentário, o risco da não liquidação do orçamento disponibilizado pode ser apontado como ponto crítico para consecução da estratégia. Ações visando ao alcance da estratégia têm sido feitas através de reuniões com os coordenadores de ações orçamentárias, a fim de melhorar os resultados para 2014. Ainda, para melhoria do índice de liquidação do orçamento, a Diretoria-Geral está adotando planejamento das contratações, que estipula prazos limites para cada unidade envolvida no processo licitatório, a fim de evitar acúmulo de licitações para o final do exercício e grande volume de recursos inscritos em restos a pagar.

Na perspectiva dos PROCESSOS INTERNOS do Mapa Estratégico do CNJ, há quatro temas: Fiscalização e Correição, atividade constitucional do Conselho; Alinhamento e Integração, papel de fomento do CNJ para todo o Judiciário; Atuação Institucional, relação com a sociedade e outros órgãos de esferas distintas e Eficiência Operacional, função voltada para dentro do CNJ que busca a economicidade e eficiência.



* As cores são indicativas do desempenho dos objetivos estratégicos no ano de 2013. A cor verde representa desempenho satisfatório; a amarela, requer atenção, melhorias; cinza, sem medição (dificuldades no cálculo do indicador).

Os riscos e as principais estratégias para o alcance dos objetivos nesses Temas são:

- Quanto ao tema Eficiência Operacional, no aspecto da Gestão dos Custos Operacionais, identifica-se o risco de falhas no controle dos custos. No quesito Agilidade nos Trâmites Administrativos, o risco identificado refere-se a falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição. A estratégia que o CNJ utiliza, para viabilizar o alcance das metas relativas à Eficiência Operacional, é a melhoria contínua dos procedimentos, como Projeto CNJ-Gestão e o Projeto PJE – Processo Judicial Eletrônico. A partir de 2014, novas demandas ao Conselho terão de ser encaminhadas por meio do PJE, sistema de automação desenvolvido pelo CNJ em parceria com os tribunais e apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Tal projeto visa garantir maior agilidade processual.
- No aspecto da Atuação Institucional, o ponto crítico a ser observado diz respeito à aferição dos resultados concretos das parcerias realizadas. O CNJ realiza diversos termos de

cooperação técnica, convênios com outros órgãos. Para realizar o acompanhamento efetivo desses acordos, está sendo elaborada uma instrução normativa, a fim de garantir o monitoramento dos resultados por meio dos gestores.

- Quanto à Garantia dos Princípios Constitucionais da Administração no Poder Judiciário, identifica-se como risco a complexidade dos temas discutidos em plenário que geram acúmulo na pauta de julgamento. Alguns mecanismo já foram adotados, como a “pauta rápida” em processos que há entendimento pacificado entre os Conselheiros e a tomada de decisões monocráticas, quando cabível. Espera-se, em 2014, melhorar a gestão da pauta de julgamentos, uma vez que a composição do plenário foi toda renovada no segundo semestre de 2013, que passada a ambientação poderá haver maior convergência das decisões do novo colegiado.

2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

O Orçamento do CNJ é formado pelo Programa denominado Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário – código 1389, que tem por objetivo garantir a execução das atividades de controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e, também, pelo Programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, com a finalidade de implementar a Previdência Complementar do Servidor Público Federal.

O PPA é organizado por tipos de programas, conforme sua finalidade. Os Programas Temáticos retratam a agenda do Governo Federal, organizada pelos temas das políticas públicas e orientam a ação governamental, enquanto que os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado reúnem um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental. O CNJ possui apenas Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, conforme detalhamento a seguir.

2.2.1. Ações previstas na Lei Orçamentária Anual

Quadro 2. Ação 00H7-Contribuição da União para o custeio do regime de previdência dos servidores

Identificação da Ação						
Código	00H7 Especial					Tipo: Operação
Título	CONTRIBUICAO DA UNIAO PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PROVIMENTO DE CARGOS E FUNCOES E REESTRUTURACAO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISAO DE REMUNERACOES					
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		Código: 0909	Tipo: Programa de Operações Especiais		
Unidade Orçamentária	17101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
369.611,00	-	-	-	-	-	-

Quadro 3. Ação 0C04 - Provisamento de Cargos e Funções

Identificação da Ação							
Código	0C04 Especial					Tipo: Operação	
Título	PROVIMENTO DE CARGOS E FUNCOES E REESTRUTURACAO DE CARGOS, CARREIRAS E REVISAO DE REMUNERACOES - PESSOAL ATIVO						
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais					Código: 0909	Tipo: Programa de Operações Especiais
Unidade Orçamentária	17101						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
2.637.301,00	-	-	-	-	-	-	

Quadro 4. Ação 09HB-Contribuição da União para o custeio da previdência dos servidores públicos

Identificação da Ação							
Código	09HB						
	Tipo: Operação Especial						
Título	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS						
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário					Código: 1389	Tipo: Gestão
Unidade Orçamentária	17101						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
4.400.129,00	4.856.406,00	2.594.221,63	2.590.668,02	2.590.668,02		3.553,61	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
1.731,06	1.268,10		não possui		-	-	

Quadro 5. Ação 20TP – Pagamento de pessoal

Identificação da Ação							
Código	20TP Atividade					Tipo:	
Título	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO						
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário					Código: 1389	
Unidade Orçamentária	17101						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
34.001.341,00	37.732.618,00	27.712.520,96	26.819.960,30	26.819.960,30	-	892.560,66	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
713.849,17	620.395,29		não possui		-	-	

Quadro 6. Ação 2004 – Assistência médica e odontológica

Identificação da Ação						
Código	2004 Tipo: Atividade					
Título	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário					Código:
Unidade Orçamentária	17101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
889.200,00	889.200,00	780.663,26	700.609,00	700.609,00	-	80.054,26
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Pessoa beneficiada			unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				390	-	302
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
80.157,20	67.785,00		Pessoa beneficiada		unidade	257

O benefício da Assistência Médica atualmente é prestado na forma de auxílio, de caráter indenizatório, mediante ressarcimento parcial de despesas com planos privados de assistência à saúde, de livre escolha e responsabilidade do beneficiário.

Com o intuito de proporcionar aos servidores e seus dependentes condições para manutenção da saúde física e mental, a meta física desta ação, em 2013, foi o atendimento de 390 (trezentos e noventa) beneficiários. Para esta finalidade foram disponibilizados R\$ 889.200,00 (oitocentos e oitenta e nove mil e duzentos reais).

No que se refere ao número de beneficiários, no início do ano o quantitativo era de 263, sofrendo aumento gradativo e atingindo 272 em agosto. A nomeação de novos servidores efetivos que era esperada para o ano ocorreu apenas parcialmente, o que levou o número de beneficiários para 302 em dezembro, equivalente a 77,4% do total esperado de 390.

Empenhou-se o valor de R\$ 780.663,26 (setecentos e oitenta mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos), sendo que, deste, foram liquidados R\$ 700.609,00 (setecentos mil seiscentos e nove reais), e R\$ 80.054,26 (oitenta mil e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos) foram reservados para restos a pagar.

Quadro 7. Ação 2011 – Auxílio-transporte

Identificação da Ação						
Código	2011 Tipo: Atividade					
Título	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário					Código:
	1389					Tipo: Gestão
Unidade Orçamentária	17101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		()	
	Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.000,00	24.900,00	24.900,00	21.020,62	21.020,62	-	3.879,38
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		unidade	23	-	30	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5.000,00			Pessoa beneficiada	unidade	-	

Destina-se a assegurar aos servidores o pagamento, em pecúnia, do auxílio-transporte destinado ao custeio parcial das despesas realizadas nos deslocamentos para o local de trabalho e vice-versa.

Os recursos orçados totalizavam o montante de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) e a meta física era de 23 (vinte e três) beneficiários.

Logo em janeiro, ultrapassou-se a meta, tendo o auxílio 28 beneficiários, mantendo essa média ao longo do ano, que finalizou com 30 beneficiários.

Para auxiliar no orçamento para o auxílio, utilizou-se R\$ 1.900,00 (mil e novecentos reais) por ocasião do Decreto de 16 de maio de 2013, que concedeu crédito suplementar a vários órgãos da Administração Pública. Também foi solicitado à Secretaria de Orçamento e Finanças do Conselho Nacional de Justiça o remanejamento do orçamento do benefício Auxílio-Alimentação para o Auxílio-Transporte, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Dessa forma, o valor da dotação passou para R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais), o qual foi todo empenhado. Liquidou-se R\$ 21.020,62 (vinte e um mil e vinte reais), e os restos a pagar ficaram em R\$ 3.879,38 (três mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta e oito centavos).

Quadro 8. Ação 2010 – Assistência pré-escolar

Identificação da Ação						
Código	2010 Tipo: Atividade					
Título	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORESCIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário					Código:
Unidade Orçamentária	1389 Tipo: Gestão					
Unidade Orçamentária	17101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
437.580,00	437.580,00	250.000,00	219.082,82	219.082,82	-	30.917,18
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Criança atendida		unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			65	-	39	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
16.708,43	2.169,20		Criança atendida		unidade	-

Este benefício tem por objetivo conceder a assistência pré-escolar aos servidores que tenham filhos na faixa etária de zero a cinco anos.

O orçamento previsto para este benefício foi de R\$ 437.580,00 (quatrocentos e trinta e sete mil quinhentos e oitenta reais), considerando a meta física de 65 (sessenta e cinco) crianças.

A nomeação de novos servidores efetivos que era esperada para o ano ocorreu apenas parcialmente, o que manteve o quantitativo de beneficiários entre 35 e 40 ao longo do ano, sendo que, em janeiro, o quantitativo era de 39, e dezembro fechou com o mesmo número.

Dessa forma, foi empenhada a quantia de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), e liquidaram-se R\$ 219.082,82, ficando R\$ 30.917,18 (trinta mil novecentos e dezessete reais e dezoito centavos) reservados para restos a pagar.

Quadro 9. Ação 2012 – Auxílio-alimentação

Identificação da Ação						
Código	2012 Atividade					Tipo:
Título	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS EMILITARES					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário					Código: 1389
Unidade Orçamentária	Tipo: Gestão 17101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.652.240,00	2.647.240,00	1.580.000,00	1.475.993,18	1.475.993,18	-	104.006,82
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Pessoa beneficiada		unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			311	-	185	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
10.000,00			Pessoa beneficiada	unidade	-	

Objetiva conceder, em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, auxílio-alimentação para custeio das despesas com alimentação aos servidores.

Em relação a este benefício, foi destinada a dotação de R\$ 2.652.240,00 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil e duzentos e quarenta reais), com a meta física de 311 (trezentos e onze).

No início do ano o quantitativo de beneficiários era de 166. A nomeação de novos servidores efetivos que era esperada para o ano ocorreu apenas parcialmente, o que levou o número de beneficiários para 185 em dezembro.

Empenhou-se para o auxílio o valor de R\$ 1.580.000,00 (um milhão quinhentos e oitenta mil reais), sendo que, deste valor, foram liquidados R\$ 1.475.993,18 (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil novecentos e noventa e três reais e dezoito centavos), e R\$ 104.006,82 (cento e quatro mil e seis reais e oitenta e dois centavos) foram reservados para restos a pagar.

Quadro 10. Ação 2549 – Comunicação e divulgação institucional

Identificação da Ação						
Código	2549 Atividade					Tipo:
Título	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário					Código: 1389
Unidade Orçamentária	17101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.000.000,00	11.000.000,00	4.783.049,75	4.173.532,77	4.173.532,77	-	609.516,98
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Matéria veiculada		unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			2.400	-	2.344	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.119.159,02	733.667,27	385.491,75	Matéria veiculada	unidade	-	

Em 2013, foram empenhados R\$ 4.783.049,75, dos quais foram executados R\$ 4.173.532,77. Mais de 85% deste valor foi utilizado no contrato de terceirização de mão-de-obra, principal contrato da Secretaria de Comunicação Social e essencial para seu adequado funcionamento.

Foram gastos também, no mesmo período, cerca de trezentos mil reais com dois serviços de clipping (televisivo e impresso/online), e cerca de 45 mil reais com serviços gráficos e de banco de imagens.

A execução ficou prejudicada pelo cancelamento do contrato para criação de um núcleo de rádio, TV, áudio e vídeo do CNJ. A expectativa é de que nos próximos meses a execução aumente em função da contratação de serviço de áudio e vídeo e de criação de campanhas publicitárias.

Segue também a meta física, em matérias veiculadas, da ação Comunicação e Divulgação Institucional:

Execução física		
Mês	Meta LOA	Executado
Janeiro	140	196
Fevereiro	220	139
Março	220	84
Abril	220	222
Maiο	220	234
Junho	220	208
Julho	140	202

Agosto	220	220
Setembro	220	235
Outubro	220	237
Novembro	220	184
Dezembro	140	183
TOTAL	2400	2344

Quanto aos restos a pagar, informo que devido à natureza do objeto “matérias publicadas”, não é possível uma associação direta entre o dispêndio de verbas e a execução da meta física. Portanto, mesmo havendo restos a pagar, as metas somente podem ser medidas até dezembro de 2013, já que a interpretação do item “matérias publicadas” é restrito ao mês de execução.

Quadro 11. Ação 2B65 – Apreciação e Julgamento de Processos Administrativos

Código	2B65 Atividade					Tipo:	
Título	APRECIACAO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES E ADMINISTRATIVOS						
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário					Código: 1389	Tipo:
Unidade Orçamentária	17101						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
49.027.740,00	49.367.900,00	35.873.383,44	25.971.881,14	25.450.984,20	520.896,94	9.901.502,30	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
Processo apreciado			unidade	8.000	-	8.450	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
7.486.616,18	4.779.908,07	2.241.187,50	Processo apreciado		unidade	-	

Nota: O valor inscrito em restos a pagar é referente apenas aos créditos consignados na Lei Orçamentária 2013.

A Ação Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos superou a meta física, pois tinha como meta prevista o julgamento de 8.000 processos, e o resultado alcançado foi a solução de 8.450 processos, incluídos neste número os processos julgados, com decisões monocráticas, baixados e arquivados por perda de objeto.

Vale destacar que esta Ação foi segregada em cinco Planos Orçamentários para permitir o acompanhamento físico e financeiro da execução num nível mais detalhado. Dividido da seguinte forma: 001- Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares, 002- Capacitação de Recursos Humanos; 003-Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa, 004- Centro de Aperfeiçoamento de Estudos do Poder-CEAJUD, 005 - Corregedoria Nacional de Justiça. Deste modo, segue no quadro abaixo o detalhamento da execução dos Planos Orçamentários.

Coordenador de Ação : Secretaria de Administração - SAD												
Projeto/Atividade	GND		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Crédito Bloqueado Controle Interno	Dotação Líquida	Destques	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc	
171010203213892B650001	APRECIACAO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLI	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.938.276,00	34.938.276,00	1.422.662,90	33.515.613,10	776.862,95	27.730.730,56	22.439.533,20	21.921.821,87	5.291.197,36
		4	INVESTIMENTOS	1.382.099,00	4.382.099,00	481.714,05	3.900.384,95		3.058.065,97	731.867,27	731.862,93	2.326.198,70
	Subtotal			39.320.375,00	39.320.375,00	1.904.376,95	37.415.998,05	776.862,95	30.788.796,53	23.171.400,47	22.653.684,80	7.617.396,06
171010203213892B650002	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.884.625,00	1.884.625,00		1.884.625,00	44.436,71	638.128,64	561.737,34	561.737,34	76.391,30
	Subtotal			1.884.625,00	1.884.625,00	-	1.884.625,00	44.436,71	638.128,64	561.737,34	561.737,34	76.391,30
171010203213892B650003	COORDENACAO NACIONAL DE ESTATISTICA E PESQUIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.262.740,00	4.262.740,00		4.262.740,00	863.509,92	2.687.778,99	954.430,07	954.430,07	1.733.348,92
		4	INVESTIMENTOS	60.000,00	60.000,00		60.000,00	55.000,00	55.000,00	45.000,00	45.000,00	10.000,00
	Subtotal			4.322.740,00	4.322.740,00	-	4.322.740,00	918.509,92	2.742.778,99	999.430,07	999.430,07	1.743.348,92
171010203213892B650004	CENTRO DE APERFEICOAMENTO DE ESTUDOS DO PODER	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.000,00	1.500.000,00		1.500.000,00		1.005.045,92	546.401,32	546.401,32	458.644,60
	Subtotal			1.500.000,00	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-	1.005.045,92	546.401,32	546.401,32	458.644,60
171010203213892B650005	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTICA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000.000,00	2.000.000,00		2.000.000,00		358.473,36	358.473,36	358.473,36	
	Subtotal			2.000.000,00	2.000.000,00	-	2.000.000,00	-	358.473,36	358.473,36	358.473,36	
171010203213892B65@	VALOR NAO DETALHADO (REABERTURA DE CREDITO)	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
		4	INVESTIMENTOS		340.160,00		340.160,00		340.160,00	334.438,58	331.257,31	5.721,42
	Subtotal						340.160,00	-	340.160,00	334.438,58	331.257,31	5.721,42
Total:				49.027.740,00	49.027.740,00	1.904.376,95	47.463.523,05	1.739.809,58	35.873.383,44	25.971.881,14	25.450.984,20	9.901.502,30

001 – Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares

O Plano Orçamentário Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares está diretamente ligado à atividade finalística do órgão. Engloba as despesas administrativas necessárias à manutenção e funcionamento da instituição, tais como pagamento dos prestadores de serviços administrativos, manutenção e conservação de imóveis, manutenção e abastecimento de veículos, aquisição de materiais e bens permanentes.

No que se refere às despesas para manutenção e funcionamento do órgão, destaca-se que em 2013 o CNJ iniciou contratações para reforma do prédio da SEPN 514, tendo inclusive firmado parceria com o Comando do Exército, para auxílio na elaboração dos Projetos Básicos, uma vez que o CNJ conta com um reduzido quadro técnico, sendo apenas 1 engenheiro e 2 arquitetos.

O Plano Orçamentário Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares teve dotação líquida disponível de R\$ 33.515.613,10, tendo sido executado R\$ 27.730.730,56, o que corresponde a 83% de execução. Entende-se que o orçamento não foi totalmente executado devido à economicidade alcançada nos procedimentos licitatórios realizados mediante registro de preços, bem como devido ao maior controle nos gastos, primando-se pela eficiência no dispêndio dos recursos públicos.

002- Capacitação de Recursos Humanos

Em 2013, as ações desenvolvidas pela SEDUC – Seção de Educação Corporativa, contaram com 13 (treze) eventos no Programa de Desenvolvimento de Líderes; 44 (quarenta e quatro) eventos abertos e 17 (dezessete) eventos internos, totalizando, nesses eventos, 199 (cento e noventa e nove) servidores capacitados e 557 (quinhentas e cinquenta e sete) vagas oferecidas.

A meta física programada apresentou-se abaixo da executada, tendo em vista que não ocorreu a entrada de todos os servidores aprovados pelo concurso público (vagas criadas pela Lei nº 12.463/11). Pelo planejamento orçamentário, havia a previsão de 383 (trezentos e oitenta e três) servidores, dentre efetivos e comissionados. A previsão seria atender a 75% dos 383 (trezentos e oitenta e três) servidores com ações de capacitação, ou seja, 288 (duzentos e oitenta e oito) servidores, meta alinhada ao planejamento estratégico do CNJ, estipulada para 2013, pelo “Índice de Capacitação de Servidores”.

No entanto, em 31/12/2013, o CNJ contava com uma força de trabalho de 246 (duzentos e quarenta e seis) servidores, dentre efetivos, requisitados e sem-vínculo. Se considerarmos o percentual pretendido a ser alcançado de 75%, a meta física programada seria de 185 (cento e oitenta e cinco) servidores capacitados. Desta forma, com base na meta física alcançada em 2013, pode-se afirmar que a meta percentual programada, de 75%, foi superada, alcançando um percentual de 80,89% de servidores com participação em ações de capacitação.

No tocante ao orçamento, o gasto foi aperfeiçoado, posto que o direcionamento dado pela nova gestão foi pela primazia da economicidade, o que provocou reflexos diretos na execução orçamentária, assim como, na forma de execução dos treinamentos. Conforme se verifica na comparação de execução entre os anos de 2012 e 2013, na tabela abaixo:

	2012	2013
Modalidade	Vagas Ofertadas	Vagas Ofertadas
Eventos Internos	287	290
Eventos Externos	123	108
Programa de Desenvolvimento de Líderes	146	159
Total	556	557
Orçamento empenhado	R\$ 666.512,37*	R\$ 638.128,64
Orçamento por vaga	R\$ 1.198,76	R\$ 1.145,65

* Esse valor foi calculado pelo montante de R\$ 1.246.385,90, excluído o valor de R\$ 579.873,53 (valor executado pelo CEAJUD, unidade que em 2012 dividia a ação orçamentária.)

Ademais, em 2013, foi firmado um termo de cooperação com os Tribunais Superiores, TJDFT, CJF, MPU, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público para permitir a promoção de eventos em parceria, com vistas a possibilitar economias de escala e processual.

003-Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa

O Departamento de Pesquisas Judiciárias é a unidade gestora do referido Plano Orçamentário. Destacam-se abaixo as principais ações executadas no exercício de 2013.

1. Fomentar pesquisas por meio de pagamento de bolsas de mestrado e doutorado em instituições de ensino (Termo de Cooperação N° 01/2010 – CNJ/CAPES); CNJ ACADÊMICO. (R\$ 1.380.000,00 – Custeio – e Despesas com Material Bibliográfico-capital, R\$ 55.000,00)
Em 2013 estava previsto o repasse do valor de R\$ 1.380.000,00 (um milhão trezentos e oitenta mil reais). Conforme ajustes realizados no âmbito do 3° Termo Aditivo ao TCT n° 1/2010, houve redimensionamento do valor para R\$ 741.877,00 (setecentos e quarenta e um mil oitocentos e setenta e sete reais). Efetivamente foi realizado o destaque orçamentário de R\$ 512.827,00 (quinhentos e doze mil e oitocentos e vinte e sete reais), em vista de novos cálculos efetuados e revistos pelo processo n° 339.156.
2. Contratação de pesquisas sobre eixos temáticos definidos pelo CNJ – Série Justiça Pesquisa (R\$ 2.376.000,00).
Esta previsão de recursos refere-se à realização de pesquisas selecionadas por meio do Edital de convocação n. 1/2012 (<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-pesquisa>). Estavam previstas 10 pesquisas, no entanto, por razões técnicas duas instituições desistiram, ocasionando apenas oito pesquisas efetivamente contratadas.
Com a assinatura dos contratos, conforme quadro abaixo, foram empenhados R\$ 1.550.424,61 (um milhão, quinhentos e cinquenta mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta e um centavos).

Descrição	Processo	Valor empenhado/destacado 2013
Associação Brasileira de Jurimetria- ABJ (tema 1)	350.742	R\$ 196.400,00
Centro de Estudos e Pesquisa em saúde Coletiva - UERJ (tema 2)	350.743	R\$ 191.565,20
Universidade de São Paulo/RP (tema 3)	350.741	R\$ 199.775,00
Universidade de Brasília - NEPEM (tema 4)*	Edital nº 1/2012	R\$ -
Universidade Católica de Pernambuco (Tema 5)	350.739	R\$ 186.036,50
Fundação Universidade de Itaúna (tema 6)	350.736	R\$ 184.674,71
Universidade de São Paulo/RP (tema 8)	350.737	R\$ 199.163,20
Fundação Carlos Alberto Vanzolini (tema 9)	350.738	R\$ 199.520,00
Fundação Getúlio Vargas - Direito/GV (tema 10)*	Edital nº 1/2012	R\$ -
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP (tema 10)	350.735	R\$ 193.290,00

Esclarece-se que os pagamentos referentes às contratações acima estão vinculados a 3 Fases comprovadas por meio de entrega de relatórios. Apenas a primeira fase ficou definida como entrega no ano de 2013, sendo que algumas delas já foram devidamente pagas e outras em fase de pagamento, conforme acompanhamento registrado em cada um dos processos acima descritos.

3. Execução de Termos de Cooperação Técnica com o IPEA:

Em relação ao TCT nº 001/2012, Processo n. 345.394, referente à pesquisa sobre “Reincidência e Itinerários Criminais no Brasil”, houve por parte do CNJ o repasse da segunda parcela em 26 de julho de 2013, no valor de R\$ 553.700,00 (quinhentos e cinquenta e três reais e setecentos reais). Ressalta-se que em razão do fim do prazo de vigência do Termo, não haverá o repasse da terceira parcela prevista no cronograma de execução no valor de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais).

Quanto ao TCT nº 3/2012, Processo n. 346.900, referente à pesquisa “Tempo e Custo das Ações Cíveis de 1º Grau na Justiça Estadual”, estava previsto para 2013 o repasse do valor de R\$ 15.000,00, referente à terceira parcela do termo. No entanto, após os ajustes efetuados entre ambas as áreas CNJ e IPEA, convencionou-se que não seria necessário o repasse desse valor em 2013.

Em dezembro de 2013, após prestação de contas realizada, o IPEA devolveu ao CNJ, em duas parcelas, o valor total de R\$ 148.017,08 (centro e quarenta e oito mil, dezessete reais e oito centavos), conforme registro às fls. 363 e 364 do processo 345.394. Desta forma, o valor efetivamente repassado/destacado para o IPEA totalizou R\$ 405.682,92.

4. Pagamento da Elo Consultoria para o projeto “Diagnóstico e Fortalecimento dos Judiciários Estaduais”, Contrato CNJ nº 08/2013 (Bird/IDF Grant nº TF010771)

O Projeto realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, sob o acompanhamento do Departamento de Pesquisas Judiciárias, sofreu alterações no cronograma para ajustar os produtos às etapas, conforme relatório apresentado no Produto 1. Assim, para o pagamento dos Produtos 1 e 2 foram utilizados recursos de restos a pagar de 2012 no valor total de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) e para o pagamento das etapas 3, 4 e 5 foi empenhado o valor de R\$ 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais). O produto referente à etapa 3 já foi entregue e o pagamento correspondente efetuado no valor de R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais). As demais etapas seguem o cronograma especificado para o projeto.

5. Organização e execução do Seminário Justiça em Números. (R\$ 110.000,00)

O Seminário Justiça em Números foi realizado nos dias 15 e 16 de outubro com a participação de palestrantes internacionais e nacionais e com a presença de representantes dos Tribunais do país. As despesas referentes à realização do evento foram realizadas por meio de contratos pré-existentes e geridos por outras áreas do CNJ como, por exemplo, diárias e passagens, impressão do Relatório, assistentes de cerimonial, mestre de cerimônias etc. Portanto, o valor reservado à realização do Seminário integrou ações diversas a da ação de estatística e pesquisa do Poder Judiciário.

Além destas demandas, foi necessária a contratação de um tradutor juramentado no âmbito do Projeto “Diagnóstico e Fortalecimento do Judiciário Estadual” cujo valor total, somado ao da contribuição patronal, foi de R\$ 2.736,00 (dois mil, setecentos e setenta e seis reais); e, também de mais dois tradutores juramentados para a tradução do sumário executivo do Relatório Justiça em Números para os idiomas Inglês e Espanhol, sendo estes dois últimos a um valor total de R\$ 16.108,46 (dezesesseis mil, cento e oito reais e quarenta e seis centavos).

O maior desafio para a execução orçamentária, como em qualquer outra unidade, é primeiramente a contratação dos serviços/produtos necessários à execução das pesquisas planejadas e, em seguida, a própria execução dos contratos, composta por fatores complexos que extrapolam a competência do Departamento.

A impossibilidade na execução de duas das pesquisas previstas para a Série Justiça Pesquisa; o recálculo a menor dos valores dispostos nos Termos de Cooperação para os repasses ao IPEA e a CAPES; a redefinição do cronograma de desembolso para as etapas da consultoria da Elogroup e, por fim, o aguardo pela autorização de prosseguimento com o Termo de Cooperação com o CNPq contribuíram para que a execução orçamentária da ação de estatística e pesquisa esteja abaixo do planejado no período.

Não obstante, destacamos que os principais projetos planejados para este ano estão em andamento, totalizando o valor empenhado/destacado de R\$ 2.742.778,99 (dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, setecentos e setenta e oito reais e noventa e nove centavos).

004- Centro de Aperfeiçoamento de Estudos do Poder-CEAJUD

No exercício de 2013, o CEAJUD ofereceu mais de 10 mil vagas em cursos presenciais e à distância para servidores e magistrados do Poder Judiciário. Isso representou um acréscimo de 50% em comparação ao exercício de 2012. Os principais projetos desenvolvidos foram na área de educação corporativa, infância e juventude, coordenação da política nacional, desenvolvimento de cursos à distância e realização de eventos.

Na área de educação corporativa, o CEAJUD ofereceu cursos de:

Ética
Improbidade Administrativa
Direito da Infância e Juventude
Processo Penal Descomplicado
Lei 8666/93, Pregão, Registro de Preços
Orçamento Público
Administração Judiciária
Docência Online
Gestão Estratégica com uso do BSC

Desenvolvimento de Competências Gerenciais
Gestão de Projetos
Direito Constitucional

As contratações de instrutores do CEAJUD são realizadas de acordo com a Instrução Normativa nº 20, de 2009. Dessa forma, é possível aproveitar os talentos existentes entre magistrados e servidores para promover uma verdadeira gestão do conhecimento no Poder Judiciário. Isso contribui para a motivação e serve como um incentivo ao aperfeiçoamento dos quadros do Judiciário.

Na área da Infância e Juventude, foi realizado um grande projeto em parceria com a UNICEF e a Childhood Brasil para capacitar pessoas no tema “Depoimento Especial”. Foram realizados dois cursos a distância (Introdução ao Direito da Infância e Juventude e Depoimento Especial) e um curso presencial com apoio de instrutores americanos da NCAC.

Na área de auditoria, foram realizados cursos presenciais sobre Controles Internos e cursos à distância de Auditoria Governamental. Todos os cursos foram realizados em parceria com o Tribunal de Contas da União.

O CEAJUD coordenou o grupo de trabalho responsável por propor a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário. Atualmente, essa minuta de Resolução encontra-se na Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas.

A equipe do CEAJUD desenvolveu três cursos a distância em 2013:

- Improbidade Administrativa
- Cartórios Extrajudiciais
- Direito da Infância e Juventude

Também foram realizados quatro eventos em 2013:

- Seminário de Gestão por Competências
- Dia da Infância no CNJ
- 5º Fórum de Educação a Distância do Poder Judiciário
- 1º Encontro Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário

005 - Corregedoria Nacional de Justiça

A meta física deste Plano Orçamentário é a realização de 27 missões. No ano de 2013 foram realizadas 23 missões. O item 3.3 do presente relatório detalha as missões realizadas pela Corregedoria, notadamente para a realização de inspeções nos tribunais.

Do orçamento disponibilizado de R\$ 2.000.000,00, foi executado R\$ 358.473,36. Vale ressaltar que a diminuição dos gastos com diárias e passagens foi uma das diretrizes estabelecidas pelo Presidente.

Quadro 12. Ação 137I – Construção do Edifício-Sede do CNJ

Identificação da Ação							
Código	137I					Tipo: Projeto	
Título	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA						
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário					Código: 1389	Tipo: Gestão
Unidade Orçamentária	17101						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não		Caso positivo: ()PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
Edifício construído		% de execução física	1	-	-		

Nota: Em atendimento à diretriz da Presidência do CNJ, o orçamento desta ação não foi executado no exercício de 2013.

Quadro 13. Ação 11E6 – Implantação do E-jus

Identificação da Ação						
Código	11E6 Projeto					Tipo:
Título	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DA INFORMACAO JURISDICCIONAL NO PODER JUDICIARIO (E-JUS)					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário					Código: 1389
Unidade Orçamentária	17101					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não		Caso positivo: ()PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
81.025.922,00	31.465.806,00	16.329.768,03	7.021.765,86	6.979.678,83	42.087,03	9.308.002,17
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema implantado		% de execução física	10	-	7	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.349.649,31	1.783.603,70	138.055,20	Sistema implantado	% de execução física	7	

Quadro 14. Ação 1K27 – Modernização da infraestrutura de TI.

Identificação da Ação						
Código	1K27 Projeto					Tipo:
Título	MODERNIZACAO DA INFRAESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA INFORMACAO DA JUSTICA BRASILEIRA					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário					Código: 1389
Unidade Orçamentária	17101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
45.806.621,00	59.548.607,00	58.669.074,04	6.198.961,03	6.198.961,03	-	52.470.113,01
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto implantado		% de execução física	10	-	10	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
42.294.869,56	38.227.198,91	1.193.004,54	Projeto implantado	% de execução física	6	

Os projetos de investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) utilizavam-se de duas ações orçamentárias:

1. Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-Jus - Código 11E6);
2. Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira – (Código 1K27).

A Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional (e-Jus) objetiva o provimento de meios aos Órgãos do Poder Judiciário Federal para viabilizar a transparência dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade, viabilizando:

- a. o desenvolvimento, implantação e consolidação de infraestrutura, processos e soluções de gestão da informação jurisdicional com a aplicação de TIC;
- b. a promoção de interligação entre os Órgãos do Poder Judiciário e a ele relacionados, bem como a integração de bases de dados;
- c. a capacitação em soluções de gestão da informação e governança de TIC voltadas ao projeto e-Jus;
- d. a garantia de disponibilidade e de segurança dos sistemas e informações;

Já a ação de Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira, em linhas gerais, objetiva também o provimento de meios para viabilizar a transparência

dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade, mas tão somente pelos Órgãos do Poder Judiciário Estadual.

Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-Jus - Código 11E6);

Considerando a extração de dados do SIAFI, a execução orçamentária e financeira da ação e-Jus, em 2013, foi contemplada inicialmente com recursos no valor de R\$ 81.025.922,00.

Desse valor, foi colocado à disposição do CNJ R\$ 31.465.806,00 e em reserva, para posterior distribuição no transcorrer do exercício financeiro entre os órgãos integrantes do Projeto e-Jus (STF, CNJ, CJF, STJ, TSE, TST, STM, e TJDFT), o montante de R\$ 49.560.116,00:

Desse recurso de R\$ 31.465.806,00 foi empenhada pelo CNJ a importância de R\$ 16.329.768,03 e efetivamente liquidados no período a quantia de R\$ 7.021.765,86. Foi inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 9.308.002,17.

Verifica-se, preliminarmente, se considerarmos os valores colocados à disposição do CNJ e os valores efetivamente liquidados no referido exercício financeiro, uma execução de cerca de 22%. Por outro lado, os valores inscritos em restos a pagar somam cerca de 30% dos valores recebidos pelo CNJ em 2013.

A meta física de execução estabelecida para o e-Jus foi 10. Se considerar somente o que foi liquidado, tem-se 7 como meta alcançada.

Alguns fatores contribuíram para que o CNJ não alcançasse a meta estabelecida em 2013, além dos já expostos, como a baixa execução de projetos de sistemas de informação por meio de fábrica de software (R\$ 4.408.486,00); a não priorização da contratação do suporte técnico para a solução CNIPE no valor aproximado de R\$ 7.421.136,00, objeto do contrato 46/2011; a redução do Contrato 48/2010 em sua renovação em cerca de 25%; e a redução dos postos de trabalho do Contrato CNJ nº 49/2011.

Os contratos abaixo relacionados, totalizaram R\$ 6.242.989,38 ou seja, cerca de 67% dos recursos inscritos em restos a pagar. Tais contratações e aquisições foram inscritos em restos a pagar porque dependem de entrega e instalação para o aceite, para a emissão dos termos de recebimento definitivos e para os devidos pagamentos:

Processo 349810; ARP 3/2013 - Aquisição e emissão de certificados digitais; R\$ 1.176.947,82

Processo 351981; ARP 19/2013 - Aquisição de equipamentos para expansão da rede cabeada; R\$ 1.300.276,56

Processo 351571 - Aquisição de solução unificada de armazenamento de dados; R\$ 2.480.565,00

Processo 351577 - Aquisição de escâneres de grande porte; R\$ 1.285.200,00

Se considerarmos o valor liquidado em 2013 e o previsto para liquidação em 2014, a execução financeira dessa ação e-Jus será de cerca de 52% do recurso inicialmente contemplado para o Conselho.

Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira – (Código 1K27).

Considerando também a extração de dados do SIAFI, a execução orçamentária e financeira da ação Modernização (Código 1K27) em 2013 foi contemplada inicialmente com recursos no valor de R\$45.806.621,00. Posteriormente houve acréscimo por meio de transferência entre as ações, totalizando ao final do ano um montante de R\$ 59.548.607,00.

Desse montante final, foram empenhados R\$ 58.669.074,04 e liquidados efetivamente pelo CNJ no período o valor de R\$ 6.198.961,03. Foram inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 52.470.113,01.

Verifica-se, preliminarmente, se considerarmos os valores contemplados inicialmente e os efetivamente liquidados no referido exercício financeiro, uma execução de cerca de 14%. Entretanto, considerando o valor final da dotação orçamentária, o valor efetivamente executado e o valor inscrito em restos a pagar, a execução totalizaria cerca de 98,5%.

A meta física de execução estabelecida para ação Modernização foi 10. Se considerarmos somente o que foi liquidado, temos 6 como meta alcançada.

Outros fatores podem ter contribuído para que o CNJ não alcançasse a meta estabelecida em 2013, além dos já expostos, como a aquisição de equipamentos para distribuição à Justiça Estadual composta de microcomputadores e nobreaks, somando R\$ 49.786.200,00, cerca de 84%. Tal monta foi inscrita em restos a pagar porque são contratações decorrentes de Atas de Registro de Preços do CNJ que dependem de entrega e instalação em todas as regiões do país (21.398 microcomputadores e 16.316 nobreaks) para o aceite, para a emissão dos termos de recebimento definitivos e para os devidos pagamentos:

Há ainda restos a pagar não processados do exercício anterior referentes ao Contrato CNJ nº 49/2012 - Aquisição de salas Seguras para o TJMT no valor de R\$ 2.546.383,95.

Ressalte-se a importância desses investimentos para o Judiciário, visto que foram distribuídos cerca de 20 mil microcomputadores aos diversos Tribunais de Justiça do País e mais de 16 mil equipamentos para a estabilização de energia (nobreaks).

Conclui-se, portanto, que apesar de o DTI/CNJ não ter alcançado as metas físicas estabelecidas para o uso dos recursos financeiros destinados as ações de Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional e Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação do Judiciário Estadual, a justiça brasileira avançou tecnologicamente considerando-se os percentuais que serão executados ainda no primeiro semestre de 2014.

2.2.2 Ações não previstas na Lei Orçamentária Anual 2013 – Restos a Pagar não processados

Quadro 15. Ação 00LF – Contribuição da União para a Previdência Complementar.

Identificação da Ação					
Código	00LF			Tipo: Operação Especial	
Título	Contribuição da União para a Previdência Complementar do Servidor Público Federal				
Programa	Operações Especiais : Outros Encargos Especiais		Código: 0909	Tipo: Operação Especial	
Unidade Orçamentária	17101				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: ()PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
25.000,00	25.000,00				

Quadro 16. Ação 4091 – Capacitação de recursos humanos.

Identificação da Ação					
Código	4091			Tipo: Atividade	
Título	Capacitação de Recursos Humanos				
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código: 1389	Tipo: Gestão		
Unidade Orçamentária	17101				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
224.021,38	189.907,65	34.113,73	Servidor capacitado	Unidade	-

Quadro 17. Ação 2B66 – Coordenação Nacional de Estatísticas e Pesquisas

Identificação da Ação					
Código	2B66			Tipo: Atividade	
Título	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário				
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código: 1389	Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	17101				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.123.848,80	707.850,00	326.243,20	Pesquisa aplicada	Unidade	-

2.3. Informações sobre outros resultados da gestão

A atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no ano de 2013, foi marcada por diversas ações que buscaram conferir maior transparência e eficiência ao Poder Judiciário, com ênfase ao combate à corrupção e ao estabelecimento de regras voltadas à moralidade dos órgãos judiciais.

Foram dezenove metas traçadas no ano precedente, os resultados das metas de forma geral apontam para a boa produtividade dos magistrados em 2013, com destaque para o julgamento dos processos mais antigos, resposta aos anseios da sociedade por um judiciário mais célere. Ademais, atenção especial foi dada pela magistratura brasileira às ações de improbidade e crimes contra a administração pública, em atendimento ao que determinou a Meta 18/2013. Essa meta favoreceu a solução célere de cerca de 30 mil ações judiciais versando sobre esse tema em 2013. O resultado de cada meta estabelecida para o Judiciário pode ser visualizado no item 2.3.

O fomento à criação de varas especializadas em saúde, a ampliação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e os programas de capacitação de servidores foram algumas das medidas tomadas que contribuem para a consolidação de um Judiciário mais profissional e voltado às demandas dos cidadãos.

Merecem destaque os Mutirões Carcerários realizados pelo CNJ em diversos estados, a fiscalização das unidades de internação de jovens em conflito com a lei e as negociações com o Poder Executivo com vistas à melhoria do sistema penal e das medidas socioeducativas.

Para definir as prioridades de 2014, os presidentes dos 90 tribunais brasileiros se reuniram novembro em Belém-PA e, sob a coordenação do CNJ, aprovaram metas, as quais direcionarão magistrados e servidores em 2014 para o alcance de maior efetividade na prestação jurisdicional.

Em relação às metas fixadas para o Poder Judiciário, foram obtidos os seguintes resultados gerais em 2013:

Meta	Descrição da meta	Percentual de Cumprimento
1	Todos os segmentos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013	91.21%
	Número total de processos distribuídos em 2013	18962768
	Número total de processos julgados	17295356
2	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 90% dos processos distribuídos, em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º grau da Justiça Estadual	107.09%
	Total de processos pendentes de julgamento com os que entraram e saíram da meta	1457924
	Total de processos julgados até o ano base	1405200
	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 50% dos processos distribuídos, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais	181.17%
	Total de processos pendentes de julgamento com os que entraram e saíram da meta	2016899
	Total de processos julgados até o ano base	1827019
	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 90% dos processos distribuídos em 2010 na Justiça Eleitoral	107.85%
	Total de processos pendentes de julgamento com os que entraram e saíram da meta	114736
	Total de processos julgados até o ano base	111369

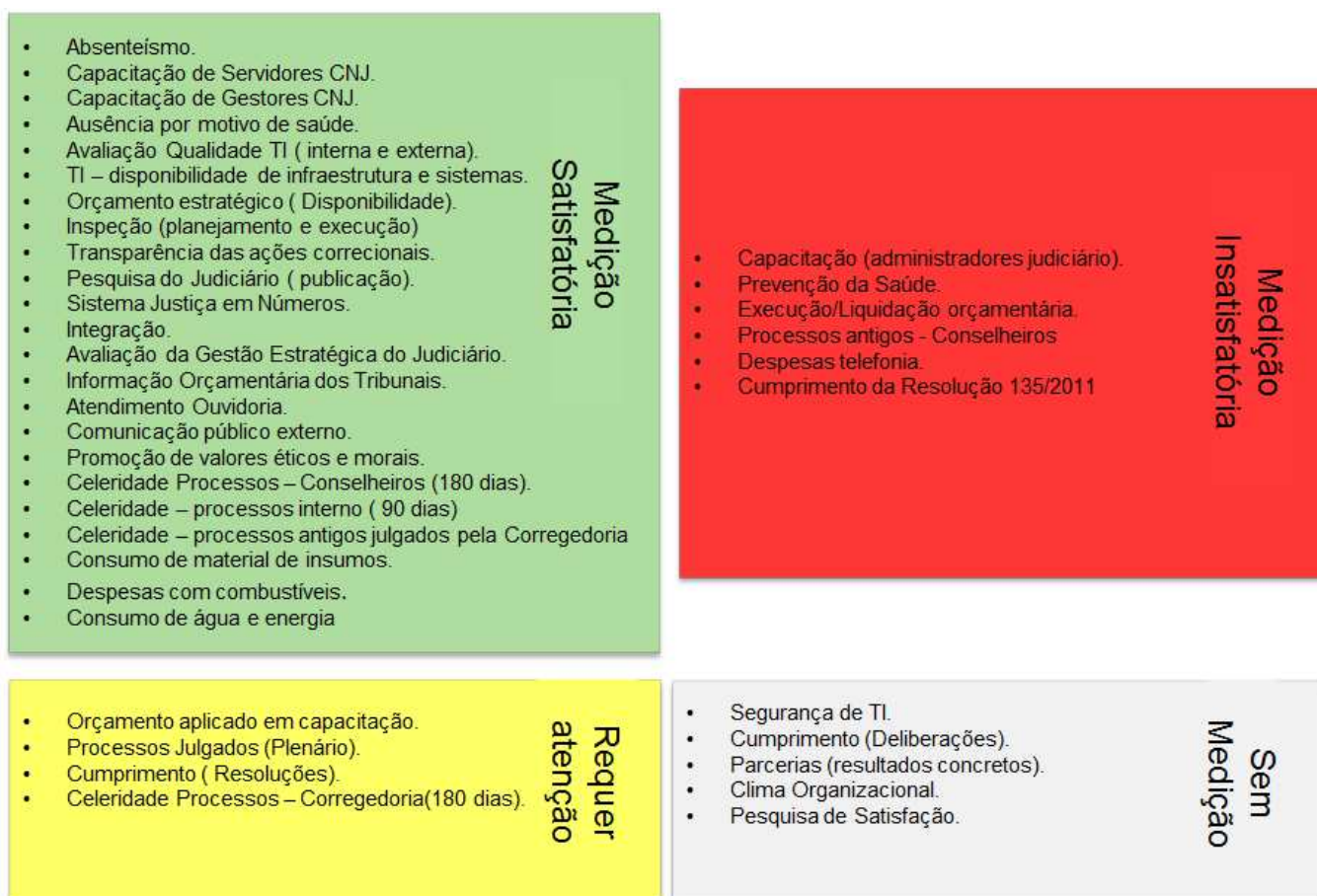
	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 90% dos processos distribuídos em 2011 na Justiça Militar dos Estados	110.83%
	Total de processos pendentes de julgamento com os que entraram e saíram da meta	3985
	Total de processos julgados até o ano base	3975
	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009 na Justiça do Trabalho	124.34%
	Total de processos pendentes de julgamento com os que entraram e saíram da meta	2689946
	Total de processos julgados até o ano base	2675638
	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2011 no Tribunal Superior do Trabalho	115.20%
	Total de processos pendentes de julgamento com os que entraram e saíram da meta	126447
	Total de processos julgados até o ano base	116529
	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008 no Superior Tribunal de Justiça	123.92%
	Total de processos pendentes de julgamento com os que entraram e saíram da meta	270571
	Total de processos julgados até o ano base	268228
	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 70% dos processos distribuídos em 2010 e 2011 na Justiça Militar da União	137.98%
	Total de processos pendentes de julgamento com os que entraram e saíram da meta	2956
	Total de processos julgados até o ano base	2855
	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 90% dos processos distribuídos em 2010 no Tribunal Superior Eleitoral	0.0%
	Total de processos pendentes de julgamento com os que entraram e saíram da meta	0
	Total de processos julgados até o ano base	0
3	Justiça Militar Estadual -Julgar 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais, e dos processos de natureza especial em até 120 dias	108.27%
	Total de processos distribuídos com os que entraram e saíram da meta	2228
	Total de processos julgados	2171
4	Justiça Militar Estadual - Implantar o processo judicial eletrônico em 25% das unidades judiciárias	0.0%
5	Justiça Federal - Designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012	
	Média do percentual de cumprimento para audiências de conciliação	70.69%
	Média do percentual de cumprimento para atividades adequadas à solução de conflitos:	61.50%
6	Justiça Federal - Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das Turmas Recursais	100%
	Total de turmas recursais	45
	Total de turmas recursais que possuem processo(s) de trabalho	45
7	Justiça Eleitoral - Modelar pelo menos 5 processos de trabalho das unidades judiciárias de 1º Grau da Justiça Eleitoral	19%
	Número acumulado de rotinas/processos redesenhados e implantados	31

8	Justiça Eleitoral - Implantar e divulgar a “Carta de Serviços” do 2º Grau da Justiça Eleitoral	85%
	Quantitativo de tribunais que cumpriram a meta	23
9	Justiça do Trabalho - Implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas	
	Percentual de Cumprimento PCMSO	96.90%
	Percentual de Cumprimento PPRA	75.86%
	Total de unidades judiciárias	3750
	Total de unidades que foram implementados os programas PCMSO	2362
	Total de unidades que foram implementados os programas PPRA	1849
10	Justiça do Trabalho - Realizar a adequação ergonômica em 20% das unidades judiciárias de 1º e 2º Grau	106.70%
	Total de postos de trabalho	7198
	Total de postos de trabalho com adequação ergonômica	1536
11	Justiça do Trabalho -Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores, na utilização do Processo Judicial Eletrônico e em gestão estratégica	
	Média do Percentual de Cumprimento dos magistrados capacitados em PJE	120.31%
	Média do Percentual de Cumprimento dos magistrados capacitados em GE	115.40%
	Média do Percentual de Cumprimento dos servidores capacitados em PJE	107.89%
	Média do Percentual de Cumprimento dos servidores capacitados em GE	83.71%
	Média do Percentual de Cumprimento dos servidores de TI capacitados	114.21%
12	Justiça do Trabalho - Implantar o Processo Judicial Eletrônico – PJE em pelo menos 40% (quarenta por cento) das Varas do Trabalho de cada Tribunal.	150.16%
	Varas do Trabalho existentes	1520
	Varas do Trabalho com o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJE/JT	913
13	Justiça do Trabalho - Aumentar em 15% (quinze por cento) o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011	76.76%
	Número total de processos em fase de execução encerrados em 2011	914900
	Número total de processos encerrados em 2013	807581
14	Justiça do Trabalho - Executar, até setembro de 2013, pelo menos 65% (sessenta e cinco por cento) do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal.	88.39%
	Total do orçamento dos tribunais	R\$ 1.140.891.332,00
	Total do orçamento executado no mês de referência	R\$ 655.509.962,20
15	Justiça Militar da União - Desenvolvimento do sistema de gestão eletrônica de processos, documentos, arquivos e informação (fase 3) - prontificar a modelagem de processos de negócio atuais	Meta não cumprida
16	Todos os segmentos de justiça - Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal	29%
	Percentual de tribunais que cumpriram totalmente a meta	
17	Todos os segmentos de justiça - Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos	37%
	Percentual de tribunais que cumpriram totalmente a meta	

18	Justiças Federal, Estadual, Militar Estadual, Superior Tribunal de Justiça e Justiça Militar da União - Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011	56.67%
	Processos alvo de julgamento	116254
	Processos julgados em 2012	36815
	Processos julgados em 2013	29071
	Total de processos julgados	65886
	Processos pendentes de julgamento	50368

Ressalta-se que será publicado Relatório de Desempenho das Metas 2013 no portal do CNJ. Quanto às metas estabelecidas para o CNJ, abaixo segue apresentado um quadro-síntese do resultado no ano de 2013:

PANORAMA DE DESEMPENHO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS



As informações referentes ao desempenho de cada indicador, especificando fórmula, encontra-se no documento a Estratégia do CNJ, no link: [Plano Estratégico do CNJ](#).

Estrutura de Governança e Autocontrole

Item 3 - Parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 127/2013

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE

3.1 Unidade de Controle Interno do CNJ

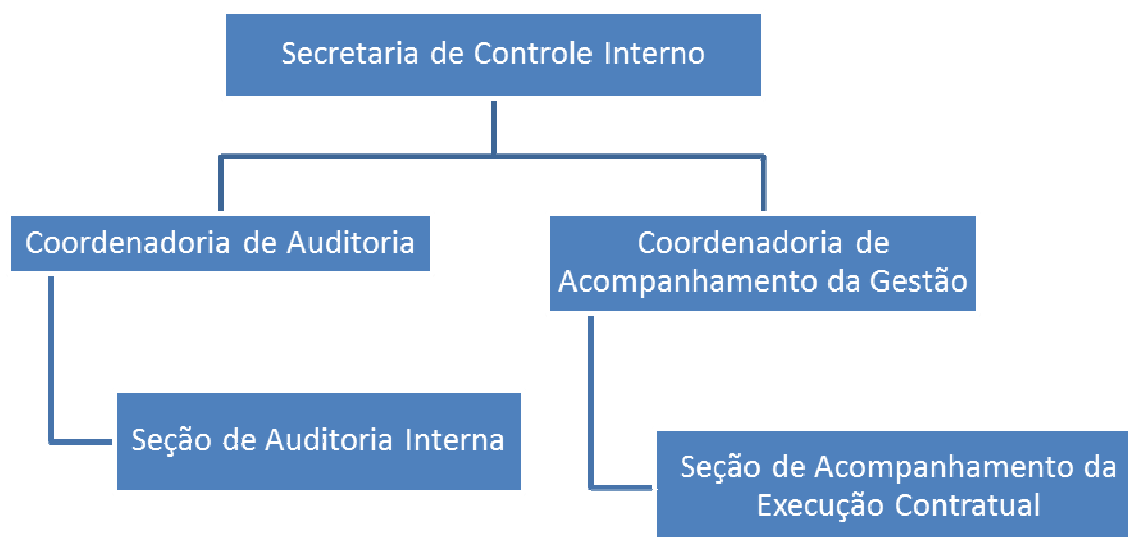
A Constituição Federal da República, em seu artigo 70, atribui ao sistema de controle interno de cada poder a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da gestão. Vale reforçar que o Poder Judiciário não possui um órgão central de controle interno em sua estrutura.

No âmbito do Conselho Nacional de Justiça, em cumprimento aos comandos constitucionais, a Secretaria de Controle Interno (SCI) é uma unidade especializada de controle e auditoria com o objetivo de garantir a transparência, a legalidade, a moralidade e a legitimidade na execução dos programas desenvolvidos no Conselho Nacional de Justiça.

Está subordinada à Presidência e tem como foco o acompanhamento dos programas de trabalho, contratos, convênios e as gestões: orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial e de pessoal do CNJ.

No exercício de sua missão institucional, a Secretaria exerce orientação e controle preventivos, desenvolvendo ações capazes de identificar impropriedades a tempo de contê-las, evitando erros ou desperdícios e priorizando a análise da qualidade dos gastos.

Com a reestruturação ocorrida em 2012 no CNJ, a SCI está atualmente subdividida da seguinte forma:



O Regulamento Geral da Secretaria de Controle Interno foi instituído pela Portaria CNJ n. 97, de 20 de setembro de 2011. Ainda, a Portaria n. 135/2013, da Presidência do CNJ, estabeleceu o processo de trabalho de atividades de auditoria.

As atribuições de cada unidade integrante da SCI estão descritas abaixo, conforme Manual de Organização do CNJ, aprovado pela Portaria n. 139/2013.

São competências da Secretaria de Controle Interno:

- I – planejar, coordenar e supervisionar as atividades de controle interno, de auditoria, de fiscalização e de inspeções administrativas no Conselho;
- II – propor diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução dessas atividades, bem como atender às determinações para realização de auditorias, fiscalizações e inspeções administrativas;
- III – assessorar o Presidente, o Corregedor Nacional de Justiça e os Conselheiros na supervisão e avaliação de gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal, quanto à observância das normas - constitucionais e infraconstitucionais - princípios e regras que regem a Administração Pública;
- IV – avaliar os resultados obtidos pela Administração quanto à economicidade, eficiência e eficácia;
- V – promover a integração com as unidades de controle interno do Poder Judiciário e dos Três Poderes, para o permanente aperfeiçoamento das competências da SCI;
- VI – acompanhar a tramitação de processos de interesse do Conselho perante o Tribunal de Contas da União – TCU, com o objetivo de orientar a Administração quanto à implementação de ações preventivas e corretivas necessárias ao atendimento tempestivo de diligências oriundas do TCU;
- VII – fixar prazos para atendimento de diligências;
- VIII – criar comissões com a finalidade de, no âmbito de sua competência, sistematizar, orientar normativamente, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades das unidades orgânicas do Conselho;
- IX – propor ao Presidente a adoção de Ações Coordenadas de Auditoria, a serem realizadas em parceria com as unidades jurisdicionadas ao Conselho em áreas prioritárias e de relevância para o CNJ; e
- X – desenvolver outras atividades correlatas, inclusive aquelas oriundas de determinações do TCU.

São competências da Coordenadoria de Auditoria:

- I – coordenar as atividades de auditoria, fiscalização e inspeção administrativa nas unidades orgânicas do Conselho, em cumprimento ao plano de atividades da Secretaria;
- II – propor a normatização, a sistematização e a padronização dos procedimentos de auditoria, fiscalização, inspeção administrativa e avaliação de gestão;
- III – avaliar o desempenho da gestão quanto à eficácia, eficiência, efetividade, economicidade e equidade;
- IV – organizar os processos de contas anuais a serem encaminhados ao TCU;
- V – elaborar e acompanhar a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria;
- VI – coordenar as atividades de auditoria, fiscalização e inspeção administrativas determinadas pelo Presidente, pelo Corregedor Nacional de Justiça e por Conselheiros ou contempladas nas Ações Coordenadas de Auditoria;
- VII – propor plano de capacitação de servidores lotados nas unidades de controle interno dos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ; e
- VIII – desenvolver outras atividades típicas da Coordenadoria.

São competências da Seção de Auditoria Interna:

- I – elaborar, com a Coordenadoria de Auditoria, o Manual de Auditoria e o Plano Anual de Atividades de Auditoria;
- II – realizar programação individual e específica de cada auditoria, definindo o escopo de trabalho e os respectivos instrumentos necessários à consecução da auditoria;
- III – realizar auditorias operacionais sobre os sistemas contábil, financeiro, patrimonial, de execução orçamentária, de pessoal e demais sistemas utilizados no Conselho;

- IV – auditar, fiscalizar e emitir relatórios, certificados e pareceres sobre a gestão dos administradores públicos do Conselho;
- V – participar de auditorias, fiscalizações e inspeções administrativas nas unidades submetidas ao controle administrativo e financeiro do CNJ, mediante participação de servidores lotados nas unidades de controle interno dos tribunais;
- VI – acompanhar as providências adotadas pelas áreas e unidades auditadas, em decorrência de improbidade e irregularidades detectadas nos trabalhos de auditoria, fiscalização ou inspeção administrativa, manifestando-se sobre sua eficácia e propondo, quando for o caso, o encaminhamento dessas providências ao TCU, para juntada aos processos respectivos;
- VII – manifestar-se sobre os atos de gestão denunciados como irregulares ou ilegais, propondo às autoridades competentes as providências cabíveis;
- VIII – sugerir providências para resguardar o interesse público e a probidade na aplicação de recursos financeiros e no uso de bens públicos, no caso de constatação de irregularidades;
- IX – verificar a consistência e a segurança dos instrumentos e sistemas de guarda, conservação e controle dos bens e valores ou daqueles pelos quais esta seja responsável;
- X – realizar auditoria sobre os sistemas informatizados, quanto à eficiência, segurança física do ambiente, segurança lógica e confidencialidade;
- XI – conservar, pelo prazo de cinco anos, a contar da data de julgamento das contas pelo TCU, os papéis de trabalho, relatórios, certificados e pareceres relacionados a auditorias realizadas;
- XII – apoiar a fiscalização e as inspeções administrativas quanto ao cumprimento das exigências estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça;
- XIII – acompanhar os processos administrativos e disciplinares, observando a eventual apuração de responsabilidade que implique prejuízo ao patrimônio do Conselho;
- XIV – examinar processos de Tomada de Contas Especial e emitir o respectivo Parecer;
- XV – acompanhar e avaliar as despesas sujeitas ao controle estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para a conferência do Relatório de Gestão Fiscal;
- XVI – realizar estudos sobre indicadores de desempenho, a fim de avaliar os resultados da gestão, segundo os critérios de eficiência, eficácia e economicidade;
- XVII – promover o acompanhamento e a análise das operações realizadas pelo Conselho por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), para verificar a adequação dos registros contábeis, orçamentários, financeiros e patrimonial;
- XVIII – acompanhar, analisar e avaliar a evolução das despesas do Conselho, inclusive a relação entre resultados pretendidos e obtidos, e propor medidas corretivas e soluções para otimizar a aplicação de recursos públicos; e
- XIX – desenvolver outras atividades típicas da Seção.

São competências da Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão:

- I – coordenar os exames dos atos relativos a licitação e contratos;
- II – orientar a Administração no que se refere à observância da jurisprudência emanada do TCU;
- III – recomendar às unidades orgânicas, por intermédio da expedição de pareceres, despachos, relatórios, notas técnicas e outros instrumentos congêneres, a correção de falhas, omissões ou impropriedades identificadas nas análises e acompanhamentos realizados, inclusive quanto à eficácia da aplicação de legislação e normativos internos;
- IV – sugerir a realização de auditorias, quando os atos, procedimentos e documentos analisados exigirem tal medida;

V – elaborar, anualmente, e encaminhar à Coordenadoria de Auditoria, as informações passíveis de serem consignadas no Relatório de Auditoria de Gestão do Conselho, nos termos estabelecidos pelo TCU;

VI – propor plano de capacitação de servidores lotados nas unidades de controle interno dos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ; e

VII – desenvolver outras atividades típicas da Coordenadoria.

São competências da Seção de Acompanhamento da Execução Contratual:

I – analisar os processos de licitação e as hipóteses de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, realizadas pelo Conselho, observando a legalidade dos atos de gestão e a autenticidade da documentação apresentada;

II – propor a impugnação de atos de gestão vinculados a licitação e contrato considerados irregulares ou ilegais e sugerir à Coordenação a realização de auditorias;

III – acompanhar, analisar e avaliar os demais procedimentos de que resultem despesas para o Conselho não acobertadas por termo formal de contrato, de termo de cooperação, de protocolo de cooperação técnica, de convênio e de instrumentos congêneres;

IV – analisar os procedimentos administrativos relativos a doações e a desfazimento de bens pertencentes ao Conselho;

V – analisar os procedimentos concernentes à reparação de danos causados a bens de propriedade do Conselho, inclusive quanto ao ressarcimento ou reembolso realizado diretamente pelo interessado;

VI – analisar as adesões do Conselho a atas de registro de preços firmadas por outros órgãos e seus termos aditivos; e

VII – desenvolver outras atividades típicas da Seção.

AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO (TCA)

A Secretaria de Controle Interno (SCI) tem o objetivo de avaliar a gestão do CNJ, no tocante à eficiência e regularidade dos atos administrativos, especialmente no cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Tal análise abrange a avaliação da execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como a adequação e legalidade dos gastos realizados no período, em relação ao orçamento aprovado. Esses exames compreendem ainda os resultados alcançados quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia na gestão dos recursos e sua avaliação com base em indicadores de desempenho válidos e confiáveis.

Em 2013, foi avaliada a regularidade das licitações e contratações do Conselho Nacional de Justiça, entre outros temas relevantes definidos pelo TCU em seus normativos.

AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO

Trata-se de auditoria realizada pela SCI no decorrer do exercício financeiro, com objetivo de atuar tempestivamente sobre os atos de gestão praticados pela Administração do CNJ, sugerindo melhorias ou prevenindo gargalos no desempenho da missão institucional do Conselho.

O escopo das auditorias de acompanhamento no ano de 2013 compreendeu a avaliação dos processos de concessão de diárias e contratos de prestação de serviços.

AÇÕES DE MONITORAMENTO

O monitoramento das auditorias visa acompanhar as providências tomadas no âmbito do órgão em resposta às recomendações contidas nos Relatórios de Auditoria. Em 2013, foram recebidas manifestações dos gestores às recomendações da SCI, cujos argumentos estão registrados

nos processos administrativos autuados para esta finalidade, e que também serão abordados no item 10 do Relatório de Gestão (Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas).

3.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos

Entende-se por controles internos o conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos interligados, utilizados com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos pela unidade sejam alcançados.

O CNJ, além de exercer sua função institucional desenvolvendo atividades de controle no âmbito do Poder Judiciário, internamente também emprega mecanismos de controle na gestão dos bens e recursos públicos. Assim, a atuação do CNJ está pautada nas Leis e Princípios aplicáveis à Administração Pública e, neste contexto, edita Instruções Normativas que estabelecem procedimentos internos, visando uma regular e eficiente gestão financeira, patrimonial, administrativa e de pessoal.

O Quadro abaixo demonstra o resultado da avaliação realizada pela Diretoria-Geral a respeito do Sistema de Controles Internos do CNJ.

Quadro 18. Avaliação do Sistema de Controles Internos do CNJ.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		

16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Ambiente de controle

- Percebe-se que deve ser aprimorada a comunicação entre as áreas com relação à elaboração e divulgação de projetos. Neste sentido estão sendo empregados mecanismos para que os projetos tramitem sempre por diversos níveis, a fim de alinhar a atuação da Administração. Cita-se como exemplo, a Instrução Normativa n. 50/2013, que define os procedimentos a serem adotados na celebração de instrumentos de cooperação entre o CNJ e outros órgãos ou entidades.

- Ressalta-se a ausência de código de ética interno, adotando-se, para todos os fins, a Lei n. 8.112/90 e o Código de Ética do Servidor Público Federal.

Avaliação de Riscos

- A análise de riscos está sendo inserida no processo de definição do planejamento das contratações do CNJ, a fim de fornecer elementos objetivos para tomada de decisão da Administração. A análise de risco, para os procedimentos de aquisição, foi estabelecida pela Instrução Normativa n. 44/2012.

Procedimento de controle

- No que tange aos procedimentos de controle, avalia-se como parcialmente válidas, em sua maioria, as políticas e as ações de natureza preventiva ou de detecção de riscos e as atividades de controle existentes.

Informação e Comunicação

- Todos os quesitos foram avaliados como parcialmente válidos, sendo observado em sua maioria, contudo ainda existem falhas na comunicação que precisam ser saneadas.

Monitoramento

- Todos os quesitos foram avaliados como parcialmente válidos, em sua maioria, contudo entende-se que se deve aperfeiçoar o monitoramento no âmbito do CNJ.

3.3 Sistema de Correição

O Poder Judiciário da União presta conta de seus atos diretamente ao Tribunal de Contas da União, diferentemente do Poder Executivo, que possui em sua estrutura um órgão central de correição.

O Conselho Nacional de Justiça foi concebido como órgão de controle externo do Poder Judiciário, notadamente pela atuação da Corregedoria Nacional de Justiça, contudo sua atuação não se confunde com as dos tribunais de contas.

A Corregedoria Nacional de Justiça (CN) é órgão integrante do CNJ, tendo o Ministro-Corregedor suas atribuições previstas no § 5º do art. 103-B da Constituição Federal, regulamentadas pelo art. 31 do Regimento Interno do CNJ. São elas:

- receber as reclamações e denúncias de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários auxiliares, serventias, órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados;
- determinar o processamento das reclamações;
- realizar sindicâncias, inspeções e correições, quando houver fatos graves ou relevantes que as justifiquem;
- requisitar magistrados e servidores, delegando-lhes atribuições;
- elaborar e apresentar relatórios referentes ao conteúdo próprio de suas atividades de correição, inspeção e sindicância;
- designar, dentre os magistrados requisitados, juízes auxiliares da Corregedoria do Conselho, com competência delegada;
- expedir instruções, provimentos e outros atos normativos para o funcionamento dos serviços da Corregedoria;
- sugerir ao Plenário do Conselho a expedição de recomendações e atos regulamentares que assegurem a autonomia do Poder Judiciário e o cumprimento do Estatuto da Magistratura;
- executar e fazer executar as ordens e deliberações do Conselho relativas a matéria de sua competência;
- dirigir-se, relativamente às matérias de sua competência, às autoridades judiciárias e administrativas e a órgãos ou entidades, assinando a respectiva correspondência;
- promover reuniões e sugerir, ao Presidente, a criação de mecanismos e meios para a coleta de dados necessários ao bom desempenho das atividades da Corregedoria;
- manter contato direto com as demais Corregedorias do Poder Judiciário;
- promover reuniões periódicas para estudo, acompanhamento e sugestões com os magistrados envolvidos na atividade correcional;
- delegar atribuições sobre questões específicas aos demais Conselheiros.

Atividades precípua, a fiscalização e a correição referem-se ao poder constitucional do CNJ de garantir que a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário esteja em conformidade com os princípios constitucionais.

Confirmada pelo STF a competência originária e concorrente do CNJ para investigar magistrados, a Corregedoria Nacional de Justiça deu prosseguimento às inspeções, revisões de inspeções e correições realizadas rotineiramente nos tribunais brasileiros, totalizando-se 18 inspeções, correições ou revisões de inspeção nesse ano.

Durante a inspeção, a Corregedoria Nacional visita instalações e dependências das unidades, examina os aspectos processuais e administrativos dos serviços prestados e mantém contato com o presidente do tribunal, o corregedor e juízes locais, diretores de secretaria e servidores, colhendo explicações e solicitações.

Após as inspeções, é produzido um relatório em que são apresentadas as deficiências e as boas práticas encontradas, além de recomendações para melhorar o desempenho das unidades. Além das sugestões presentes no relatório, podem ser apontados, como produtos da inspeção,

procedimentos de acompanhamento e correção de irregularidades e apuração de eventuais faltas disciplinares.

Inspecões, correções e revisões realizadas em 2013:

TRIBUNAIS	PERÍODO	PORTARIAS
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	15/1	Portaria n.154/2012
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba Extensão ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	28/1	Portarias nos.155/2012, 3/2013, 4/2013, 15/2013
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	18/2 a 1º/3	Portarias nos.1/2013, 2/2013 e 6/2013
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	11/3 a 15/3	Portaria n.17/2013
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	2/4 a 5/4	Portarias nos.19, 20 e 23/2013
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	8/4 a 12/4	Portarias nos.21, 25 e 57/2013
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	23/4 a 26/4	Portarias nos.29,31 e 32/2013
Tribunal de Justiça do Estado da Pará	6/5 a 10/5	Portarias nos.27 e 41/2013
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	13/5 a 17/5	Portaria n.26/2013
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	20/5 a 24/5	Portarias nos.28,40,58 e 61/2013
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	4/6 a 7/6	Portaria n.62/2013
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	11/6 a 13/6	Portaria n.65/2013
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	24/6 a 26/6	Portarias nos.47 e 50/2013
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	27/6 a 28/6	Portarias nos.46 e 49/2013
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (continuação)	6/5 a 10/5	Portarias nos.21, 25 e 57/2013
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Vara de Falências)	24/9 a 27/9	Portaria n.86/2013
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Varas Empresariais e 8º Ofício de Notas da Comarca do Rio de Janeiro)	30/9 a 4/10	Portarias nos.83 e 84/2013
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (Setores de Informática e de Recursos Humanos)	29/10 a 1º/11	Portaria n.75/2013

Fonte: As portarias de Inspecão estão publicadas no portal do Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br) – Corregedoria.

Em 2013 foram recebidos 4.945 novos processos, incluídos neste rol os procedimentos de natureza disciplinar, como Reclamações, Representações por Excesso de Prazo, Pedidos de Providências, Sindicâncias, Avocações, Reclamações para Garantia das Decisões e Notas Técnicas.

Processos na Corregedoria Nacional de Justiça em 2012

Processos recebidos	4.945
Processos julgados	52
processos baixados	5.906
processos em tramitação	3.724

Magistrados punidos por decisão do plenário

Em 2013, foram punidos, por decisão do Plenário, 14 (quatorze) magistrados, dos quais 9 (nove) foram aposentados compulsoriamente, 3 (três) foram punidos com pena de censura, 1 (um) com pena de disponibilidade e 1 (um) com advertência. Foram afastados preventivamente 13 (treze) magistrados.

3.4 Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere a governança e controles internos

Quanto ao monitoramento e avaliação do funcionamento do modelo de governança, o CNJ utiliza-se a ferramenta de acompanhamento do planejamento estratégico o Balanced Scorecard - BSC, a fim de verificar o atingimento da estratégia traçada pela unidade jurisdicionada. Consideram-se como premissas da Governança as seguintes dimensões: planejamento, execução, monitoramento, capacitação e tecnologia e comunicação. Nas Reuniões de Análise Estratégica (RAE), previstas na Portaria/CNJ n. 18, 19/2/2010, são avaliados os riscos decorrentes do não alcance das metas dos indicadores e conseqüentemente construídas propostas de melhorias, visando atingir os objetivos estratégicos aos quais estão vinculados.

As informações referentes ao desempenho dos indicadores, especificando fórmula, encontra-se no documento a Estratégia do CNJ, no link: [Plano Estratégico do CNJ](#).

Os Macroprocessos do CNJ apresentados no item 1.4 definem, englobam e explicam as principais atribuições desempenhadas pelo Conselho. Além disso, podem envolver mais que uma função na estrutura organizacional, evidenciando, de forma ampla, como o CNJ funciona. A estrutura de Macroprocessos permite visão sistêmica e abrangente das macroatividades e da forma como o CNJ atua.

O conhecimento dos macroprocessos colabora para a integração entre operações, unidades administrativas e objetivos estratégicos, além de explicitar e missão organizacional.

Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

Item 4 - Parte A, do Anexo II, da DN TCU n° 127/2013

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação

Quadro 19. Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA		Código UO: 17101		UGO: 040003	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		41.408.382,00			118.113.892,00
CRÉDITOS	Suplementares	4.187.554,00			3.006.900,00
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
	Créditos Cancelados		(3.006.912,00)		
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		42.589.024,00			86.443.607,00
Dotação final 2012(B)		31.890.853,00			89.029.662,00
Variação (A/B-1)*100		33,55			(2,90)
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		73.043.411,00			
CRÉDITOS	Suplementares	29.741.986,00			
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos	24.247.804,00		
	Créditos Cancelados		(57.795.575,00)		
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		69.237.626,00			
Dotação final 2012(B)		83.390.688,00			
Variação (A/B-1)*100		(16,97)			

Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais

Foram consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2013 R\$ 41.408.382,00. Posteriormente, foram realizadas as seguintes suplementações:

- a) Acréscimo de R\$ 1.180.642,00, de acordo com o Decreto de 16 de maio de 2013, publicado em 17 de maio de 2013.
- b) Acréscimo de R\$ 2.637.301,00, na ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União, de acordo com a Portaria CNJ nº 181, de 30 de setembro de 2013.
- c) Acréscimo de R\$ 369.611,00, na ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, de acordo com a Portaria CNJ nº 181, de 30 de setembro de 2013.
- d) Cancelamento de R\$ 2.637.301,00, na ação 0C04 – Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações, de acordo com a Portaria CNJ nº 181, de 30 de setembro de 2013.
- e) Cancelamento de R\$ 369.611,00, na ação 00H7 – Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações, de acordo com a Portaria CNJ nº 181, de 30 de setembro de 2013.

A dotação final de 2013 é 33% superior a de 2012, devido à previsão para provimento de cargos criados pela Lei nº 12.463, de 4 de agosto de 2011.

Grupo 3 – Outras Despesas Correntes

A dotação inicial deste grupo de despesa foi de R\$ 118.113.892,00. Durante o exercício, foram realizadas as seguintes suplementações:

- a) Acréscimo de R\$ 1.900,00 na ação 2011 – Auxílio-Transporte, de acordo com o Decreto de 16 de maio de 2013, publicado em 17 de maio de 2013.
- b) Acréscimo de R\$ 3.000.000,00 na ação 1K27 – Modernização da Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira, de acordo com a Portaria CNJ nº 121, de 6 de agosto de 2013.
- c) Acréscimo de R\$ 5.000,00, na ação 2011 – Auxílio-Transporte, de acordo com a Portaria CNJ nº 181, de 30 de setembro de 2013.
- d) Cancelamento de R\$ 5.000,00, na ação 2012 – Auxílio-Alimentação, de acordo com a Portaria CNJ nº 181, de 30 de setembro de 2013.
- e) Cancelamento de R\$ 3.000.000,00 na ação 2B65 – Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos, de acordo com a Portaria CNJ nº 181, de 30 de setembro de 2013.
- f) Cancelamento de R\$ 4.709.931,00 na ação 11E6 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-Jus), conforme Portaria Conjunta nº 1, de 28 agosto de 2013.
- g) Cancelamento de R\$ 220.268,00 na ação 11E6 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-Jus), conforme Portaria Conjunta nº 2, de 12 de dezembro de 2013.

- h) Cancelamento de R\$ 26.741.986,00 na ação 11E6 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-Jus), de acordo com a Portaria CNJ nº 188, de 17 de outubro de 2013.

A redução da dotação final em relação à inicial deu-se principalmente aos créditos concedidos aos Tribunais integrantes do projeto e-Jus.

Grupo 4 – Investimentos

A dotação inicial deste grupo de despesa foi de R\$ 73.043.411,00. Durante o exercício, foram realizadas as seguintes suplementações:

- a) Acréscimo de R\$ 13.000.000,00 na ação 11E6 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-Jus), de acordo com a Portaria CNJ nº 188, de 17 de outubro de 2013.
- b) Acréscimo de R\$ 13.741.986,00 na ação 1K27 – Modernização da Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira, de acordo com a Portaria CNJ nº 188, de 17 de outubro de 2013.
- c) Acréscimo de R\$ 3.000.000,00 na ação 2B65 – Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos, de acordo com a Portaria CNJ nº 181, de 30 de setembro de 2013.
- d) Cancelamento de R\$ 3.000.000,00 na ação 1K27 – Modernização da Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira, de acordo com a Portaria CNJ nº 121, de 6 de agosto de 2013.
- e) Cancelamento de R\$ 30.887.931,00 na ação 11E6 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-Jus), conforme Portaria Conjunta nº 1, de 28 agosto de 2013.

Houve ainda a reabertura de crédito extraordinário no valor de R\$ 24.247.804,00, de acordo com a Portaria nº 17, de 8 de fevereiro de 2013. Todavia, em face do encerramento do prazo de vigência da Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, R\$ 23.907.644,00 foram cancelados.

4.1.2 Movimentação de créditos

Quadro 20. Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	040003	040001	17101.02.301.1389.2004	-	-	10.663,26
Concedidos	040003	040001	17101.02.131.1389.2549	-	-	218.509,94
Concedidos	040003	040001	17101.02.032.1389.2B65	-	-	738.559,45
Concedidos	040003	050001	17101.02.032.1389.2B65	-	-	81.215,41
Concedidos	040003	090026	17101.02.032.1389.2B65	-	-	1.524,80
Concedidos	040003	113601	17101.02.032.1389.2B65	-	-	405.682,92
Concedidos	040003	154003	17101.02.032.1389.2B65	-	-	457.827,00
Recebidos	040001	040003	10101.02.061.0565.6359	-	-	183.038,13
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	040003	154003	17101.02.032.1389.2B65	55.000,00	-	-

4.1.3 Realização da Despesa

Execução Orçamentária de Créditos originários do CNJ

No exercício de 2013 foram realizados 53 procedimentos licitatórios. Em comparação com o exercício de 2012, verifica-se um aumento de 43% no número de licitações realizadas.

As minutas de editais e de contratos, na forma preconizada pela Lei nº 8.666/1993, mereceram a chancela da Assessoria Jurídica do Conselho. As homologações das licitações foram realizadas pelo ordenador de despesas após a análise prévia da referida Assessoria.

Comparando os valores orçados inicialmente e os valores finais adjudicados, observa-se que os procedimentos licitatórios realizados pelo CNJ proporcionaram uma economia na ordem de R\$ 77.937.760 (setenta e sete milhões, novecentos e trinta e sete mil e setecentos e sessenta reais) nas contratações referentes ao exercício de 2013. O Anexo I traz a relação dos pregões eletrônicos realizados em 2013 pelo CNJ, e os respectivos valores (estimado e adjudicado).

Cabe ainda ressaltar que foram realizadas contratações diretas, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, com observância dos preceitos legais, bem como foram adquiridos bens e serviços por meio de suprimento de fundos.

Os valores realizados por modalidade de licitação, por dispensa e inexigibilidade, e os relativos a suprimento de fundos, estão demonstrados no Quadro 21.

Quadro 21. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
Modalidade de Contratação				
1. Modalidade de Licitação (a+b)	34.888.468,78	41.512.312,24	34.328.215,01	41.443.288,36
a) Concorrência	261.009,94		261.009,94	
b) Pregão	34.627.458,84	41.512.312,24	34.067.205,07	41.443.288,36
2. Contratações Diretas (c+d)	3.636.050,34	4.798.383,76	3.633.320,14	4.797.916,82
c) Dispensa	2.834.242,87	3.632.983,02	2.831.512,67	3.632.516,08
d) Inexigibilidade	801.807,47	1.165.400,74	801.807,47	1.165.400,74
3. Regime de Execução Especial	3.944,94	15.455,49	3.944,94	15.455,49
e) Suprimento de Fundos	3.944,94	15.455,49	3.944,94	15.455,49
4. Pagamento de Pessoal (f+g)	30.911.504,29	29.079.416,35	30.911.504,29	29.079.416,35
f) Pagamento em Folha	29.410.628,32	26.402.772,92	29.410.628,32	26.402.772,92
g) Diárias	1.500.875,97	2.676.643,43	1.500.875,97	2.676.643,43
5. Outros	5.753.506,39	3.349.107,84	5.753.506,39	3.349.107,84
6. Total (1+2+3+4+5)	75.193.474,74	78.754.675,68	74.630.490,77	78.685.184,86

Quadro 22. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Conselho Nacional de Justiça			Código UO: 17101				UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e Vantagens fixas - Pessoal Civil	25.013.213,59	19.813.068,95	24.738.884,55	19.771.756,30	274.329,04	41.312,65	24.738.884,55	19.771.756,30
Obrigações Patronais - OP. Intra - Orçamentárias	3.410.317,26	2.465.649,69	3.404.263,65	2.456.818,63	6.053,61	8.831,06	3.404.263,65	2.456.818,63
Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado	1.389.776,20	1.480.301,00	921.776,20	1.240.127,10	468.000,00	240.173,90	921.776,20	1.240.127,10
Demais elementos do grupo	493.435,54	1.291.772,30	345.703,92	841.509,68	147.731,62	450.262,82	345.703,92	841.509,68
2. Outras Despesas Correntes								
Locação de Mão de Obra	32.620.128,75	27.980.243,32	26.723.416,21	24.047.225,81	5.896.712,54	3.933.017,51	26.307.094,41	23.986.666,46
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	13.401.762,48	18.729.507,00	8.292.903,87	15.182.716,85	5.108.858,61	3.546.790,15	8.243.691,88	15.182.460,89
Material de Consumo	2.833.189,59	3.510.200,00	774.460,44	18.907,92	2.058.729,15	3.491.292,08	772.121,19	18.907,92
Demais elementos do grupo	9.835.054,56	13.729.248,99	8.650.352,65	11.476.343,60	1.184.701,91	2.252.905,39	8.558.427,33	11.467.668,09
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
Equipamento e Material Permanente	58.565.350,88	41.179.035,48	1.217.926,88	2.730.513,33	57.347.424,00	38.448.522,15	1.214.741,27	2.730.513,33
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	968.685,59	2.233.347,41	67.119,70	940.756,46	901.565,89	1.292.590,95	67.119,70	940.756,46
Obras e Instalações	11.666,67	1.666.203,00	11.666,67			1.666.203,00	11.666,67	
Demais elementos do grupo	55.000,00	55.000,00	45.000,00	48.000,00	10.000,00	7.000,00	45.000,00	48.000,00

Análise Crítica da Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

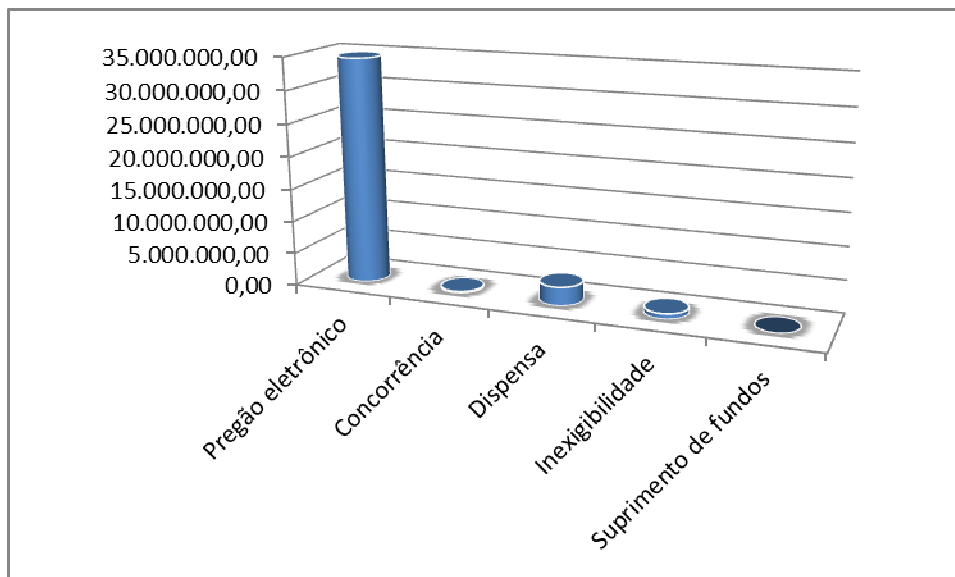
O Conselho Nacional de Justiça empenhou em 2013 o montante de R\$ 148.597.581,11 (cento e quarenta e oito milhões, quinhentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta e um reais e onze centavos), para fazer frente às despesas assumidas no ano de 2013. O valor em epígrafe corresponde a 82,5% do Orçamento atualizado disponível para o CNJ de R\$ 180.050.357,00 (cento e oitenta milhões, cinquenta mil e trezentos e cinquenta e sete reais).

Vale registrar que não foram observados efeitos significativos na gestão orçamentária provocados pelo contingenciamento dos créditos originários da UJ.

Ainda em relação à execução orçamentária dos créditos originários da UJ, importante destacar a predominância das contratações do CNJ por meio da realização de Pregão, nos termos da Lei 10.520/2002 e do Decreto nº 5.450/2005. Ainda, todos os pregões realizados foram na modalidade eletrônica, atendendo às recomendações do Tribunal de Contas da União.

De acordo com os dados do Quadro 21, as despesas por modalidade de contratação ficaram divididas da seguinte forma:

Figura 4. Comparação da despesa por modalidade de contratação.



Fonte: SIAFI Gerencial

O Quadro A.4.1.3.4 não se aplica ao CNJ.

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pelo CNJ por Movimentação

Quadro 23. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a)	183.038,13	115.528,94	183.038,13	115.528,94
a) Pregão	183.038,13	115.528,94	183.038,13	115.528,94
2. Contratações Diretas (b)	-	142.723,63	-	142.723,63
b) Dispensa		142.723,63		142.723,63
3. Pagamento de Pessoal (c)		132.605,43		132.605,43
c) Diárias		132.605,43		132.605,43
4. Total (1+2+3)	183.038,13	390.858,00	183.038,13	390.858,00

Quadro 24. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3 – Outras Despesas Correntes								
Passagens e Despesas com Locomoção	182.264,87	115.528,94	182.264,87	115.528,94			182.264,87	115.528,94
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	773,26	144.973,63	773,26	142.723,63		2.250,00	773,26	142.723,63
Diárias - Civil		132.605,43		132.605,43				132.605,43

Análise Crítica da Execução Orçamentária de créditos recebidos pelo CNJ por movimentação

Os valores são oriundos do Supremo Tribunal Federal, em virtude de o Conselho Nacional de Justiça ter emitido, por meio do Contrato CNJ n. 09/2013, passagens aéreas e vouchers de seguro-viagem em favor do STF, para a realização de atividades institucionais por aquele Tribunal, haja vista o Acordo de Cooperação de apoio administrativo existentes entre os órgãos.

Não foram identificadas alterações significativas na Programação Orçamentária da UJ em razão da realização de novas atribuições ou de cancelamentos e/ou modificação de ação. Dessa forma, não houve modificações relevantes nos montantes despendidos por grupo e elemento de despesa, bem como por modalidade de contratação.

4.2 Movimentação e saldos de restos a pagar

Quadro 25. Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 69.490,82	R\$ 68.770,07		R\$ 720,75
2011	R\$ 1.429,47	R\$ 1.429,47		
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 55.378.901,46	R\$ 47.124.323,53	R\$ 4.246.387,27	R\$ 4.008.190,66
2011	R\$ 71.708,65		R\$ 71.708,65	
...				

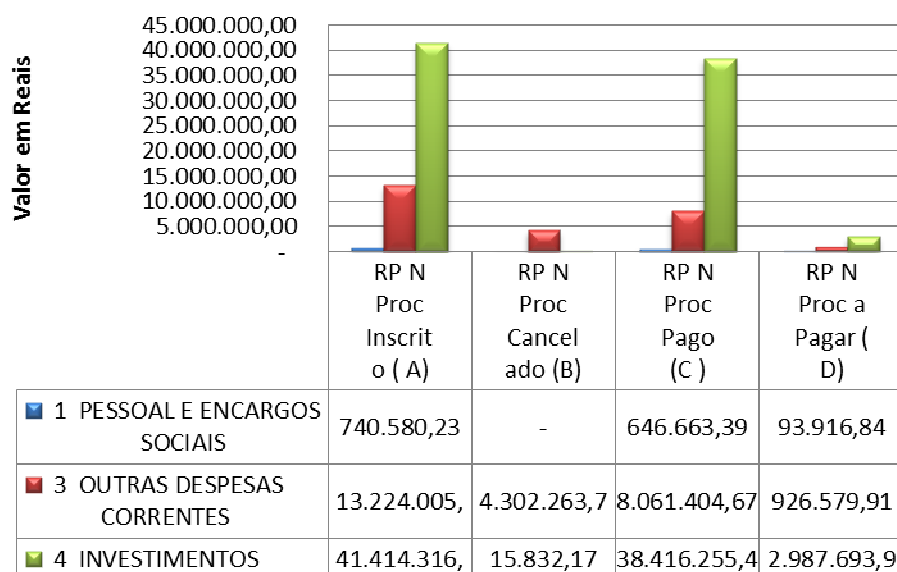
Análise crítica sobre restos a pagar de exercícios anteriores

De acordo com a Lei nº 4.320/64, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Os não processados caracterizam as despesas apenas empenhadas até o término do exercício, e os processados aqueles que já foram objeto de liquidação. Para ambas as situações, o prazo de vigência encontra-se definido inicialmente no Decreto nº 93.872/86, consideram válidos até 30 de junho do segundo ano subsequente ao da sua inscrição.

Em 2012, em obediência ao disposto no Decreto nº 93.872, de 23.12.86, a inscrição em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar foi condicionada à indicação, dos empenhos, pelo Ordenador de Despesa. Visando assegurar a transparência na composição patrimonial, foram segregadas as despesas inscritas em restos a pagar não processados em exigíveis e não exigíveis. Os restos a pagar exigíveis ou em liquidação são os empenhos em que o fato gerador da obrigação tenha ocorrido, mas a sua liquidação não pode ser efetuada.

Foram inscritos em Restos a Pagar não Processados em 2012, o montante de R\$ 54,6 milhões sendo executados e pagos no exercício de 2013, aproximadamente R\$ 47,1 milhões, representando 92% em relação ao montante inscrito, os quais cerca de aproximadamente R\$ 40 milhões se referem a gastos com investimentos para modernizar a infra-estrutura da tecnologia da informação da Justiça Brasileira, restando saldo no valor de R\$ 3,7 milhões. Esse valor remanescente foi reinscrito para 2014 em virtude da prorrogação prevista no art. 3º do Decreto nº 7.654/2011, que possibilitou a execução desses empenhos até 30 de junho de 2012. Convém destacar ação em andamento de R\$ 2,8 milhões destinada à construção de dois ambientes de segurança, suficientes para abrigar os sistemas e informações, Sala Segura Corta Fogo, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso.

Resumo da Execução de Restos a Pagar Não Processados - 2012



4.3 Transferências de recursos

O presente item não foi exigido ao CNJ pela Decisão Normativa n. 127/2013. No entanto, o CNJ preencheu alguns dos quadros constantes da Portaria, haja vista os Termos de Cooperação celebrados que envolvem repasse de recursos.

Quadro 26. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Conselho Nacional de Justiça									
CNPJ: 07.421.906/0001-29					UG/GESTÃO: 040003/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
5	02/2008	STF				889.937,56	30/09/2008	02/07/2013	6
3	01/2010	CAPES	6.674.659,60		512.827,00	3.260.617,60	26/01/2010	31/12/2016	1
3	01/2011	TST		132.600,00			06/05/2011	20/02/2013	4
3	04/2011	CJF	80.309,00		1.524,80	52.405,13	31/05/2011	30/05/2014	1
3	05/2011	TRF 5	5.784.205,82			2.983.024,64	01/09/2011	31/08/2013	4
3	07/2013	STF	-		967.732,65	967.732,65	02/07/2013	01/07/2014	1
3	01/2012	IPEA	732.050,00		405.682,92	525.032,92	01/03/2012	31/08/2013	4
3	03/2012	IPEA	196.480,00			90.740,00	01/03/2012	30/04/2013	4
3	08/2013	CNMP	200.000,00				01/08/2013	31/07/2014	1
3	09/2013	FUNPRESP					22/10/2013	21/10/2014	1
3	16/2013 - STF/ CNJ e Outros	STJ			81.215,41	81.215,41	16/08/2013	15/08/2018	1

LEGENDA

Modalidade:

Situação da Transferência:

- | | |
|-----------------------------|----------------------------|
| 1 - Convênio | 1 - Adimplente |
| 2 - Contrato de Repasse | 2 - Inadimplente |
| 3 - Termo de Cooperação | 3 - Inadimplência Suspensa |
| 4 - Termo de Compromisso | 4 - Concluído |
| 5 - Protocolo de Cooperação | 5 - Excluído |
| | 6 - Rescindido |
| | 7 - Arquivado |

Fonte: Seção de Contratos e Seção de Contabilidade /CNJ

Quadro 27. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Conselho Nacional de Justiça					
CNPJ:	07.421.906/0001-29					
UG/GESTÃO:	040003/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Termo de Cooperação	4	3	5	1.968.982,78	3.844.918,54	7.047.402,82
Totais	4	3	5	1.968.982,78	3.844.918,54	7.047.402,82

Fonte: Seção de Contratos e Seção de Contabilidade /CNJ

Quadro 28. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente			
Nome: Conselho Nacional de Justiça			
CNPJ: 07.421.906/0001-29		UG/GESTÃO: 040003/00001	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Termo de Cooperação
	Contas Prestadas	Quantidade	5
Contas NÃO Prestadas		Montante Repassado	4.488.735,12
	2013	Contas NÃO Prestadas	Quantidade
Montante Repassado			4.361.970,79
2012	Contas Prestadas	Quantidade	3
		Montante Repassado	3.999.442,24
2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	5
		Montante Repassado	2.949.906,49
Anteriores a 2011	Contas Prestadas	Quantidade	5
		Montante Repassado	4.127.131,83
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	
		Montante Repassado	

Fonte: Seção de Contratos e Seção de Contabilidade /CNJ

4.4 Suprimento de fundos

No âmbito do CNJ, as despesas realizadas por meio de suprimento de fundos obedecem ao disposto na Instrução Normativa CNJ n° 8/2008, que foi editada pelo Presidente em consonância com a Lei n. 4.320/1964 e o Decreto-Lei n° 200/67. No ano de 2013, da despesa liquidada, apenas 0,005% foi realizada mediante suprimento de fundos.

A norma está atualmente sendo atualizada, haja vista que na época que foi editada ainda não existia na estrutura do CNJ a Diretoria-Geral. Como a DG foi criada em 2010, a Portaria n° 112/2010 transferiu para o Diretor-Geral as atribuições referentes à gestão administrativa do órgão e de ordenação de despesas, incluídas nesta a de autorizar a concessão de suprimento de fundos.

A norma prevê basicamente duas formas de entrega do numerário ao suprido: a) depósito por ordem bancária de crédito em conta corrente tipo “B”, em nome do suprido, aberta especificamente para esse fim; b) liberação de crédito no cartão de crédito corporativo do Banco do Brasil, para uso exclusivo do CNJ.

Até o momento, a Administração do CNJ optou por utilizar a primeira modalidade (depósito em conta Tipo “B”), visto que não há um elevado volume de processos de concessão de suprimento de fundos. Contudo, com o crescimento do órgão, a Administração poderá reavaliar esse procedimento e estudar a conveniência da implementação do cartão corporativo, a fim de facilitar o processo de acompanhamento e de prestação de contas. Deste modo, não foi preenchido o Quadro A.4.5.3

Os quadros abaixo demonstram a despesa realizada por meio de suprimento de fundos no exercício de 2013.

Quadro 29. Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos			
Exercícios	Conta Tipo “B”		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	(a+b+c)
2013	8	3.944,94	3.944,94
2012	12	15.455,49	15.455,49
2011	12	14.515,88	14.515,88

Quadro 30. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código UG 1	40003	Nome da UG			Conselho Nacional de Justiça			
Rossilany Marques Mota	540.127.081-04	2013NE000126	13/02/2013	339039	Instrução Normativa CNJ nº 08/08, Art. 2º, Inciso II	250,00		350.850
Rossilany Marques Mota	540.127.081-04	2013NE000123	13/02/2013	339030	Instrução Normativa CNJ nº 08/08, Art. 2º, Inciso II	400,00		350.849
Suzana Batista dos Santos	691.689.031-20	2013NE000259	11/04/2013	339039	Instrução Normativa CNJ nº 08/08, Art. 2º, Inciso II	590,00		351.157
Suzana Batista dos Santos	691.689.031-20	2013NE000258	11/04/2013	339030	Instrução Normativa CNJ nº 08/08, Art. 2º, Inciso II	684,17		351.158
Suzana Batista dos Santos	691.689.031-20	2013NE000450	24/07/2013	339030	Instrução Normativa CNJ nº 08/08, Art. 2º, Inciso II	1.462,53		351.482
Suzana Batista dos Santos	691.689.031-20	2013NE000453	24/07/2013	339039	Instrução Normativa CNJ nº 08/08, Art. 2º, Inciso II	53,00		351.481
Suzana Batista dos Santos	691.689.031-20	2013NE000677	29/10/2013	339030	Instrução Normativa CNJ nº 08/08, Art. 2º, Inciso II	105,34		351.807
Suzana Batista dos Santos	691.689.031-20	2013NE000675	29/10/2013	339039	Instrução Normativa CNJ nº 08/08, Art. 2º, Inciso II	399,90		351.805
					Total Utilizado pela UG	3.944,94		
					Total Utilizado pela UJ	3.944,94		

Fonte: SIAFI /Gerencial

Quadro 31. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B”)

Suprimento de Fundos						
Situação	Conta Tipo “B”					
	2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC Aprovadas	8	3.944,94	12	15.455,49	12	14.515,88

Fonte: SIAFI.

Gestão de Pessoas no CNJ

Item 5 - Parte A, do Anexo II, da DN n° 127/2013

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

A área de gestão de pessoas emerge como vetor fundamental para o adequado aproveitamento das potencialidades humanas em benefício dos objetivos organizacionais, numa relação sinérgica e colaborativa.

No cenário complexo e mutável que rege as relações na sociedade contemporânea, particularmente na Administração Pública, esse atrelamento estreito entre aptidões e competências humanas e objetivos e planos estratégicos institucionais é catalisador da moderna gestão de pessoas, cuja relevância extrapola o simples provimento de recursos humanos segundo necessidades pontuais das instituições. Há um monitoramento permanente dessas necessidades, ajustadas e supridas pela área de gestão de pessoas, que atua de forma proativa na identificação de lacunas quantitativas e qualitativas nos quadros de pessoal, oferecendo diagnósticos e eventuais medidas saneadoras à cúpula dirigente.

Nesse contexto, considerando o Capital Humano como uma das principais alavancas de desempenho de uma organização, a área de Gestão de Pessoas é ferramenta essencial para gerência, desenvolvimento, valorização, motivação, integração e manutenção das pessoas vinculadas ao CNJ, de modo que sua missão institucional possa ser efetivamente alcançada.

5.1 Estrutura de Pessoal do CNJ

O provimento de cargos efetivos do CNJ foi iniciado somente em julho de 2008 em decorrência da Lei nº 11.618/2007 e das Portarias nº 281 e 282 de 2008.

Em 2013 foi realizado o primeiro concurso público do CNJ para provimento de 177 cargos de nível médio (Técnico Judiciário) e superior (Analista Judiciário) criados pela Lei nº 12.463/2011 e formação de cadastro de reserva. A homologação do concurso tornou-se pública por meio do Edital nº 13-CNJ, de 5 de julho de 2013, publicado no DOU, Seção 3, de 8/7/2013.

Assim, em 2013, foram ocupadas 30 vagas, estas decorrentes de vacâncias e dos cargos criados pela citada lei. Em 31/12/2013, o quadro de pessoal efetivo do CNJ contava com 136 cargos ocupados e 162 cargos não providos.

Em 31/12/2013, somavam-se à força de trabalho 90 requisitados de tribunais e de órgãos de outros poderes e 21 servidores sem vínculo efetivo com a administração pública. Embora o quadro de pessoal do CNJ ainda se caracterize por essa heterogeneidade, a alta Administração vem primando pela valorização dos servidores efetivos, e, pensando na sucessão, vem trabalhando para que estes adquiram condições e experiência, inclusive por meio de capacitação, para ocupar cargos e funções de natureza gerencial e de assessoramento.

A entrada de novos servidores vem sendo feita de forma gradativa, em virtude de o CNJ ainda não ter uma estrutura física adequada. Assim, espera-se com o ingresso desses servidores uma melhora constante dos resultados obtidos, a fim de se cumprir com excelência a missão institucional do CNJ.

Demonstração da Força de Trabalho à disposição do CNJ

Quadro 32. Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	não há *	260	85	60
1.1. Membros de poder e agentes políticos (1.1.1+1.1.2)	não há *	34	23	21
1.1.1. Conselheiros	15	15	12	12
1.1.2. Juízes Auxiliares	não há *	19	11	9
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2 + 1.2.3)	não há *	226	62	39
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	298	136	30	6
1.2.2. Servidores de carreira em exercício provisório	não há *	1	-	-
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há *	89	32	33
2. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	não há *	21	17	18
3. Total de Servidores (1+ 2)	313	281	102	78

Fonte: Sistema SGRH/CNJ

* Não há limite definido por normativo para o quantitativo máximo autorizado.

Quadro 33. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2)	3
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
2. Licença não remunerada (2.1)	2
2.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro *	2
3. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2)	5

Fonte: Sistema SGRH/CNJ

* Trata-se de servidores afastados para acompanhar cônjuge ou companheiro, porém com exercício provisório em outro órgão, de forma que a licença é remunerada.

Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 34. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	74	73	** 36	** 25
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	** 73	** 36	** 25
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	13	* 8	1
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	39	13	12
1.2.4. Sem vínculo	-	21	15	12
2. Funções gratificadas	102	98	32	18
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	55	19	2
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	43	13	16
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	176	171	68	43

Fonte: Sistema SGRH/CNJ

* Servidores de carreira vinculados ao Órgão que assumiram cargo em comissão no exercício, mas que já faziam parte do quadro de pessoal do CNJ.

** Foram incluídos os 4 cargos em comissão de Pesquisador (CJ-2), que não fazem parte do Grupo de Direção Chefia e Assessoramento.

Quadro 35. Quantitativo Percentual dos Cargos em Comissão (Posição em 31/12/2013)

Cargos	Criados	Cargos Efetivos do CNJ	Poder Judiciário	Ocupados		Sem Vínculo	Total	Vagos
				Outras Carreiras				
CJ-4	1	0	0	0		1	1	0
CJ-3	31	6	10	7		7	30	1
CJ-2	28	3	14	2		9	28	0
CJ-1	14	4	6	0		4	14	0
Total	74	13	30	9		212	73	1
Ocupação		17,57%	40,54%	12,16%		28,38%	98,65%	

Quadro 36. Quantitativo Percentual das Funções Comissionadas (Posição em 31/12/2013)

Cargos	Criados	Ocupados				Vagos
		Cargos Efetivos do CNJ	Poder Judiciário	Outras Carreiras	Total	
FC-6	84	44	31	6	81	3
FC-5	12	8	3	0	11	1
FC-4	6	3	3	0	6	0
FC-3	0	0	0	0	0	0
FC-2	0	0	0	0	0	0
FC-1	0	0	0	0	0	0
Total	102	55	37	6	98	4
Ocupação		53,92%	36,27%	5,88%	96,08%	

Segundo a Lei nº 11.416/2006, pelo menos 50% dos cargos em comissão, no âmbito de cada órgão do Poder Judiciário, devem ser destinados a servidores efetivos integrantes de seu quadro de pessoal.

Em cumprimento desse dispositivo legal, o Conselho Nacional de Justiça vem, gradativamente, aumentando o percentual de ocupação de cargos em comissão por servidores efetivos. Em 31/12/2010, tal percentual correspondia a 12,77%; em 31/12/2011, era de 13,46%; em 31/12/2012, correspondia a 14,86%; e em 31/12/2013, correspondia a 17,57%.

Quanto ao disposto no § 1º do art. 5º da citada Lei, o Conselho Nacional de Justiça vem cumprindo o percentual exigido para designação de funções de confiança, que, em 31/12/2013, correspondia a 90,19%, que superou o apresentado em 31/12/2012 (88,54%).

Observa-se também que houve um aumento de 44 para 55 servidores do quadro efetivo do CNJ designados para funções de confiança.

Quadro 37. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo	51	82	29	10	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos *	1	8	14	8	3
1.2. Servidores de Carreira	50	74	15	2	-
2. Provedimento de cargo em comissão	12	48	29	11	3
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior **	10	25	15	8	2
2.3. Funções gratificadas ***	2	23	14	3	1
3. Totais (1+2)	63	130	58	21	6

Fonte: Sistema SGRH/CNJ

* Foram incluídos Conselheiros e Juízes Auxiliares.

** Foram incluídos apenas servidores sem vínculo com a Administração Pública ou servidores de Outros Órgãos e Esferas. Também foram incluídos os 4 cargos em comissão de Pesquisador (CJ-2), que não fazem parte do Grupo de Direção, Chefia e Assessoramento.

*** Foram incluídos apenas servidores de Outros Órgãos e Esferas

Quadro 38. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	-	-	-	-	22	102	47	3	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	32	2	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	22	70	45	3	1
2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	2	75	17	6	3
2.1. Grupo Direção e Assessoramento Superior*	-	-	-	-	1	40	11	5	3
2.2. Funções gratificadas**	-	-	-	-	1	35	6	1	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	24	177	64	9	4

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema SGRH/CNJ

*Foram incluídos apenas servidores sem vínculo com a Administração Pública ou servidores de Outros Órgãos e Esferas. Também foram incluídos os 4 cargos em comissão de Pesquisador (CJ-2), que não fazem parte do Grupo de Direção, Chefia e Assessoramento.

** Foram incluídos apenas servidores de Outros Órgãos e Esferas

Custos de Pessoal do CNJ

Quadro 39. Custos de Pessoal do CNJ.

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	1.951.742,36	-	113.200,63	-	1.026.697,45	74.256,59	46.375,90	-	-	3.212.272,93
	2012	1.320.967,44	-	108.433,54	-	1.956.940,77	39.840,39	35.015,91	13.715,90	-	3.474.913,95
	2011	1.372.264,91	-	114.385,19	-	1.836.613,66	3.101,60	-	2.438,48	-	3.328.803,84
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	4.817.921,98	122.360,67	516.251,42	302.210,03	9.970,57	253.084,40	668.075,30	-	-	6.689.874,37
	2012	2.644.849,04	208.750,08	239.209,64	205.172,04	121.357,36	163.203,07	485.319,14	-	-	4.067.860,37
	2011	2.326.033,67	55.199,11	201.709,30	219.666,82	24.148,04	116.707,87	418.214,06	448,31	-	3.362.127,18
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	278.736,13	512,06	25.006,84	9.289,99	947,29	5.346,90	32.620,10	-	-	352.459,31
	2012	131.575,08	36.099,37	14.165,83	13.049,76	6.036,70	6.761,84	41.664,93	-	-	249.353,51
	2011	52.419,38		4.477,61	1.492,54	-	3.564,83	15.860,34	-	-	77.814,70
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	1.186.845,20	6.167.344,53	585.683,29	321.734,50	110.898,15	194.737,99	425.284,84	-	-	8.992.528,50
	2012	899.262,41	4.776.747,28	513.139,31	452.970,06	342.033,91	119.751,65	367.788,63	1.807,27	-	7.473.500,52
	2011	580.083,62	3.297.623,07	339.824,11	311.195,32	329.181,95	72.416,08	293.315,26	899,95	-	5.224.539,36
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	4.577.643,41	3.371.939,80	686.155,77	437.460,80	122.421,43	232.472,67	586.713,33	447,84	-	10.015.255,05
	2012	3.432.560,44	2.446.648,52	526.370,42	753.647,75	235.177,83	172.742,96	538.116,22	-	-	8.105.264,14
	2011	3.295.946,50	1.316.343,40	382.274,00	495.268,33	281.443,97	151.461,27	533.805,00	1.091,07	-	6.457.633,54

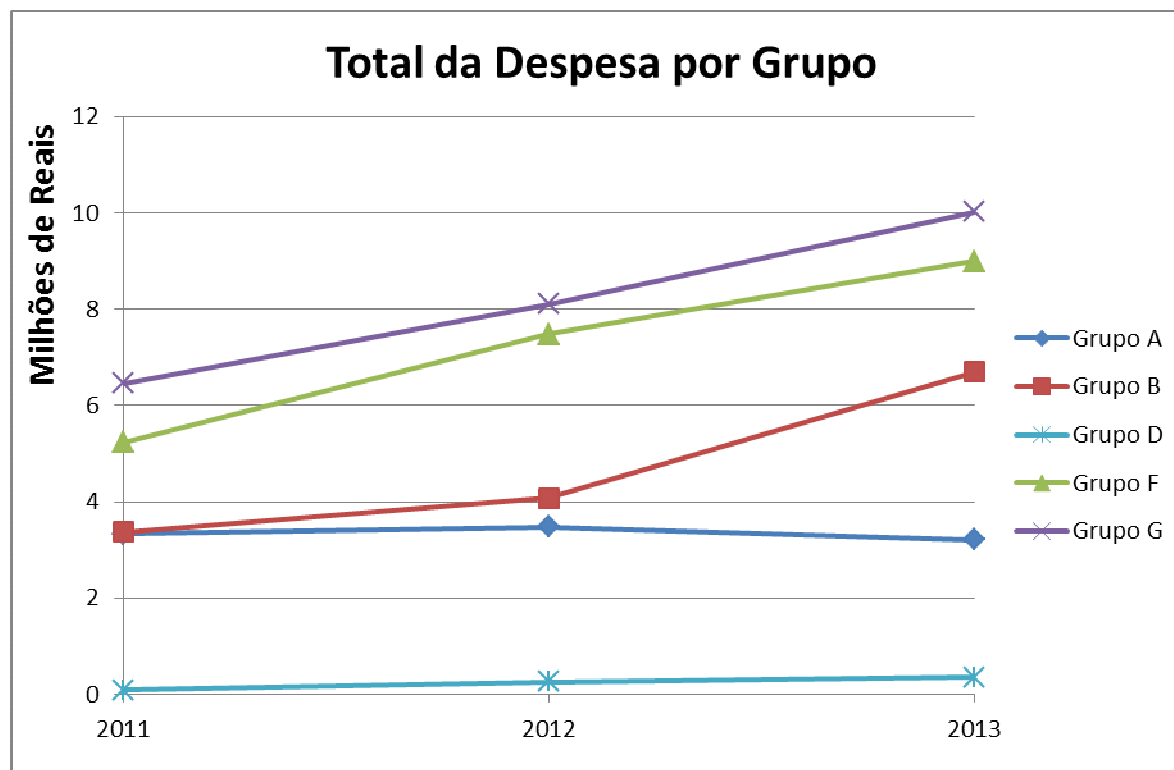
Fonte: SGRH e SIAFI gerencial

Legenda dos grupos: (a) Conselheiros e Juízes Auxiliares; (b) Servidores efetivos em exercício no Conselho, do quadro ou requisitados, que não ocupam cargo ou função comissionada; (d) Servidores efetivos do quadro cedidos com ônus ou licenciados;

(f) Servidores ocupantes de cargo em comissão, efetivos ou sem vínculo com a Administração Pública; (g) Servidores efetivos ocupantes de função comissionada.

Legenda de tipos de despesa: **Vencimentos e vantagens fixas:** Vencimento, GAJ e Adicionais de Qualificação (Lei nº 11.416/2006), Diferença de subsídio (Lei nº 11.365/2006), Adicional por Tempo de Serviço, VPNI (quintos/décimos) (Lei 9.624/98), VPI (Lei nº 10.698/2003), Diferença Individual e Adicionais de Qualificação (títulos e treinamento); **Retribuições:** retribuição pelo exercício de cargo ou função comissionada, inclusive substituição; **Gratificações:** gratificação natalina, gratificação por encargo de curso e concurso; **Adicionais:** adicional de férias, indenização de férias, adicional de serviço extraordinário; **Indenizações:** diárias, ajuda de custo e auxílio-moradia; **Benefícios Assistenciais e previdenciários:** auxílio assistência à saúde CNJ; **Demais despesas variáveis:** auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar e auxílio-natalidade.

O quadro de custos de pessoal exhibe a despesa acumulada durante os exercícios 2011, 2012 e 2013, classificada por tipo, retratando a situação de cada grupo de Conselheiros, Juizes e servidores em 31 de dezembro.² Segue abaixo gráfico comparativo dos valores totais dos custos de pessoal do triênio.



² É importante ressaltar que os valores não correspondem exatamente à execução orçamentária e financeira com pessoal, pois há despesas e situações não compreendidas no demonstrativo, como, por exemplo, diárias pagas a colaboradores e colaboradores eventuais, indenizações de transporte não oriundas do desempenho das atribuições do cargo, indenizações de bolsas de estudo, despesas com os servidores desligados antes de 31 de dezembro, entre outras.

Percebe-se um aumento geral nas despesas de vencimentos e vantagens fixas de todos os grupos da tabela na comparação do biênio 2012-2013. Isso ocorre, em grande parte, em razão dos aumentos concedidos pela Lei nº 12.771/2012, que dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, e Lei nº 12.774/2012, que altera a Lei nº 11.416/2006, a qual dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.

Além disso, o crescimento da despesa total relativo ao triênio 2011-2013 no grupo de servidores ocupantes de função comissionada e de funções gratificadas é explicado pelo aumento de servidores efetivos do quadro do CNJ que estão assumindo atribuições de direção, chefia e assessoramento, além das funções de confiança.

O aumento de aproximadamente 64,4% de 2012 para 2013 no total gasto com servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão decorre do concurso realizado pelo órgão, o qual possibilitou o ingresso dos novos servidores efetivos por meio da Portaria de nomeação nº 127/2013, DOU de 13/08/2013 e posteriores.

Verifica-se também uma forte redução nos gastos com indenizações (diárias, ajuda de custo e auxílio-moradia) na comparação dos biênios 2012-2013, chegando a um decréscimo de R\$ 930.243,32 somente no grupo A de servidores.

É oportuno destacar que foram atualizados os valores de 2012 e 2011 referentes ao grupo D (cedidos com ônus ou em licença), uma vez que a tabela apresentada no ano passado apresentou valores individuais corretos, porém equívoco no somatório total daqueles anos.

Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Dado o fato de o CNJ possuir um quadro ainda predominado por servidores adultos jovens - conforme observado nos números do Quadro 37 - ingressados recentemente na Administração Pública, não há, até a presente data, servidores vinculados a este Órgão em situação de inatividade, bem como servidores instituidores de pensão.

Cadastramento no Sisac

Quadro 40. Atos sujeitos ao registro do TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipo de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	30	31	30	31
Totais	30	31	30	31

Quadro 41. Atos sujeitos à comunicação ao TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipo de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	6	4	6	4
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	6	4	6	4

Quadro 42. Atos sujeitos à comunicação ao TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipo de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	30	-	-	-
Totais	30	-	-	-
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	6	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	6	-	-	-

Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico

Não se aplica, uma vez que os atos encaminhados ao TCU pela Secretaria de Gestão de Pessoas são por meio do SISAC.

Identificação de eventual acumulação indevida de cargos públicos

A identificação de eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal é realizada pela Seção de Registros Funcionais, da Secretaria de Gestão de Pessoas, ao receber os documentos pessoais dos novos servidores que ingressam no CNJ. Dentre os documentos exigidos consta declaração em que o servidor informa se acumula remuneração ou provento relativo a outro cargo, função ou emprego público.

Não foi identificado no âmbito do CNJ nenhum caso de acumulação ilegal de cargos, funções e empregos públicos.

Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

No que diz respeito aos indicadores da área de Gestão de Pessoas, vários tiveram bom desempenho em 2013.

Cabe destacar que por ocasião das Reuniões de Análise Estratégica as metas podem ser revistas.

Indicador 2 - Percentual do orçamento aplicado em capacitação

Meta: Aplicar em capacitação 3,14% das ações orçamentárias relativas a Pessoal e Encargos Sociais* até 2014.

Meta em 2013: Aplicar em capacitação 1,99% das ações orçamentárias relativas a Pessoal e Encargos Sociais.

Resultado: 1,5%.

Justificativa: Primando pela economicidade, regra orientadora da nova gestão, promoveu-se um aperfeiçoamento dos gastos com conseqüente impacto na execução dos treinamentos. Os eventos internos de capacitação foram priorizados em relação aos eventos externos.

Nesse mesmo sentido, foi firmado em 2013 um termo de cooperação com os Tribunais Superiores, TJDFT, CJF, MPU, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público para permitir a promoção de eventos em parceria.

*Total de Ação de Pagamento do Pessoal Ativo da União+ Total de Ação de Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Indicador 3 - Índice de capacitação para servidores

Meta: Obter 80% no índice de capacitação nas competências da função (papéis) dos servidores* e/ou pela área de atuação até 2014.

Meta em 2013: Obter 75% no índice de capacitação nas competências da função (papéis) dos servidores e/ou pela área de atuação.

Resultado: 81,56%.

*Servidores efetivos, requisitados ou sem-vínculo, excetuando-se aqueles considerados gestores.

Indicador 4 - Índice de capacitação para Gestores

Meta: Obter 40% no índice de capacitação nas competências estratégicas* e/ou aquelas identificadas no processo de avaliação de competências dos gestores**, até 2014, com o mínimo de 15 horas/aulas.

Meta em 2013: Obter 35% no índice de capacitação nas competências estratégicas e/ou aquelas identificadas no processo de avaliação de competências dos gestores, com o mínimo de 15 horas/aulas.

Resultado: 40,82%

*Competências Estratégicas: Gestão Estratégica, Gestão de Projetos, Gestão de Procedimentos de trabalho, gestão da informação e gestão de pessoas.

**São considerados gestores: Conselheiros, Juízes Auxiliares, ocupantes de cargo em comissão ou função De confiança em nível de chefia, assim como servidores designados como substitutos dos ocupantes de cargo em comissão e função comissionada em nível de chefia.

Indicador 5 - Índice do clima Organizacional do CNJ

Meta: Obter 80% no índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2014.

Meta em 2013/2014: Obter 80% no índice de avaliações positivas do clima organizacional.

Resultado: Não medido

Justificativa: Em virtude da inviabilidade de contratação de consultoria especializada para realização da Pesquisa de Clima Organizacional, a unidade responsável elaborou novo projeto que prevê a realização da pesquisa pelos próprios servidores do CNJ. As primeiras ações iniciaram-se em 2013 e as demais estão previstas para 2014, com previsão de conclusão em julho.

Indicador 6 - Índice de absenteísmo

Meta: Reduzir para 2% o índice de absenteísmo até 2014.

Meta em 2013: Reduzir para 2,5% o índice de absenteísmo.

Resultado: 0,0011%.

Indicador 7 - Índice de prevenção de saúde

Meta: Atingir 50% do índice de prevenção de saúde até 2014.

Meta em 2013: Atingir 50% do índice de prevenção de saúde.

Resultado: 28,66%

Justificativa: A unidade responsável informou que o baixo percentual se deve pela não obrigatoriedade de comparecimento do servidor às consultas médicas. Esse dado impacta diretamente no atingimento da meta. A unidade também informou as ações adotadas na busca da melhoria de desempenho do indicador conforme a seguir:

- Campanhas educativas mensais, em parceria com a Assessoria de Comunicação, por meio de matérias na intranet, cartazes e folders.
- Envio de e-mail aos servidores convidados para participar do programa, bem como ciência desse e-mail à chefia imediata, com conteúdo incentivador ao comparecimento à consulta.

Em 2013, 164 servidores do CNJ foram convidados a participar do Programa de Exames Periódicos de Saúde. Destes, 47 servidores (28,66%) atenderam ao convite.

Indicador 8 - Índice de ausência por motivo de saúde

Meta: Manter abaixo de 1% o índice de ausência por motivo de saúde até 2014.

Meta em 2013: Menor que 1%.

Resultado: 1,1%.

Justificativa: Em que pese a implementação do programa de ginástica laboral, ação que beneficia diretamente o desempenho do indicador, o resultado acima da meta se deve a uma licença médica de 150 dias.

5.2 Terceirização de Mão de Obra empregada

O Quadro A.5.2.1 Não se aplica ao CNJ, uma vez que não há a ocorrência de “servidores terceirizados” que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do Plano de Cargos do Órgão. O Quadro A.5.2.2 também não se aplica ao CNJ.

Quadro 43. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.

Unidade Contratante													
Nome: Conselho Nacional de Justiça													
UG/Gestão: 040003/00001						CNPJ:							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	19/2010	06.091.637/0001-17	01/06/2010	31/05/2014	18	18	-	-	-	-	P
2012	V	O	41/2012	08.875.253/0001-10	15/10/2012	14/10/2014	34	34	-	-	-	-	P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Seção de Gestão de Contratos/SAD.

Quadro 44. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Unidade Contratante															
Nome: Conselho Nacional de Justiça															
UG/Gestão: 040003/00001							CNPJ:								
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2009	12	O	06/2009	36.770.857/0001-38	13/01/2009	12/01/2014	5	5	-	-	-	-	-	P	
2009	5	O	42/2009	73.834.483/0001-01	02/12/2009	09/04/2013	-	-	6	5	0	9	-	-	E
2010	2	O	02/2010	36.770.857/0001-38	04/03/2010	03/03/2014	3	3	4	4	-	-	-	-	P
2010	3	O	24/2010	26.990.812/0001-15	10/08/2010	09/08/2013	-	-	3	2	3	4	-	-	P
2011	12	O	03/2011	06.090.065/0001-51	14/02/2011	31/07/2013	-	-	9	8	0	7	-	-	E
2011	12	O	47/2011	26.428.219/0001-80	28/12/2011	27/12/2014	-	-	7	7	1	8	1	8	P
2011	3	O	49/2011	26.990.812/0001-15	26/01/2012	25/01/2014	-	-	-	-	8	4	5	6	P
2012	10	O	36/2012	37.077.716/0001-05	13/09/2012	12/09/2014	-	-	1	1	1	1	-	-	P
2012	4	O	42/2012	04.356.735/0001-03	31/10/2012	30/10/2013	1	1	6	6	-	-	-	-	E
2012	9	O	43/2012	04.356.735/0001-03	23/11/2012	31/12/2013	2	2	-	-	-	-	-	-	P
2013	5	O	10/2013	02.843.359/0001-56	09/04/2013	30/11/2014	-	-	6	5	0	7	-	-	P
2013	12	O	24/2013	03.873.484/0001-71	01/08/2013	31/07/2014	-	-	8	8	9	7	-	-	A
2013	4	O	28/2013	02.843.359/0001-56	31/10/2013	30/10/2014	1	1	7	7	-	-	-	-	A
2013	12	O	31/2013	01.588.672/0001-22	13/01/2014	12/01/2015	6	-	6	-	-	-	-	-	A
2013	9	O	33/2013	06.162.750/0001-46	01/01/2014	30/06/2014	2	-	-	-	-	-	-	-	A

Fonte: SEGEC/CNJ.

De forma geral, os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, firmados pelo CNJ, tiveram sua execução realizada em conformidade com as regras estabelecidas nos respectivos atos convocatórios e instrumentos contratuais.

Eventuais descumprimentos (principalmente por conta de atrasos no pagamento de salários e benefícios) foram coibidos por este Conselho mediante a aplicação das penalidades previstas nos contratos, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Ademais, a exigência de garantia financeira nos contratos e o contingenciamento dos encargos trabalhistas e previdenciários – regulamentado pela Resolução CNJ nº 169/2013 – têm assegurado o adimplemento das parcelas devidas aos profissionais alocados nos contratos, ainda que o pagamento não seja realizado pelas prestadoras dos serviços.

Composição do quadro de estagiários

Quadro 45. Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	28	25	29	27	285.324,17
1.1 Área Fim	15	11	15	14	144.833,87
1.2 Área Meio	13	14	14	13	140.490,30

Nota: o quantitativo apresentado para cada trimestre levou em consideração o número de estagiários ao final de cada trimestre. Os valores foram calculados somando-se o total de cada trimestre e dividindo-se proporcionalmente entre o quantitativo de estagiários área fim e área meio.

Segundo a Instrução Normativa nº 9 de outubro de 2008, que regulamentou o estágio de estudante no âmbito do CNJ, o estágio tem por finalidade propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem mediante treinamento prático ou aperfeiçoamento técnico-cultural científico e de relacionamento humano do estudante para a cidadania e para o trabalho.

O CNJ possui 46 (quarenta e seis) vagas de estágio que são distribuídas pela suas unidades. Esse quantitativo foi definido calculando-se 30% do número de servidores efetivos em 2012. Atualmente há 25 (vinte e cinco) vagas de estágio preenchidas.

Em 19 de novembro de 2013, assinou-se o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 43/2011 firmado com o Centro de Integração Empresa Escola CIEE, prorrogando por 12 meses o contrato. Porém, consta do termo cláusula resolutória, devido à necessidade de proceder novo termo de referência que englobe as novas vagas para 2013, assim como, que possibilite o processo seletivo de estágio.

Atualmente, o processo seletivo de estagiários é feito pelo CNJ em parceria com o CIEE, que envia currículos com o perfil adequado para área interessada. Após essa fase, o gestor da área solicitante entrevista os candidatos e seleciona o estagiário.

Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

Item 6 - Parte A, do Anexo II, da DN nº127/2013

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da frota de veículos do CNJ

Atualmente, as normas que regulam a constituição e a forma de utilização da frota de veículos do CNJ é a Instrução Normativa nº 12 de 5/12/2008, juntamente com a Resolução nº 83, de 10/6/2009. A propósito, a SESET, no intuito de aprimorar o uso e o controle dos veículos oficiais está elaborando nova instrução normativa, em substituição à atual Instrução Normativa.

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ encerrou o exercício de 2013 possuindo 15 (quinze) veículos institucionais e 10 (dez) de serviço, totalizando 25 (vinte e cinco) veículos em sua frota.

Os serviços de transportes, prestados não apenas a pessoas, mas também para movimentação de documentos e materiais, são essenciais para garantir a continuidade dos diversos serviços administrativos do CNJ. O Conselho Nacional de Justiça, na figura de órgão atuante na esfera nacional, bem como a distribuição de suas unidades em dois prédios administrativos – STF e 514 Norte – obriga que a SESET ofereça serviço de transporte de qualidade a Conselheiros, juízes, servidores e demais colaboradores do CNJ.

Os critérios que norteiam a estratégia do CNJ em se adquirir novos veículos, ao invés de optar pela contratação de serviços de locação, estão preconizados no parágrafo único do art. 3º da Instrução Normativa nº 12/2008, em consonância com a Resolução nº 83/2009. Já os processos de aquisição de novos veículos encontram-se amparados pela estratégia – “Garantir a infraestrutura apropriada às suas atividades” – inserida no Planejamento Estratégico do CNJ 2010/2014 –, cujo objetivo traçado é “prover os recursos materiais e tecnológicos que permitam o bom desempenho do CNJ”.

Foi implantado em 2013 o Sistema CNJ-Frota, desenvolvido por servidores e colaboradores da Casa, que teve como propósito inicial gerenciar e controlar o uso da frota de veículos do CNJ, de modo a aprimorar o atendimento das requisições feitas pelos usuários dos serviços de transporte. Atualmente, os desenvolvedores do Sistema, juntamente com os gestores do Núcleo de Suporte Logístico e Segurança – NULS, estudam a inclusão de novos módulos que aprimorarão também outras atividades atinentes à área de transporte. Dentre elas, podemos destacar: o registro e controle das manutenções, das apólices de seguro, bem como das condições laborais dos condutores dos veículos oficiais (multas de trânsito e vencimento de CNH, por exemplo).

Além do Sistema CNJ-Frota, a SESET conta com um sistema de gerenciamento de combustíveis, disponibilizado por meio do Contrato nº 16/2013, como ferramenta de registro dos gastos com abastecimentos e da quilometragem dos veículos. Por meio desse Sistema foi possível constatar que a média anual de quilômetros rodados em 2013 foi de 18.860 Km.

A idade média dos veículos oficiais do CNJ em 2013 foi de 2,03 anos para os veículos considerados institucionais e de 1,6 anos para os de serviço.

Por sua vez, os gastos com manutenção no exercício anterior foi na ordem de R\$ 2.635.227,99 sendo:

R\$ 115.884,72 com abastecimento de combustíveis, instruídos por meio dos processos 350643 (1º semestre/2013) e 350642 (2º semestre/2013).

R\$ 14.662,69 com serviços de lavagem e higienização, prestados por meio de repasse financeiro ao Supremo Tribunal Federal, amparado pelo Termo de Cooperação Técnica nº 7/2013 celebrado entre àquela Corte e o CNJ.

R\$ 26.255,99 com manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais da frota, instruídos por meio dos processos 351358, 351230 e 351394.

R\$ 21.098,26 com seguro da frota, instruídos por meio dos processos 343501 e 350933.

R\$ 2.451.078,09, referente a apoio administrativo para condução dos veículos, instruídos por meio do Processo 338053.

Por fim, a Seção de Segurança e Transporte trabalha no sentido de sempre aprimorar a qualidade dos serviços a serem prestados aos nossos usuários. Para tanto, de posse das ferramentas gerenciais, bem como atento às novidades de mercado, os gestores da SESET realizam estudos que visam ao desenvolvimento de novos métodos de trabalho, com o objetivo de alcançar a excelência dos serviços prestados pela Administração Pública.

Por meio do Processo nº 350.123, foram adquiridos recentemente três veículos institucionais, e encontra-se em tramitação os processos 350.339 e 350.406, para aquisição de cinco veículos de serviço. Pretende-se com essas novas aquisições substituir os oito veículos que, no ano de 2013, completarão mais de cinco anos de uso, podendo onerar os gastos de manutenção.

Planeja-se para este exercício estudos para verificar a viabilidade de locação de veículos em substituição ao atual processo decisório de compra de novos veículos.

A Seção de Segurança e Transportes conta com um sistema de gerenciamento de combustíveis como ferramenta de controle dos gastos com abastecimentos e da quilometragem dos veículos. Iniciou-se processo de desenvolvimento de sistema próprio de gerenciamento de toda frota de veículos do CNJ, no intuito de aprimorar não só os métodos de controle e gerenciamento, mas também os de atendimento dos serviços prestados pela Seção aos usuários dos serviços de transportes.

6.2 Gestão do Patrimônio imobiliário

O CNJ é responsável por um imóvel da União, localizado na SEPN 514 norte, Lote 7, Bloco B, Brasília-DF, entregue pela Secretaria de Patrimônio da União/MP, por meio do Termo de Entrega firmado em 14 de junho de 2012, processo nº 04991.001263/2012-13, registrado no Livro nº 7 de Registro de Atos relativos à aquisição, alienação, cessão, aforamento e outros, concernentes a imóveis do patrimônio da União, da Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, fls. 162 e 163. Registro no SPIUnet, sob o nº 9701 22317.500-7.

Quadro 46. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Brasilia/DF	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Seção de Material e Patrimônio - SEMAP

Não existem imóveis locados pelo CNJ. Algumas Unidades do Conselho ocupam parte do Edifício Anexo I do STF e parte do Edifício no TST, localizado no SAAN, cujas despesas com manutenção e conservação continuam sob a responsabilidade do Supremo Tribunal Federal.

Em sendo assim, não foi preenchido o Quadro referente à Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.

Não há imóveis funcionais da União sob a responsabilidade do CNJ. Por este motivo, não foi preenchido o Quadro A.6.2.3

Quadro 47. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do CNJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Reforma	Com Manutenção
040003	9701.2 2317.5 00-7	13	5	12.443.492,64	2/08/2013	7.705.501,21	0	611.738,83
Total							0	611.738,83

Fonte: Seção de Material de Patrimônio – Seção de Manutenção Predial e Arquitetura.

Nota: Registro no SPIUnet, sob o nº 9701.22317.500-7, e informações sobre valor de terreno e valor de benfeitorias, bem como estado de conservação foram informados pelo Instituto Serzedelo Corrêa/TCU, anterior responsável pelo imóvel.

O estado de conservação do imóvel foi classificado pelo ISC/TCU (antigo responsável pelo imóvel) no registro do SPIUNET, como bom, nível 3. Entretanto, a situação real do imóvel foi reclassificada como 5 – Reparos Importantes, tendo em vista necessidade de reformas no telhado, fachada, instalação de rede elétrica/dados, modernização dos elevadores e instalação de ar condicionado central, possibilitando, assim, melhor ambiente de trabalho e segurança aos usuários.

A alteração da situação real do imóvel resultou de recomendação expressa do Relatório de Auditoria de Gestão 2012/SCI, conforme dados inseridos no processo 349.044/CNJ, em agosto de 2013. O atual estado de conservação resultou na reavaliação do valor do imóvel para R\$7.705.501,21, de acordo com a Nota de Lançamento SIAFI nº 2013NL800001.

O valor total com manutenção do imóvel durante o exercício de 2013 inclui o valor gasto com a manutenção do sistema elétrico, de aparelhos de ar condicionado, elevadores, instalação e remanejamento de divisórias, persianas, carpetes, reparos e substituição de peças hidráulicas danificadas, retirada de forro de gesso e impermeabilização de laje na cobertura do prédio.

Cabe acrescentar que o CNJ firmou, em 2013, Termo de Entrega Provisória de imóvel, com a Secretaria do Patrimônio da União, lavrado às fls. 99 a 100, do Livro nº 8, referente à entrega de sobreloja, 1º, 2º e 3º andares, do Bloco E, localizado no Lote 03, da Quadra 2, do Setor de Autarquias Sul, Brasília/DF, conforme processo nº 03000.003012/2013-15, RIP Utilização nº 970130908.500-6. Entretanto, considerando que o imóvel necessitava de reformas importantes e que demandariam longo prazo para conclusão, a Administração do CNJ reavaliou a questão, pois o prédio não iria atender à necessidade imediata de alocação de parte da estrutura do Conselho, razão pela qual foi informada a devolução do imóvel por meio do Ofício n. 38/DG.

Gestão de Tecnologia da Informação

Item 7 - Parte A, do Anexo II, da DN nº 127/2013

7. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DO CNJ

Quadro 48. Gestão da Tecnologia da Informação do CNJ

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	X monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	X aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	X aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.

	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Item 8 - Parte A, do Anexo II, da DN n° 127/2013

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

No âmbito nacional, a Gestão Socioambiental é desenvolvida pelo CNJ desde 2008 por meio de pesquisas e monitoramento das ações socioambientais desenvolvidas pelos Tribunais relacionados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal de 1988. Alguns atos normativos, a saber, Recomendação nº 11 e 27, além das Resoluções nº 70 e 144, que remetem à responsabilidade socioambiental foram publicados pelo CNJ desde então.

Outro importante instrumento que consolida a relevância do assunto é a própria Constituição Federal de 1988, que, por meio do dispositivo do art. 225, exprime como a questão ambiental é digna de receber um artigo exclusivo na carta magna. Com isso, cabe ao CNJ a adoção de políticas públicas de âmbito nacional, em prol da melhoria da prestação jurisdicional e do efetivo cumprimento da Carta Constitucional por parte dos administradores da Justiça.

Em 2012, o Departamento de Pesquisas Judiciárias, unidade integrante da estrutura do CNJ, realizou uma pesquisa com 78 tribunais brasileiros com vistas a elaborar um produto atualizado, além de aferir o grau de comprometimento do Poder Judiciário nacional em relação a questões que tem a sustentabilidade ambiental como princípio norteador.

A pesquisa foi pautada nos atos normativos deste Conselho, de modo a proporcionar a correlação com alguns indicadores coletados na primeira pesquisa dessa natureza, realizada em 2008. A publicidade desses indicadores ocorreu na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Os resultados obtidos foram altamente satisfatórios, sobretudo pelo fato do Poder Público exercer forte influência na atividade econômica do país, principalmente por meio das compras necessárias para o bom desenvolvimento de suas atividades.

Sendo assim, torna-se possível, por meio dos indicadores, verificar que o Poder Judiciário, com o passar dos anos, tem assumido importante papel no surgimento e adequação de novos padrões de produção e consumo, na condição de usuário e consumidor de recursos naturais.

Em suma, em todos os pontos que foram possíveis comparar as ações realizadas em 2008 em relação a 2012, o Poder Judiciário apresentou melhorias. Alguns indicadores aferidos apenas em 2012 demonstraram que, por exemplo, 94% dos tribunais pesquisados consideram que a acessibilidade é um fator determinante na locação de imóveis, aquisição ou novas construções; 86% detectaram redução no consumo de energia e 76% no consumo de água; 78% possuem coleta seletiva instituída; 66% utilizam papel reciclado e não clorado nos impressos do Poder Judiciário.

No campo econômico, a economia gerada pelos tribunais com ações pautadas na sustentabilidade a partir da Meta Prioritária nº 6 de 2010 (R\$774.042,00 por tribunal) corrobora que ações economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas apresentam resultados consideráveis quando bem trabalhados.

O ano de 2013 ficou marcado pela introspecção deste Egrégio Conselho em relação às ações socioambientais. A publicação da Portaria nº5, de 6 de março de 2013 que institui o Comitê de Apoio Socioambiental com a finalidade de planejar, elaborar e acompanhar medidas visando à correta preservação do meio ambiente no âmbito do CNJ corrobora o comprometimento institucional. Desde então o comitê vem trabalhando para colocar em prática a sua eficiência socioambiental de modo assertivo, onde seja possível mensurar, por unidade, os gastos de recursos como energia, papel e telefone, além da instituição da coleta seletiva com o devido descarte e destino do material residual. No decorrer de 2014 essas variáveis serão aferidas e comparadas de tal modo que se torne possível detectar quais são e em que locais estão os pontos mais problemáticos no consumo do material elencado anteriormente.

Até a publicação da referida portaria, todas as atividades relacionadas a esta questão eram realizadas em âmbito externo e o sucesso desta empreitada pode ser aferido ano após ano, tendo como marco inicial o ano de 2008. Em 2013 a responsabilidade socioambiental assumida pelo Poder Judiciária se tornou explícita pela quantidade de tribunais pré-selecionados que concorrerão ao 5º Premio de Melhores Práticas de Sustentabilidade – Prêmio Agenda Ambiental da Administração Pública A3P.

A premiação possui três categorias: Gestão de Resíduos, Uso e Manejo Sustentável de Recursos Naturais e Inovação da Gestão Pública. Na categoria “Gestão de Resíduos” participam instituições que possuem projetos que envolvem coleta seletiva e reaproveitamento de material. O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região foram classificados nessa categoria. Na categoria “Uso e Manejo Sustentável de Recursos Naturais”, voltada para as áreas de consumo energético e otimização de recursos naturais, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – TRT9 se fez presente com o projeto precursor da certificação Selo Inteligência Socioambiental. Vale ressaltar que o TRT9 conseguiu trabalhar a base territorial por qual é responsável usando como fundamento a Meta 6 do Poder Judiciário citada anteriormente.

Entre os destaques da Rede A3P, onde participam as instituições que estão inseridas na Rede A3P que ainda não possuem termo de adesão a esta agenda, o Tribunal Regional Eleitoral do estado de Pernambuco, com o projeto “Eficiência Energética na Justiça Eleitoral de Pernambuco” apresentou o relevante dimensionamento do comprometimento socioambiental do órgão. Por fim, na categoria “Inovação na Gestão Pública”, que está relacionada com o consumo consciente e tecnologias sustentáveis, O Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região estão entre os finalistas do prêmio.

O Supremo Tribunal Federal foi, assim como o TRE-PE, um dos destaques da rede. A presença de sete tribunais em uma das premiações de maior relevância no cenário socioambiental nacional corrobora o trabalho realizado pelo CNJ com os tribunais no decorrer dos anos.

Quadro 49. Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 				X	
	<ul style="list-style-type: none"> Adoção do procedimento de logística reversa, nas aquisições de cartuchos e toners; Exigência de apresentação de Certificado Florestal de Cadeia de Custódia, nas aquisição de mobiliário confeccionado em madeira; Aquisição de materiais de expediente recicláveis e reaproveitáveis; e Aquisição de equipamentos com etiqueta de eficiência energética, classificação “A”, nos padrões de etiquetagem do INMETRO. 				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					X
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	Exigência de apresentação de Certificado Florestal de Cadeia de Custódia nos procedimentos licitatórios para aquisição de mobiliário confeccionado em madeira.				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	Foram adquiridos aparelhos de ar condicionado e geladeiras, tipo frigobar, com etiqueta de eficiência energética, classificação “A”, nos padrões de etiquetagem do INMETRO. A aquisição desses equipamentos foi recente, não sendo possível, ainda, avaliar os impactos desses produtos sobre o consumo de energia deste órgão.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
	<ul style="list-style-type: none"> Materiais de expediente (papeis e envelopes); 				

<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	<ul style="list-style-type: none"> Materiais gráficos (credenciais; folders; certificados; cartilhas e publicações); Materiais impressos (envelopes); e Materiais para eventos (crachás; certificados e folders). 				
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
<p>Foram elencados nos editais de licitação deste Conselho materiais reaproveitáveis tais como: CD's e DVD's regraváveis (Aquisição de materiais de expediente) e confecção de borracha destinada à reutilização de carimbos automáticos (Serviços de confecção de carimbos).</p>					
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>			X		
<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 	X				
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>					X
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>		X			
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>		X			
<p>Considerações Gerais:</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Seção de Editais/Secretaria de Administração

O quadro abaixo detalha o consumo de papel, água e energia elétrica no ano de 2013 e exercícios anteriores. Com relação aos gastos de água e energia elétrica, estes se referem apenas ao prédio da SEPN 514 norte, e a partir do período de 2012, ano que o CNJ assumiu integralmente o prédio e as despesas decorrentes do seu uso.

Quadro 50. Consumo de papel, água e energia elétrica

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	3.325	3.605	3.067	R\$ 24.913,90	R\$ 27.782,56	R\$ 23.689,69
Água	4.081 m ³	3.522 m ³		R\$ 68.104,14	R\$ 53.908,72	
Energia Elétrica	903.998 KWh	2880 Kw		R\$ 347.429,65	R\$ 403.986,63	
			Total	R\$ 440.447,69	R\$ 485.677,91	R\$ 23.689,69

Fonte: Seção de Almoxarifado e Seção de Manutenção Predial e Arquitetura/Secretaria de Administração.

Informo que o CNJ aderiu aos seguintes programas de sustentabilidade em 2013 (porém no que refere ao consumo de cartucho de toner):

- 1) Programa “Planeta Lexmark” – visa proporcionar um destino final ecologicamente correto às sucatas de toner e/ou elementos fotocondutores da marca LEXMARK aplicados em equipamentos de impressão.
- 2) Programa “Xerox de Devolução de Cartuchos Vazios”- visa reduzir os riscos de degradação ambiental destinando as sucatas de toner/cilindros e reveladores da marca XEROX ao centro de reciclagem, de acordo com a legislação ambiental vigente.
- 3) Programa “HP” - visa reduzir os riscos de degradação ambiental destinando as sucatas de toner e cartuchos de tinta vazios da marca HEWLETT PACKARD-HP ao centro de reciclagem, de acordo com a legislação ambiental vigente.

Conformidades e Tratamentos de Disposições Legais e Normativas

Item 9 - Parte A, do Anexo II, da DN n° 127/2012

9. CONFORMIDADES E TRATAMENTOS DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Quadro 51. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Conselho Nacional de Justiça					-
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 034.628/2012-6	853/2013 – Plenário	9.1 e 9.2	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Conselho Nacional de Justiça					-
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. determinar, com fundamento no art. 43, inc. I, da Lei nº 8.443/92, c/c com o art. 250, inc. II, do Regimento Interno deste Tribunal, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Conselho Nacional de Justiça, com prazo de sessenta dias para apresentação da documentação comprobatória das providências adotadas, que orientem os órgãos/entidades nas respectivas esferas de competência, que, ao contratarem a execução de obras públicas:</p> <p>9.1.1. apliquem os critérios e parâmetros técnicos prescritos na norma NBR 9050/2004 relacionados com a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;</p> <p>9.1.2. incluam cláusulas em edital e em contrato que estabeleçam a obrigação de o contratado, em conjunto com a Administração Pública, providenciar a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto:</p> <p>9.1.2.1. "as built" da obra, elaborado pelo responsável por sua execução;</p> <p>9.1.2.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;</p> <p>9.1.2.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando a obra;</p> <p>9.1.2.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e</p> <p>9.1.2.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;</p> <p>9.1.3. exijam da contratada a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia da obra, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), c/c o art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); e</p> <p>9.1.4. abstenham-se de realizar o recebimento provisório de obras com pendências a serem solucionadas pela construtora, uma vez que o instituto do recebimento provisório, previsto no art. 73, inc. I, da Lei nº 8.666/93, não legitima a entrega provisória de uma obra inconclusa, mas visa resguardar a Administração no caso de aparecimento de vícios ocultos, surgidos após o recebimento provisório;</p> <p>9.2. determinar, com fundamento no art. 43, inc. I, da Lei nº 8.443/92, c/c com o art. 250, inc. II, do Regimento Interno deste Tribunal, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Conselho Nacional de Justiça que orientem os órgãos/entidades nas respectivas esferas de competência a adotarem os seguintes procedimentos, no tocante ao acompanhamento da qualidade de obras concluídas sob gestão própria:</p> <p>9.2.1. realização de avaliações periódicas da qualidade das obras, após seu recebimento, no máximo a cada doze meses;</p> <p>9.2.2. notificação do contratado quando defeitos forem observados na obra durante o prazo de garantia quinquenal, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;</p> <p>9.2.3. ajuizamento de ação judicial caso os reparos não sejam iniciados pelo contratado; e</p> <p>9.2.4. arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamento, termos de recebimento, contratos e aditamentos, diário de obras, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento da obra e notificações expedidas;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria-Geral					
Síntese da Providência Adotada					

Por meio do Ofício n. 436/2013, a Secretaria-Geral cientificou os demais Órgãos do Poder Judiciário sobre o teor do Acórdão n. 85/2013-TCU-Plenário, subitens 9.1 e 9.2 do referido acórdão.

Síntese dos Resultados Obtidos

Não há informações a serem prestadas.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não há informações a serem prestadas.

Quadro 52. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Conselho Nacional de Justiça					-
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 005.691/2013-3	1809/2013 – Plenário	1.8.1	DE	Ofício 0361/2013-TCU/SecexAdmin
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Conselho Nacional de Justiça					-
Descrição da Deliberação					
<p>1.8.1 determinar ao Conselho Nacional de Justiça que faça constar de seu Relatório de Gestão anualmente enviado a este Tribunal, enquanto durar a fase de implementação e implantação do Processo Judicial eletrônico no Poder Judiciário, em tópico específico, informações relativas às ações adotadas visando garantir a acessibilidade a todos os usuários daquele sistema, independentemente de eventuais limitações físicas de que sejam portadores.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria-Geral					
Síntese da Providência Adotada					
<p>Foi criada no âmbito do PJe uma comissão permanente para propor ações de melhoria no sistema com o objetivo de aperfeiçoar a acessibilidade a pessoas com deficiência. Essa comissão elaborou uma carta de princípios que visa tornar o PJe acessível aos deficientes visuais.</p> <p>Na última reunião do Comitê Gestor Nacional do PJe, ocorrida em 24 de fevereiro de 2014, representantes dessa comissão informaram que foi elaborado um relatório que aponta dez pontos de melhoria no sistema PJe, destacando-se a criação de teclas de atalho aos recursos do sistema, a navegação por meio do teclado e referências textuais a imagens e cores que indiquem alguma situação ou existência de funcionalidade.</p> <p>De acordo com informações prestadas por um dos integrantes do comitê, um estudo de caso foi realizado e foram modificados alguns comportamentos do sistema tornando-o mais acessível. Foi estabelecido um prazo de quatro meses para conclusão das modificações de acessibilidade.</p> <p>Informamos, ainda, que por deliberação do Comitê Gestor Nacional do PJe, a equipe técnica do CNJ passa a integrar o grupo responsável por realizar as modificações no sistema e será responsável por analisar a viabilidade das propostas técnicas e agilizar o andamento das atividades.</p>					

9.2 Informações sobre a atuação da unidade de auditoria

A Seção de auditoria encontra-se subordinada à Coordenadoria de Auditoria. A Coordenadoria de Auditoria subordina-se à Secretaria de Controle Interno e esta, por sua vez, encontra-se subordinada diretamente à Presidência do CNJ. A ligação da Secretaria de Controle Interno diretamente à Presidência do CNJ visa garantir autonomia e independência aos trabalhos realizados pela área de auditoria.

Além da Auditoria em vários contratos de licitação, dispensa e inexigibilidade, foram realizadas também em 2013 ações de auditoria em Contratos de TI e nos processos de concessão de Passagens e Diárias.

De acordo com o banco de informações, mantido pela Coordenadoria de Auditoria, em 2013 foram exaradas 80 recomendações à Administração do CNJ. Dessas, 47 foram regularizadas, 9 estão parcialmente regularizadas, 15 pendentes e 9 ainda serão apuradas.

A Administração do CNJ, ao receber as recomendações exaradas pela unidade de auditoria, imediatamente dá ciência às áreas relacionadas, concedendo prazo para atendimento. A partir de então, podem surgir dois trâmites:

a) quando a Unidade concorda com as recomendações da área de auditoria, adota as devidas providências com vistas ao cumprimento das determinações. Posteriormente, a unidade científica a Diretoria-Geral das providências adotadas. A Diretoria-Geral, por sua vez, comunica a Seção de Auditoria acerca do atendimento da recomendação.

b) quando a Unidade pondera pelo não atendimento das recomendações, faz a devida exposição de motivos e encaminha a Diretoria-Geral, para análise. A Diretoria-Geral, estando de acordo com as razões apresentadas pela Unidade, dá ciência à Secretaria de Controle Interno sobre a impossibilidade ou inviabilidade do cumprimento da recomendação.

As recomendações de auditoria, que demandam ações da administração, são monitoradas pela Secretaria de Controle Interno, por meio de Plano de Ação. Nesse documento são relacionadas as etapas da implementação da recomendação, com a indicação do servidor responsável e prazo para início e término de cada etapa. A revisão dos prazos pode ser feita após acordo entre a área auditada e a equipe de auditoria.

Ressalta-se que a alta gerência do CNJ, no caso a Diretoria-Geral e a Secretaria-Geral, são as primeiras unidades a tomarem ciências das recomendações feitas pela área de auditoria. A notificação é realizada por meio de Memorando do Secretário de Controle Interno dirigido aos titulares destas unidades. A ciência também pode ocorrer no âmbito do processo administrativo objeto da auditoria.

9.3 Declarações de bens e rendas

A recepção dos formulários de DBR e dos formulários de autorização de acesso às Declarações de Ajuste Anual do IR/PF são gerenciadas pela Seção de Registros Funcionais, da Secretaria de Gestão de Pessoas. Os documentos são recebidos exclusivamente em papel e o controle é realizado de forma manual, sendo que não há sistema informatizado para tanto. A documentação é digitalizada e, assim como os originais, são arquivados em pastas próprias na referida Unidade. Ressalte-se que são adotadas as devidas precauções quanto à segurança na guarda da documentação, como, por exemplo, o trancamento diário da sala onde se encontram arquivados.

Quadro 53. Demonstrativo do cumprimento, por autoridade se servidores da UJ, da Obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargos, Empregos ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades * (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	23	**	34
	Entregaram a DBR	23	**	34
	Não cumpriram a obrigação	0	**	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	59	**	171
	Entregaram a DBR	59	**	171
	Não cumpriram a obrigação	0	**	0

Fonte: Sistema SGRH/CNJ

* Foram considerados os Conselheiros e os Juízes Auxiliares (cedidos de seus Tribunais de origem), apesar de a Lei nº 8.730/1993 não citá-los.

** Após a exigência da Instrução Normativa nº 67 do TCU, este Conselho não exige a entrega da DBR no ato do desligamento de seus servidores.

9.4 Atualização de dados no SIASG

Por motivos operacionais, já reportados no Relatório de Gestão de 2012, informamos que os contratos não têm sido publicados no SIASG. Ressaltamos, contudo, que todos os instrumentos firmados pelo CNJ estão disponíveis, na íntegra, no sítio deste Conselho na internet, conforme links abaixo:

<http://www.cnj.jus.br/transparenciacnj/licitacoes-e-contratos/contratos>

<http://www.cnj.jus.br/transparenciacnj/acordos-terminos-e-convenios>

Relacionamento com a Sociedade

Item 10 - Parte A, do Anexo II, da DN n° 127/2013

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O Conselho Nacional de Justiça possui uma Ouvidoria, constituída com a missão de servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário, nos termos da Resolução CNJ nº 103, de 24 de fevereiro de 2010.

A referida resolução definiu que compete à Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça:

I - receber consultas, diligenciar junto aos setores administrativos competentes e prestar informações e esclarecimentos sobre atos, programas e projetos do Conselho Nacional de Justiça;

II - receber informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre as atividades do Conselho e encaminhar tais manifestações aos setores administrativos competentes, mantendo o interessado sempre informado sobre as providências adotadas;

III - promover a interação com os órgãos que integram o Conselho e com os demais órgãos do Poder Judiciário visando o atendimento das demandas recebidas e aperfeiçoamento dos serviços prestados;

IV - sugerir aos demais órgãos do Conselho a adoção de medidas administrativas tendentes ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base nas informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios recebidos;

V - promover a integração entre as Ouvidorias judiciais visando à implementação de um sistema nacional que viabilize a troca das informações necessárias ao atendimento das demandas sobre os serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.

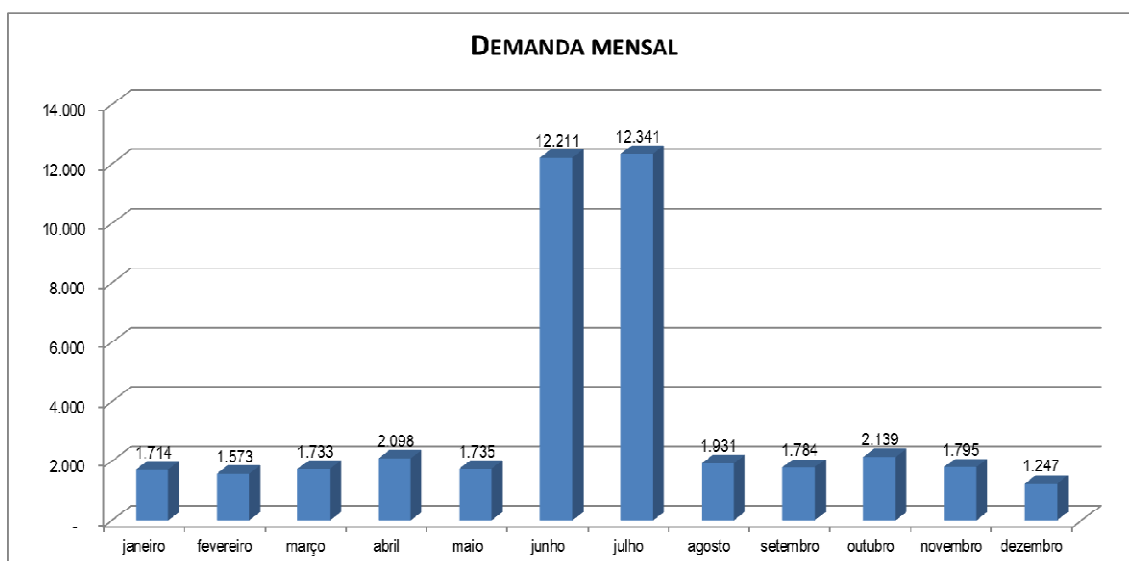
VI - apresentar e dar publicidade aos dados estatísticos acerca das manifestações recebidas e providências adotadas;

VII - encaminhar ao Plenário do Conselho Nacional de Justiça relatório trimestral das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria.”

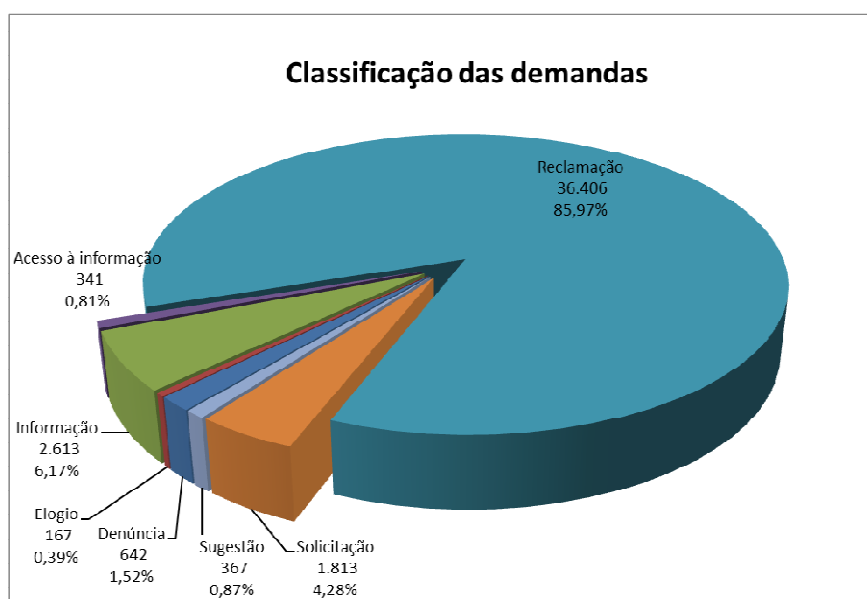
O acesso à Ouvidoria pode ser realizado pelos seguintes meios:

- formulário eletrônico (disponível em www.cnj.jus.br, na opção Ouvidoria);
- telefone (contatos: 61 2326-4608/4607)
- correspondência
- pessoalmente (comparecendo ao endereço SEPN 514, bloco B, lote 7, sala 105-B, Asa Norte/DF)
- ofício/memorando
- fax
- redes sociais – página oficial no *facebook* e *twitter*
- urnas para *folder* (fixadas no prédio principal do Conselho)

A demanda total recebida no ano de 2013 está representada no gráfico abaixo. A média mensal de manifestações ultrapassou o patamar de 3,5 mil, porém, se desconsideramos os meses de junho e julho, nos quais houve uma elevação excepcional da demanda, a média foi de 1.775 registros.



As manifestações recebidas são classificadas como elogio, denúncia, informação, pedido de acesso à informação, reclamação, solicitação e sugestão. O quadro a seguir mostra os percentuais de cada tipo de manifestação:



10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

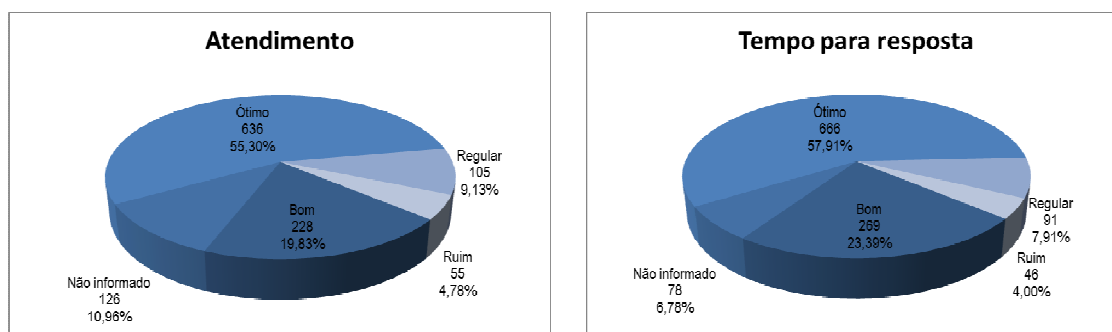
A Ouvidoria disponibilizou ferramenta que permite aos cidadãos avaliarem a resposta oferecida pela unidade, quando enviadas por meio de correio eletrônico.

A ferramenta consiste em um convite para o cidadão responder à avaliação não obrigatória, logo em seguida a resposta enviada, em que são expostas cinco questões, no que refere aos fatores atendimento, tempo para resposta, desfecho e clareza da resposta. Os resultados obtidos em 2013, a partir das 1.150 avaliações voluntárias, estão disponíveis no quadro e gráficos a seguir:

	Clareza		Satisfação com o desfecho	
	Totais	%	Totais	%
Sim	886	77,04%	564	49,04%
Não	264	22,96%	586	50,96%
Total	1.150	100,00%	1.150	100,00%

O item 3 da *Pesquisa de Satisfação do Atendimento da Ouvidoria*, questiona se o demandante ficou satisfeito com o desfecho atingido na manifestação, se alcançou seu objetivo.

É relevante avaliar que grande parte das manifestações recebidas na Ouvidoria do CNJ são encaminhadas às Ouvidorias Judiciárias, nos tribunais, em razão de se tratarem de assuntos pertinentes àqueles órgãos. Com isso, a avaliação feita pelo cidadão no item *Satisfação*, pode estar representada pelas providências adotadas pela Ouvidoria reclamada, não retratando, necessariamente, a atuação da Ouvidoria do CNJ.



Com relação ao item 10.3, que compõe o Anexo II – Parte A “Relacionamento com a Sociedade”, cumpre destacar que essas informações tratam, especificamente, da demonstração dos resultados de pesquisas casuais de opinião realizadas nos últimos três anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

Há duas pesquisas que atendem a este item. A primeira é a Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação do Usuário. Realizada entre os dias 1º a 30 de setembro de 2011, a referida pesquisa teve como objetivo principal mapear os desafios do Poder Judiciário brasileiro verificados pelos agentes e usuários da Justiça. Os 26.750 participantes foram separados por magistrados, servidores e usuários da Justiça. Desse total, 18.688 (69,8%) respondem pelos usuários da Justiça, entendidos como **cidadãos em geral** ou **usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade**. A referida pesquisa, que teve seus resultados apresentados no V Encontro Nacional do Judiciário, foi desenvolvida pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias, Departamento de Gestão Estratégica e Departamento de Tecnologia da Informação.

A segunda pesquisa denominada **Censo Nacional do Poder Judiciário**, foi realizada no ano de 2013 em duas etapas. Entre os dias 26 de agosto e 21 de outubro foi executado o **Censo dos Servidores**, com a participação de 147.949 (61,2%) dos 285.328 dos servidores efetivos, requisitados e sem vínculo ocupantes de cargo em comissão. Posteriormente, entre 04 de novembro e 20 de dezembro, ocorreu o **Censo dos Magistrados**, onde 10.783 (63,7%) dos 16.907

magistrados ativos do Poder Judiciário: Ministros, Conselheiros, Desembargadores e Juízes participaram da pesquisa. O Censo Nacional do Poder Judiciário vai ao encontro do solicitado no item 10.3 da Decisão Normativa TCU N° 127, na medida em que aferiu como os **usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do Conselho Nacional de Justiça avaliam a instituição**. O resultado final do Censo Nacional do Poder Judiciário será apresentado em 2014.

O detalhamento das referidas pesquisas, bem como de seus resultados constam do Anexo II deste Relatório.

Informações Contábeis da Gestão

Item 11 - Parte A, do Anexo II, da DN n° 127/2013

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

11.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público

Sobre a avaliação de ativos e passivos, o Conselho Nacional de Justiça busca dar cumprimento às diretrizes preconizadas pela NBCT 16.09 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBCT 16.10 (Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do Setor Público) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, bem como segue os procedimentos técnicos indicados pela Macrofunção SIAFI 020330 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

Em decorrência da obrigatoriedade do registro de depreciação no setor público brasileiro entabulado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP este Conselho realizou o cálculo da despesa da depreciação, conforme regras editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional na MACROFUNCAO SIAFI 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão.

As principais diretrizes para o registro da depreciação foram: (a) depreciação dos bens adquiridos no exercício 2010, (b) método das cotas constantes e (c) utilização da tabela de vida útil e valor residual. Este procedimento provocou um impacto negativo no Patrimônio Líquido na ordem de R\$ 559.052,69, sendo a quantia de R\$ 136.332,86 relativo ao Valor Recuperável dos Bens Móveis anteriores ao exercício de 2010 e o valor de R\$ 422.719,83 consiste na depreciação dos bens adquiridos antes do exercício de 2010.

Em decorrência da impossibilidade de realizar o teste de recuperabilidade, este Conselho optou por utilizar o valor da depreciação, que seria lançado até o final do exercício de 2009. Esse método permite obter uma base monetária confiável, tornado indispensável nova mensuração dos bens móveis, conforme regras determinadas MACROFUNCAO SIAFI 02.03.30.

Para elementos classificados no Imobilizado, o valor de avaliação toma por base o valor de aquisição, produção ou construção conforme cada caso. Os gastos posteriores à aquisição do imobilizado são incorporados ao valor do mesmo quando há possibilidade de geração de benefícios, caso contrário, são classificados como despesa do período em que ocorre.

Os itens classificados no Intangível são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os gastos posteriores à aquisição do Intangível recebem o mesmo tratamento dispensado ao Imobilizado.

11.2 Declaração do contador responsável

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA			40003
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) ausência de conformidade de registro de gestão nas seguintes datas 03/01; 20/02 a 22/02 , 28/02, 01/03 , 12/03, 18/03 a 20/03, 03/04, 23/04 a 25/04, 08/05, 13/05,01/08, 28/10 a 30/10 e 11/11</p> <p>b) os demonstrativos do fluxo de caixa e do resultado econômico não estão disponibilizados no sistema SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	07.02.2014
Contador Responsável	Márcia Cristina Oliviera Fonseca Franklin	CRC nº	18.661/O -8

CONCLUSÃO

O presente Relatório de Gestão foi elaborado de acordo com os normativos do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão do Conselho Nacional de Justiça no exercício de 2013.

Observa-se que o ano de 2013 teve uma execução orçamentária satisfatória, pois alcançou 86%, percentual superior ao obtido em 2012, 76%. O CNJ desenvolveu importantes projetos e deu continuidade a ações prioritárias no alcance de sua missão institucional.

Comparando-se com as informações apresentadas pelo CNJ no relatório de 2012, destacam-se as seguintes melhorias alcançadas pelo CNJ em 2013: aperfeiçoamento da gestão estratégica institucional; fortalecimento das ações de controle interno; evolução dos projetos de Tecnologia da Informação, acompanhado do aperfeiçoamento dos Termos de Referência; implementação de políticas públicas focadas no cumprimento de sua missão constitucional; valorização do servidor efetivo do quadro por meio de ações de capacitação e designação para cargos de confiança; otimização dos recursos de capacitação por meio de educação a distância voltada para todo o Poder Judiciário e cursos *in company*; nomeação de candidatos aprovados no concurso público realizado em 2013, que atenderão às crescentes demandas do CNJ; realização de procedimentos licitatórios com base em um planejamento anual; normatização de procedimentos, entre outras melhorias.

Diante do exposto, conclui-se que o CNJ vem cumprindo a sua missão prevista na Constituição Federal, e para tanto tem observado na execução dos seus projetos os princípios e normativos que regem a Administração Pública, bem como zelado pela regular e eficiente aplicação dos recursos destinados ao CNJ.

ANEXOS

Anexo I – Relação dos Pregões Eletrônicos realizados em 2013.

LICITAÇÕES 2013							
Pregão	Processo	Data de abertura	Objeto	Situação	Obs. / Critério de Sustentabilidade	Valor Estimado (R\$)	Valor adjudicado (R\$)
01/2013	350.586	07/01/2013	Registro de Preços Açúcar	Licitação Concluída	-	11.370,00	5.460,00
02/2013	350.459	19/03/2013	Solução de telefonia	Licitação Concluída	Cancelamento do grupo 2, que se apresentou menos vantajoso/econômico para o CNJ.	812.221,47	715.909,48
03/2013	350.406	15/04/2013	Aquisição de van	Licitação Concluída	-	135.350,00	99.100,00
04/2013	350.387	30/01/2013	RP Cartuchos	Licitação Concluída	<u>Critério de sustentabilidade: SIM</u>	880.139,09	535.452,56
05/2013	350.570	15/02/2013	Link Internet	Licitação Concluída	Os itens 14, 16, 19 e 20 foram cancelados na aceitação por não haver propostas válidas.	300.432,91	257.000,28
06/2013	350.607	26/02/2013	Passagens aéreas	Licitação Concluída	-	3.400.000,00	3.400.000,00
07/2013	350.443	05/04/2013	Manutenção de veículos	Licitação Concluída	Os itens 1 e 3 foram cancelados na aceitação por não haver propostas válidas.	37.936,65	33.211,70
08/2013	350.462	19/03/2013	Gerenciamento de combustíveis	Licitação Concluída	Taxa de administração negativa de 0,031%.	232.615,20	225.769,99
09/2013	350.578	29/05/2013	RP Mobiliário	Licitação Concluída	O Grupo 4 foi cancelado na aceitação por não haver proposta válida. <u>Critério de sustentabilidade: SIM</u>	2.517.478,74	1.489.169,20
11/2013	350.725	07/06/2013	Manutenção Predial	Licitação concluída	-	1.519.653,90	878.695,00
12/2013	350.932	13/05/2013	RP Gêneros alimentícios	Licitação deserta	Inexistência de propostas.	25.288,92	
13/2013	350.480	06/05/2013	Secretariado	Licitação Concluída		8.412.846,60	6.749.697,74
14/2013	350.933	17/05/2013	Seguro de veículos	Licitação Concluída	-	18.620,84	3.364,79
15/2013	351.100	31/05/2013	RP Transporte de cargas	Licitação Concluída	-	733.920,00	105.072,00

16/2013	350.645	23/07/2013	RP Lavanderia	Licitação Concluída		21.950,16	20.559,72
17/2013	350.932	10/06/2013	RP Gêneros alimentícios	Licitação Concluída	Repetição do PRE 12/2013.	25.180,68	25.180,44
19/2013	350.816	05/08/2013	RP Material Gráfico	Licitação Concluída	-	1.931.997,00	971.734,00
20/2013	350.698	30/07/2013	Equipamentos diversos	Licitação Concluída	-	15.620,00	14.900,00
22/2013	351.110	14/08/2013	RP Etiquetas	Licitação Concluída	-	6.276,96	5.085,53
23/2013	350.728	21/08/2013	RP Material de Divulgação	Licitação Concluída	-	438.015,66	220.200,00
24/2013	351.139	20/08/2013	RP Borracharia	Licitação Concluída	-	68.094,94	68.094,94
25/2013	351.194	16/09/2013	RP Material Impresso	Licitação Concluída	Item 20 fracassado por falta de envio de propostas.	111.046,20	40.497,92
26/2013	350.461	16/12/2013	Telefonista	Licitação Concluída	-		
28/2013	350.682	13/09/2013	RP Jardinagem	Suspensa	-		
29/2013	351.389	13/09/2013	RP Material de copa	Licitação Concluída	Fracassado o certame para o Grupo 2 por falta de envio de proposta e amostra para julgamento.	30.295,60	21.462,10
30/2013	351.190	18/10/2013	Livraria	Licitação Concluída	O Item 2 foi cancelado na aceitação por apresentar percentual de desconto inferior ao mínimo estimado no Edital.	80.000.000,00	55.472.000,00
31/2013	351.461	01/10/2013	Copeiragem	Licitação Concluída	-	1.156.802,09	935.320,93
33/2013	351.328	04/10/2013	Estoquista	Licitação Concluída	-	480.427,22	429.979,01
34/2013	351.337	13/11/2013	Motoristas	Licitação Concluída	-	3.156.101,91	2.627.416,60
35/2013	351.364	18/10/2013	RP Material de expediente	Licitação Concluída	O Grupo 5 e o Item 112 foram cancelados na aceitação.	230.113,36	185.715,97
36/2013	351.623	20/11/2013	RP Açúcar, café e água	Licitação Concluída	Para os itens 3 e 4, foi aberta a sessão complementar.	192.651,60	105.789,00
37/2013	351.522	30/10/2013	Eletricista	Licitação Concluída	-	50.828,72	45.390,05
38/2013	351.304	30/10/2013	Solução Segurança de rede	Licitação Concluída	-	192.918,15	192.857,00
39/2013	351.577	07/11/2013	RP Escâneres	Licitação concluída	Houve intenção de recurso para o Item	3.062.541,50	1.285.200,00

				parcialmente	1.		
40/2013	351.573	06/11/2013	RP Carimbos	Licitação Concluída	-	14.525,70	6.007,80
41/2013	351.683	08/11/2013	RP Microcomputadores e Nobreaks	Licitação Concluída	-	116.354.977,00	86.160.822,00
42/2013	350.474	12/11/2013	Solução rede sem fio	Licitação Concluída	-	465.837,90	266.739,96
44/2013	351.328	13/11/2013	Vigilância Armada e desarmada	Licitação Concluída	-	3.332.421,72	2.699.295,75
45/2013	351.510	28/11/2013	Clipping on line	Licitação Concluída	-	138.000,00	38.100,00
46/2013	351.386	25/11/2013	Impressoras e estabilizadores	Licitação Concluída	-	536.734,00	439.460,00
47/2013	351.413	27/11/2013	RP Eventos	Licitação Concluída	-	6.811.248,50	2.033.593,21
48/2013	351.568	28/11/2013	Equipamentos de redes	Licitação Concluída	-	3.096.656,74	3.096.656,60
49/2013	351.503	28/11/2013	Clipping	Licitação Concluída	-	168.000,00	105.099,96
50/2013	351.571	04/12/2013	Storage	Licitação Concluída	-	3.755.546,57	2.480.565,00
51/2013	351.699	22/11/2013	Veículos	Licitação Concluída	-	620.983,84	602.700,00
52/2013	351.917	04/12/2013	Laje	Licitação Concluída	-	6.369.955,00	61.989,90
53/2013	351.470	11/12/2013	RP Ar Condicionado	Licitação Concluída	O grupo 4 foi cancelado na aceitação.	278.999,95	241.523,40

251.329.031,52 173.391.270,05

Anexo II – Pesquisa de satisfação de usuário

QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

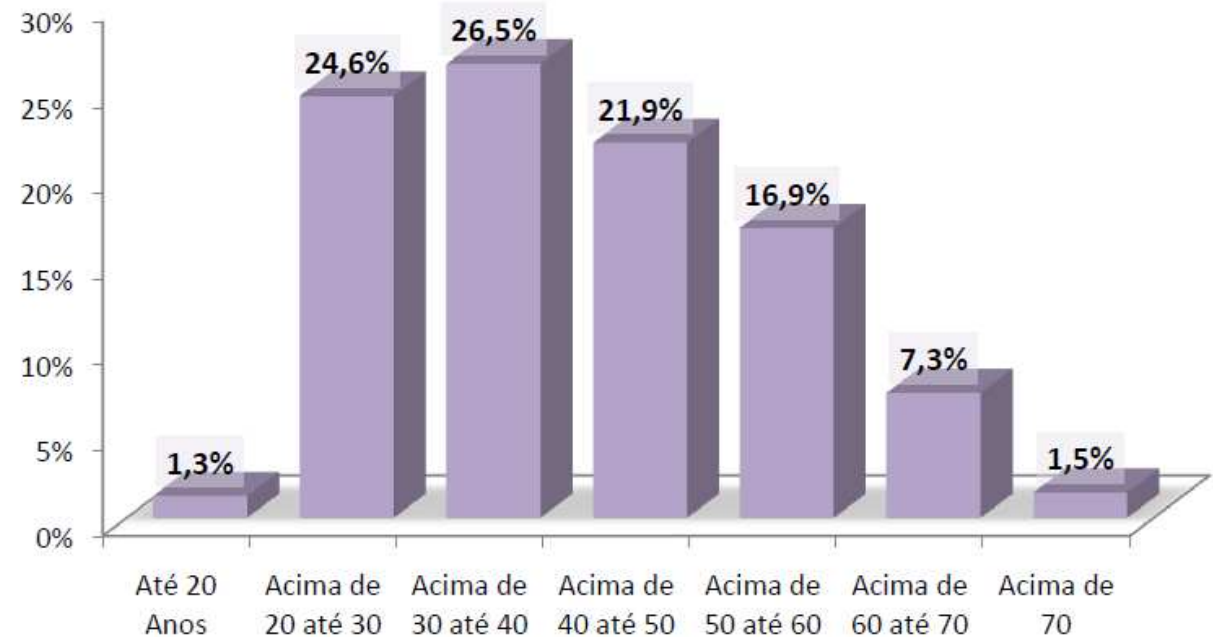
Total Geral

1. Qual sua idade?

Tabela 1 - Qual sua idade?

	Quantidade	%
Até 20 Anos	238	1,3%
Acima de 20 até 30	4.607	24,6%
Acima de 30 até 40	4.959	26,5%
Acima de 40 até 50	4.095	21,9%
Acima de 50 até 60	3.167	16,9%
Acima de 60 até 70	1.366	7,3%
Acima de 70	276	1,5%
Total	18.708	100,0%

1. Qual sua idade?



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

Total Geral

2. Qual sua relação com o órgão avaliado?

Tabela 2 - Qual sua relação com o órgão avaliado?

	Quantidade	%
Advogado	8.700	46,5%
Parte em Processo Tramitando	4.739	25,3%
Outro Tipo de Relacionamento (Eleitor, Pesquisador, etc.)	1.903	10,2%
Estagiário de Direito	1.477	7,9%
Parte em Processo Concluído, com Decisão Favorável	1.163	6,2%
Parte em Processo Concluído, com Decisão Contrária	410	2,2%
Advocacia Pública (Membro)	219	1,2%
Defensor Público (Membro)	52	0,3%
Ministério Público (Membro)	45	0,2%
Total	18.708	100,0%

2. Qual sua relação com o órgão avaliado?



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

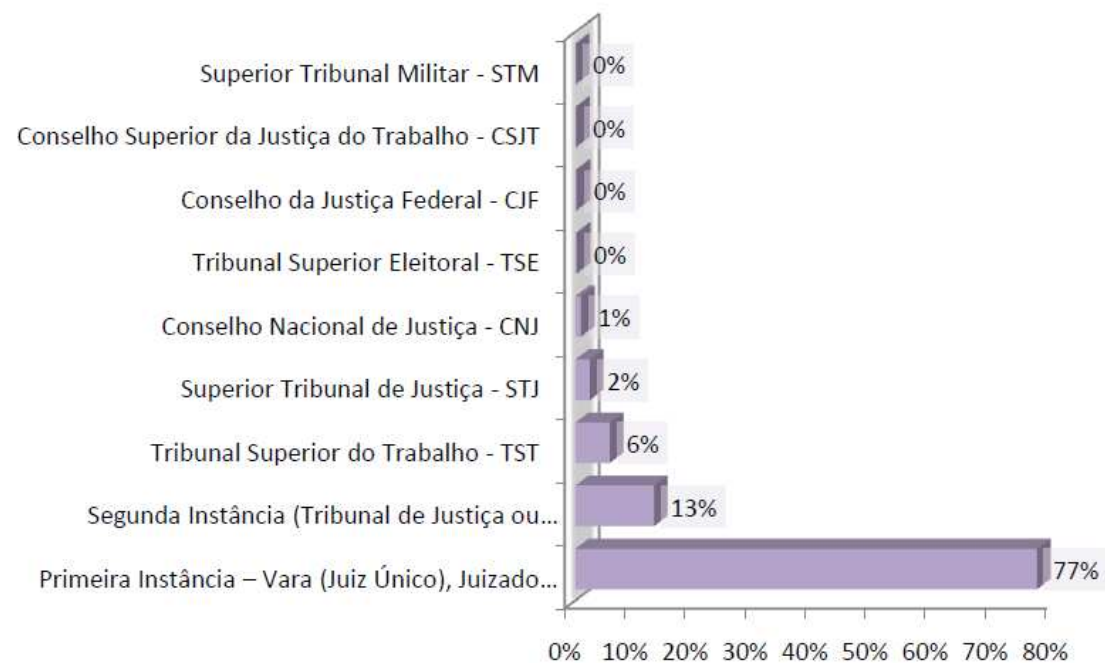
Total Geral

3. O órgão avaliado é:

Tabela 3 - O órgão avaliado é:

	Quantidade	%
Primeira Instância – Vara (Juiz Único), Juizado Especial, Fórum, Cartório Eleitoral, etc.	14.370	76,8%
Segunda Instância (Tribunal de Justiça ou Regional, Colegiado)	2.455	13,1%
Tribunal Superior do Trabalho - TST	1.080	5,8%
Superior Tribunal de Justiça - STJ	464	2,5%
Conselho Nacional de Justiça - CNJ	182	1,0%
Tribunal Superior Eleitoral - TSE	50	0,3%
Conselho da Justiça Federal - CJF	48	0,3%
Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT	31	0,2%
Superior Tribunal Militar - STM	28	0,1%
Total	18.708	100,0%

3. O órgão avaliado é:



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

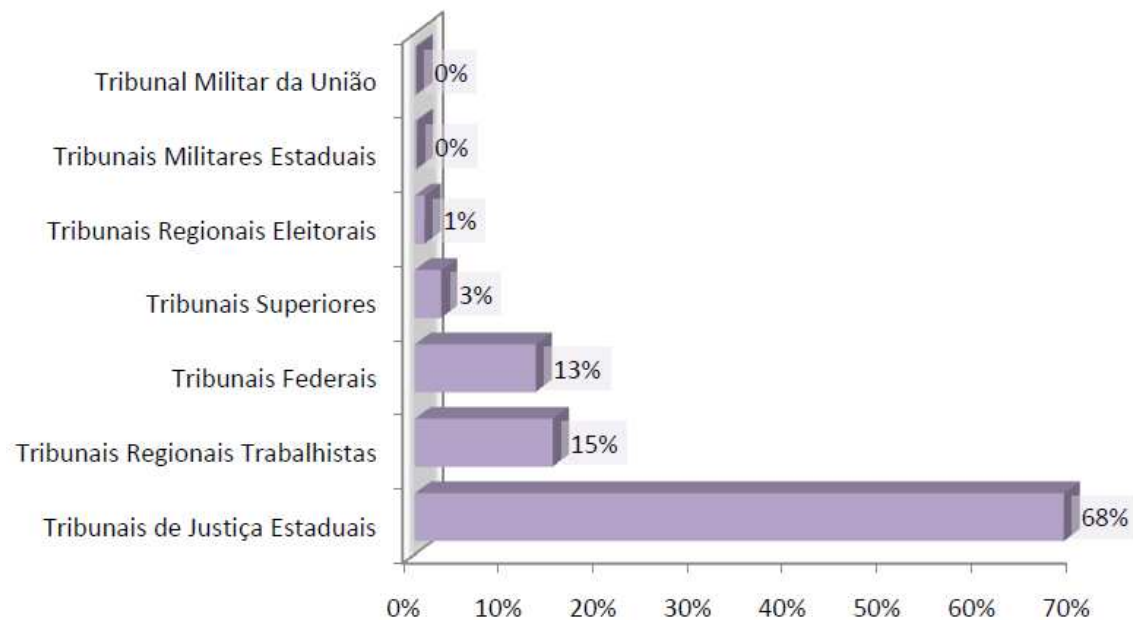
Total Geral

4. Do ramo:

Tabela 4 - Do ramo:

	Quantidade	%
Tribunais de Justiça Estaduais	12.813	68,5%
Tribunais Regionais Trabalhistas	2.719	14,5%
Tribunais Federais	2.385	12,7%
Tribunais Superiores	523	2,8%
Tribunais Regionais Eleitorais	199	1,1%
Tribunais Militares Estaduais	40	0,2%
Tribunal Militar da União	29	0,2%
Total	18.708	100,0%

4. Do ramo:



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

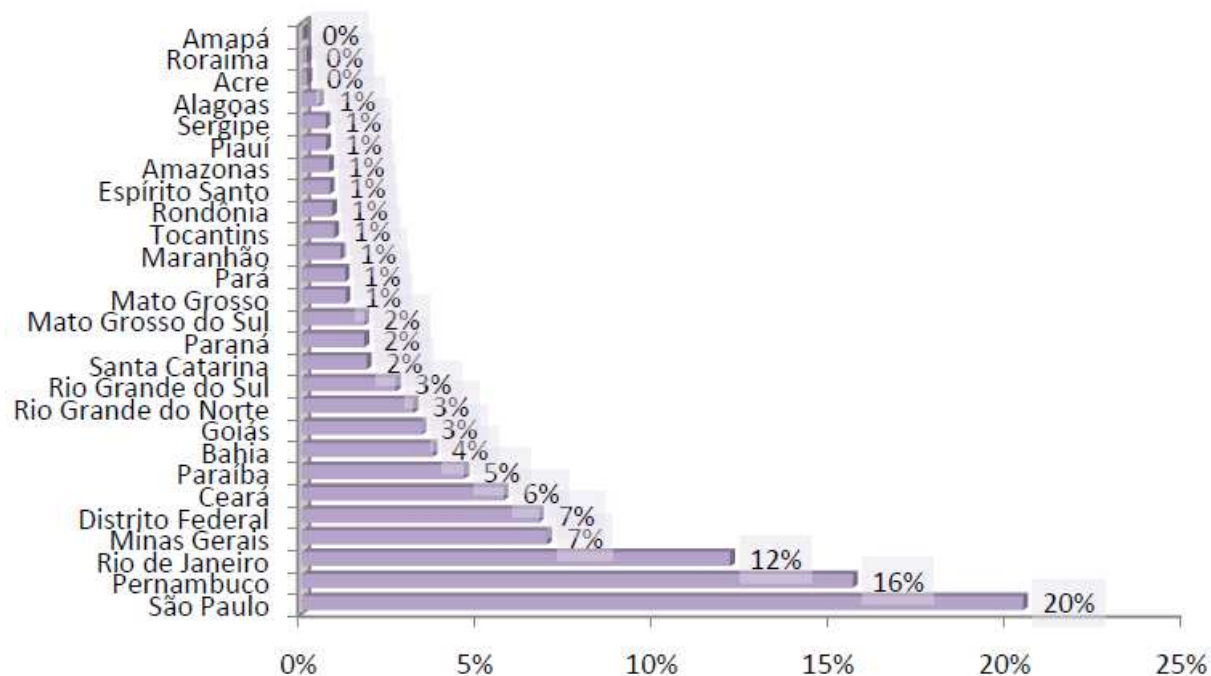
Total Geral

5. E fica localizado em:

Tabela 5 - E fica localizado em:

	Quantidade	%
São Paulo	3.826	20,5%
Pernambuco	2.922	15,6%
Rio de Janeiro	2.274	12,2%
Minas Gerais	1.304	7,0%
Distrito Federal	1.260	6,7%
Ceará	1.072	5,7%
Paraíba	864	4,6%
Bahia	696	3,7%
Goiás	639	3,4%
Rio Grande do Norte	594	3,2%
Rio Grande do Sul	501	2,7%
Santa Catarina	347	1,9%
Paraná	334	1,8%
Mato Grosso do Sul	333	1,8%
Mato Grosso	235	1,3%
Pará	230	1,2%
Maranhão	209	1,1%
Tocantins	176	0,9%
Rondônia	163	0,9%
Espírito Santo	151	0,8%
Amazonas	147	0,8%
Piauí	131	0,7%
Sergipe	130	0,7%
Alagoas	97	0,5%
Acre	32	0,2%
Roraima	31	0,2%
Amapá	10	0,1%
Total	18.708	100,0%

5. E fica localizado em:



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

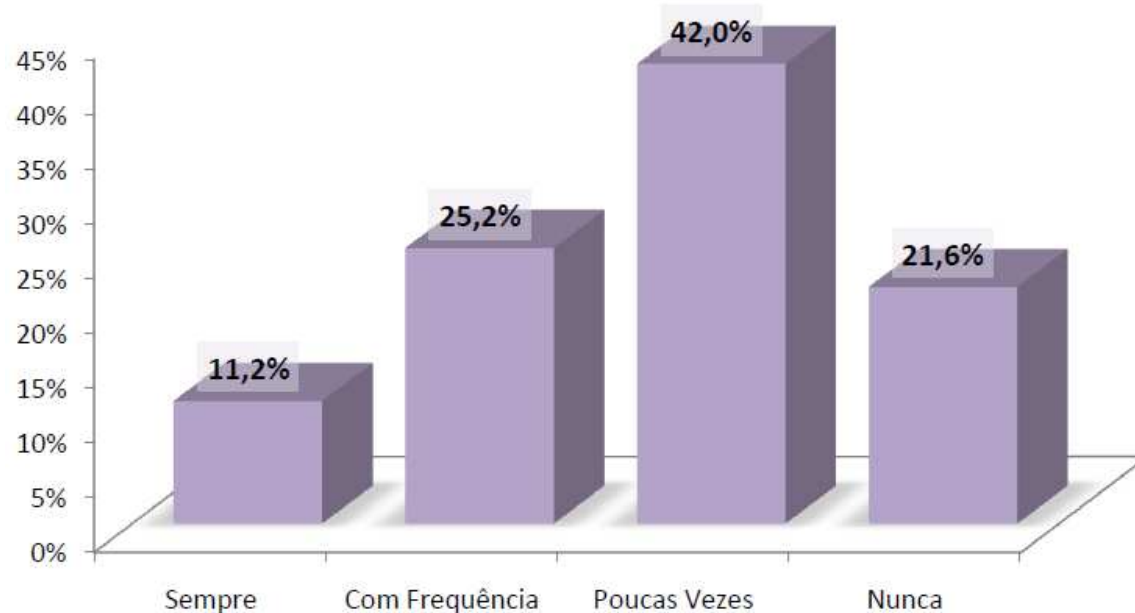
Total Geral

6. O atendimento é rápido, sem filas ou espera excessiva

Tabela 6 - O atendimento é rápido, sem filas ou espera excessiva

	Quantidade	%
Sempre	2.098	11,2%
Com Frequência	4.709	25,2%
Poucas Vezes	7.855	42,0%
Nunca	4.046	21,6%
Total	18.708	100,0%

6. O atendimento é rápido, sem filas ou espera excessiva



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

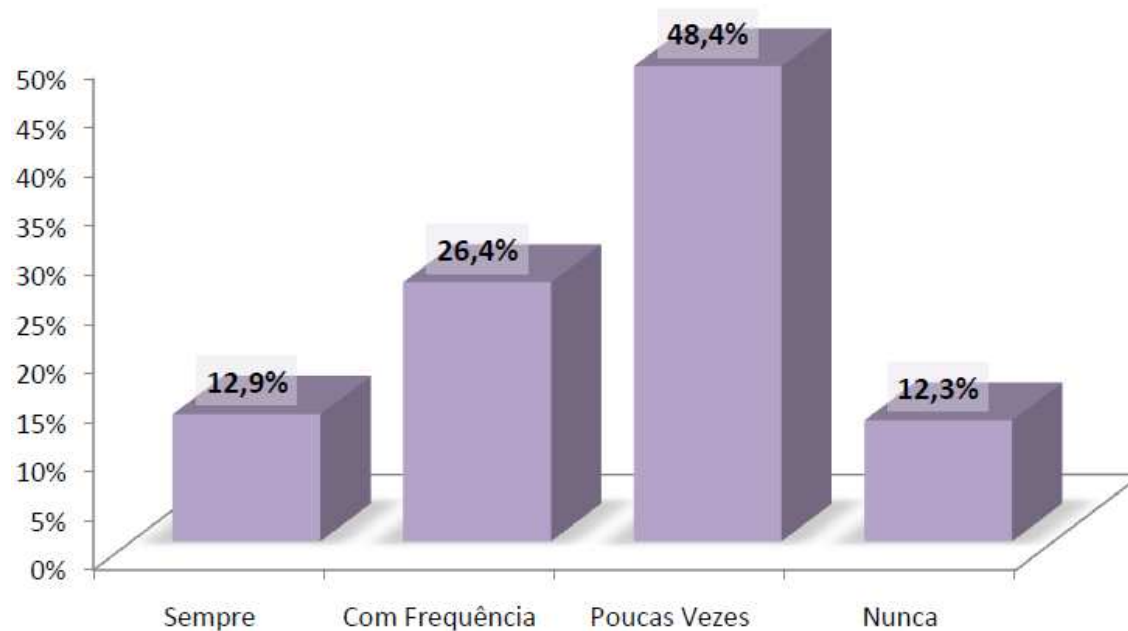
Total Geral

7. Há atenção e interesse em atender o usuário

Tabela 7 - Há atenção e interesse em atender o usuário

	Quantidade	%
Sempre	2.422	12,9%
Com Frequência	4.933	26,4%
Poucas Vezes	9.049	48,4%
Nunca	2.304	12,3%
Total	18.708	100,0%

7. Há atenção e interesse em atender o usuário



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

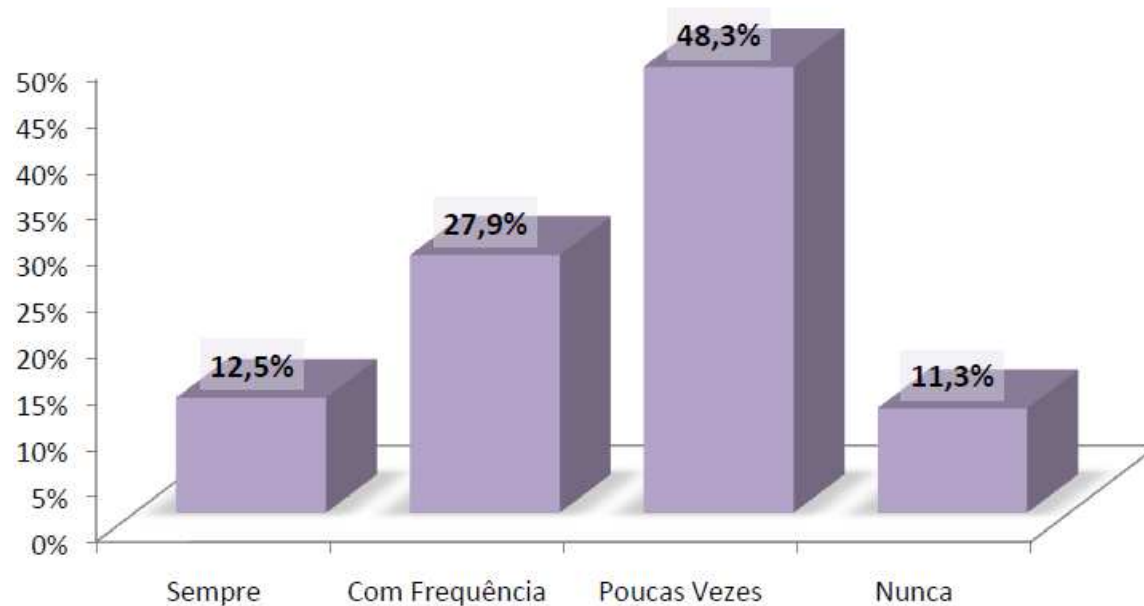
Total Geral

8. Os funcionários esclarecem corretamente dúvidas sobre o serviço

Tabela 8 - Os funcionários esclarecem corretamente dúvidas sobre o serviço

	Quantidade	%
Sempre	2.336	12,5%
Com Frequência	5.220	27,9%
Poucas Vezes	9.034	48,3%
Nunca	2.118	11,3%
Total	18.708	100,0%

8. Os funcionários esclarecem corretamente dúvidas sobre o serviço



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

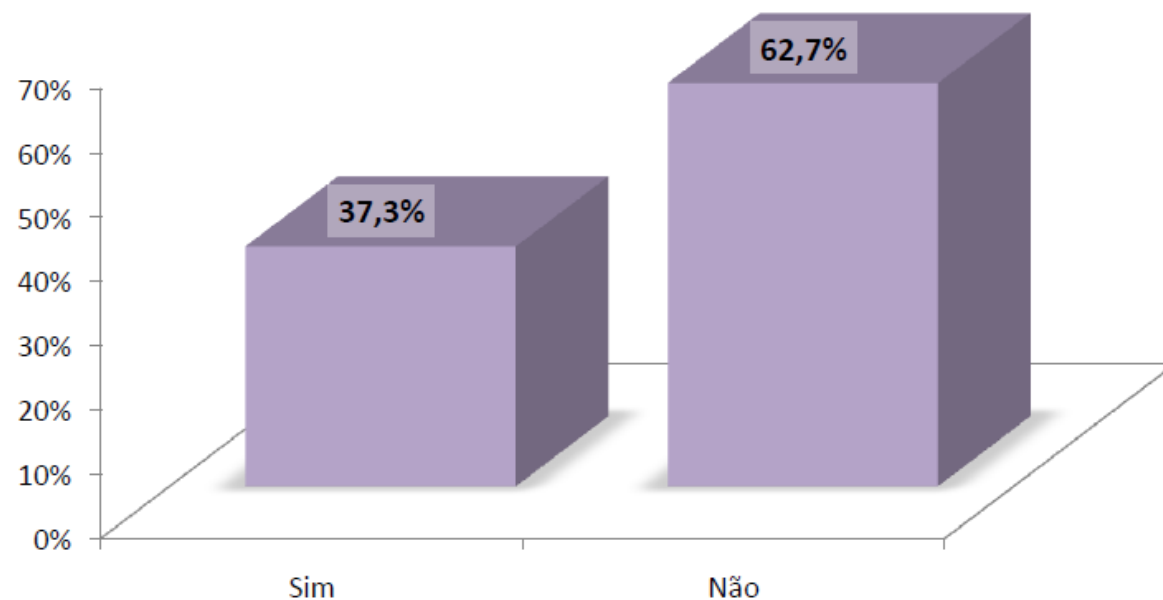
Total Geral

9. As audiências são realizadas no horário previsto

Tabela 9 - As audiências são realizadas no horário previsto

	Quantidade	%
Sim	6.978	37,3%
Não	11.730	62,7%
Total	18.708	100,0%

9. As audiências são realizadas no horário previsto



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

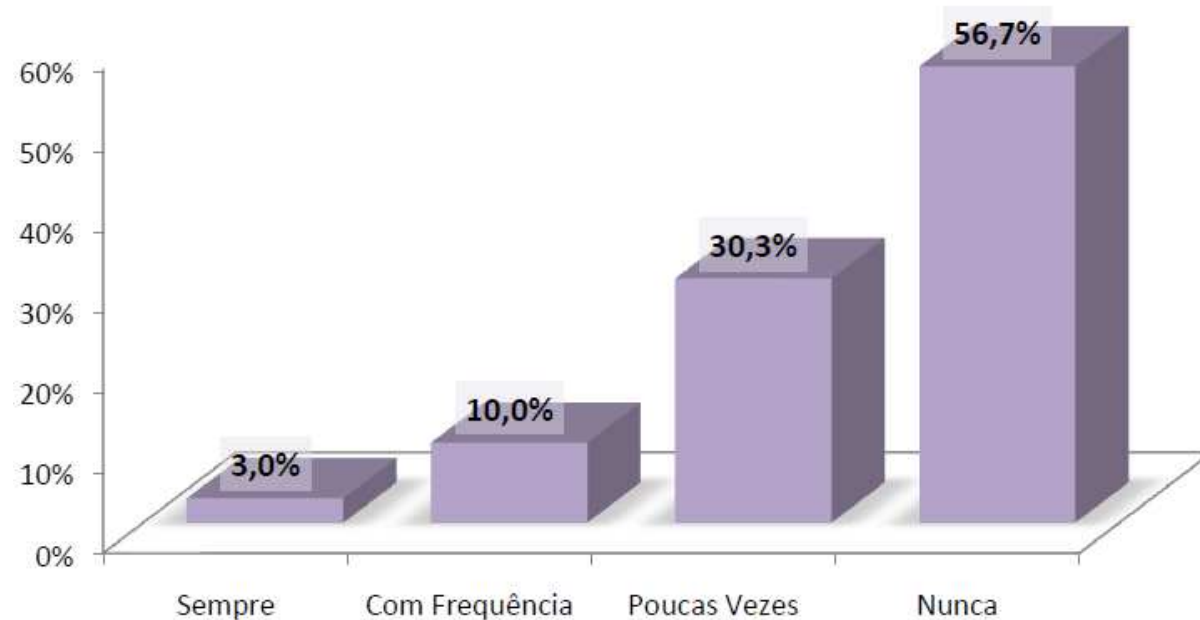
Total Geral

10. Os processos são concluídos no prazo previsto na forma da Legislação

Tabela 10 - Os processos são concluídos no prazo previsto na forma da Legislação

	Quantidade	%
Sempre	570	3,0%
Com Frequência	1.862	10,0%
Poucas Vezes	5.675	30,3%
Nunca	10.601	56,7%
Total	18.708	100,0%

10. Os processos são concluídos no prazo previsto na forma da Legislação



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

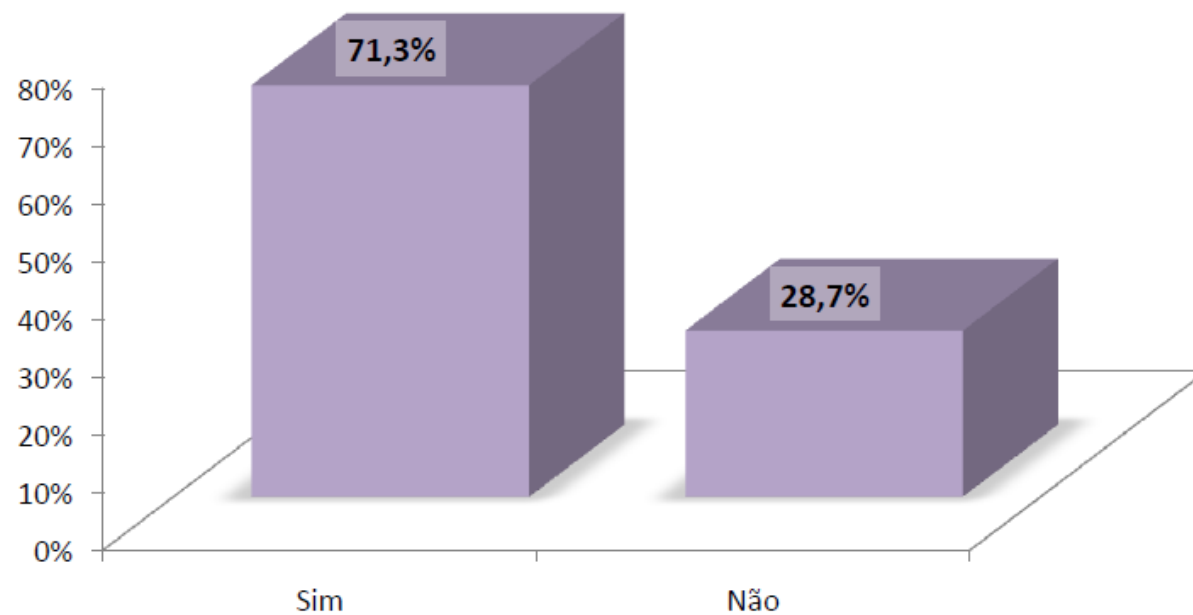
Total Geral

11. Os espaços são limpos e organizados

Tabela 11 - Os espaços são limpos e organizados

	Quantidade	%
Sim	13.332	71,3%
Não	5.376	28,7%
Total	18.708	100,0%

11. Os espaços são limpos e organizados



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

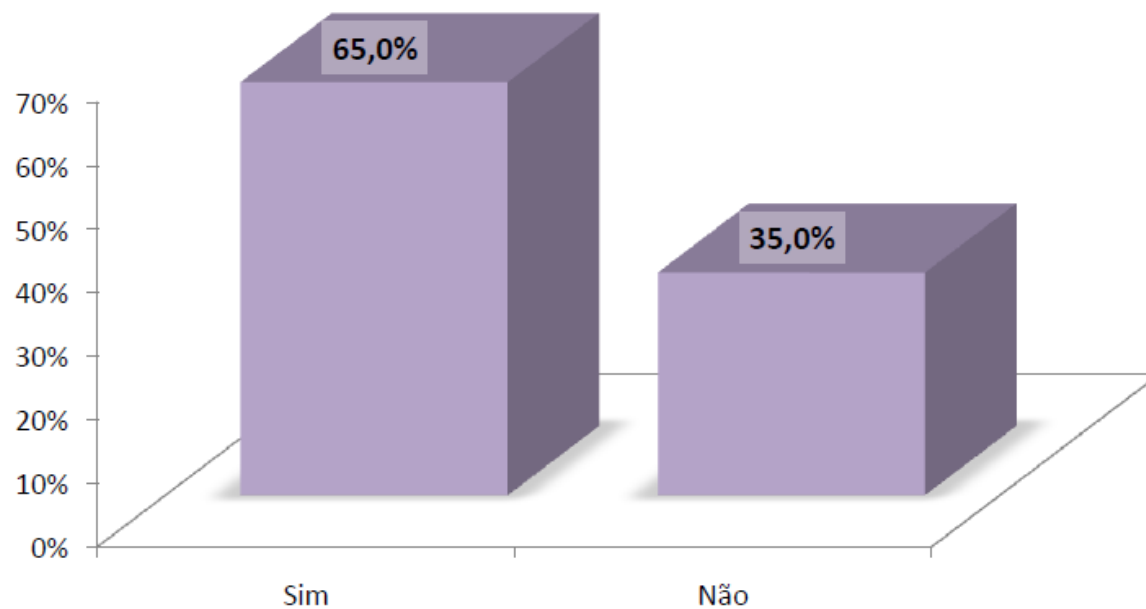
Total Geral

12. É fácil localizar-se e encontrar os setores internos

Tabela 12 - É fácil localizar-se e encontrar os setores internos

	Quantidade	%
Sim	12.157	65,0%
Não	6.551	35,0%
Total	18.708	100,0%

12. É fácil localizar-se e encontrar os setores internos



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

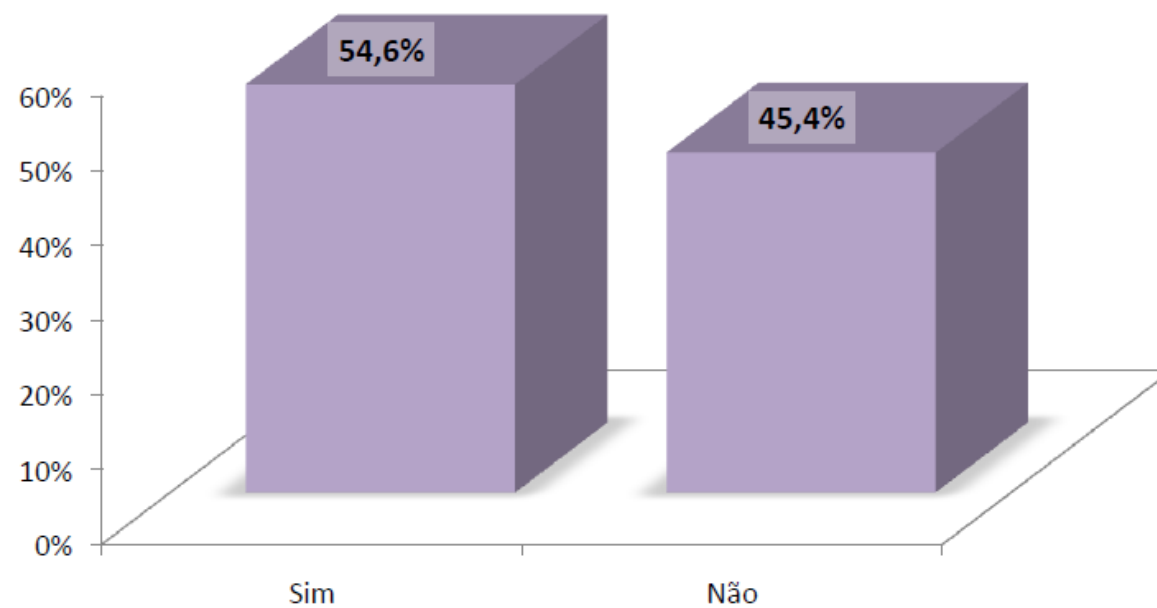
Total Geral

13. O ambiente é adaptado para pessoas com deficiências

Tabela 13 - O ambiente é adaptado para pessoas com deficiências

	Quantidade	%
Sim	10.209	54,6%
Não	8.499	45,4%
Total	18.708	100,0%

13. O ambiente é adaptado para pessoas com deficiências



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

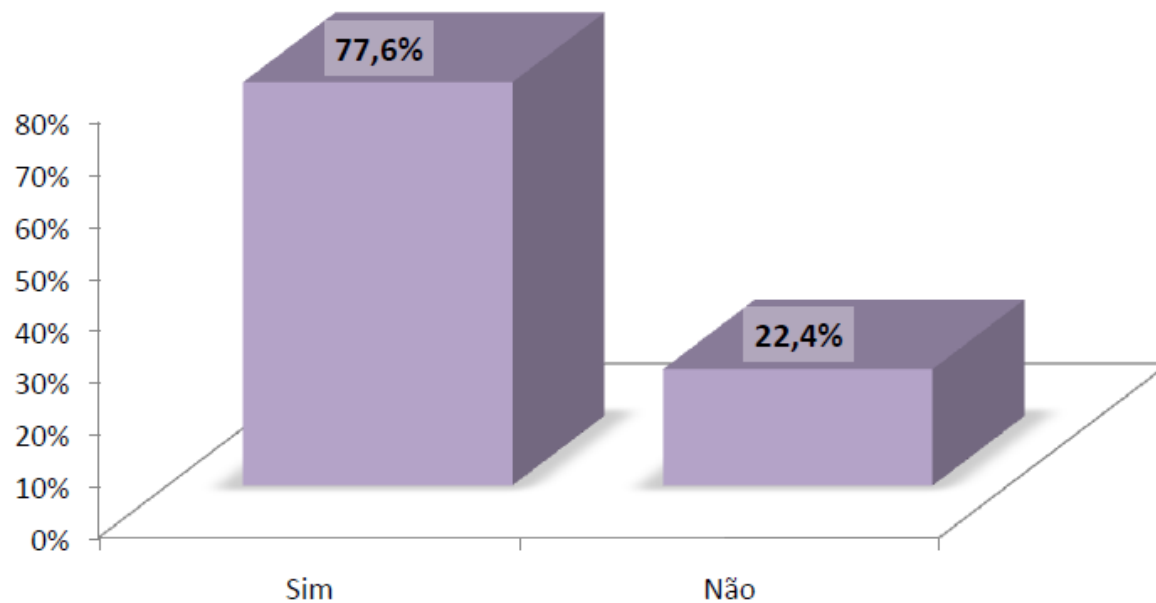
Total Geral

14. Há alternativas que facilitem o acesso aos serviços do órgão (internet, justiça itinerante, protocolo integrado, correio etc.)

Tabela 14 - Há alternativas que facilitem o acesso aos serviços do órgão (internet, justiça itinerante, protocolo integrado, correio etc -)

	Quantidade	%
Sim	14.517	77,6%
Não	4.191	22,4%
Total	18.708	100,0%

14. Há alternativas que facilitem o acesso aos serviços do órgão (internet, justiça itinerante, protocolo integrado, correio etc.)



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

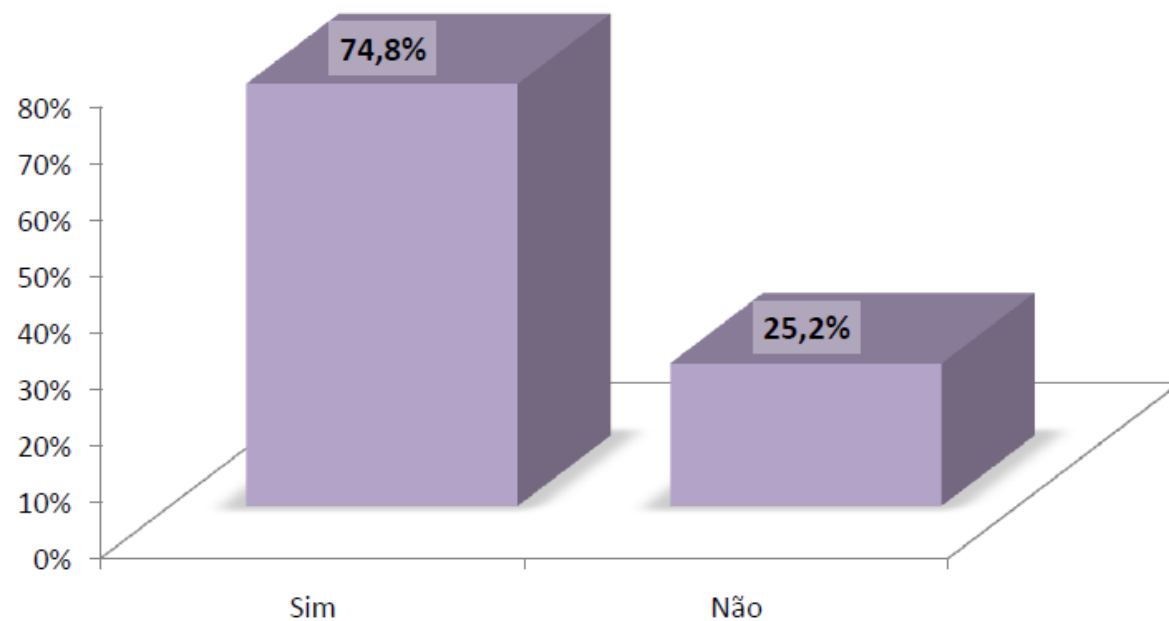
Total Geral

15. O portal do órgão na internet é simples de entender e usar

Tabela 15 - O portal do órgão na internet é simples de entender e usar

	Quantidade	%
Sim	13.987	74,8%
Não	4.721	25,2%
Total	18.708	100,0%

15. O portal do órgão na internet é simples de entender e usar



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

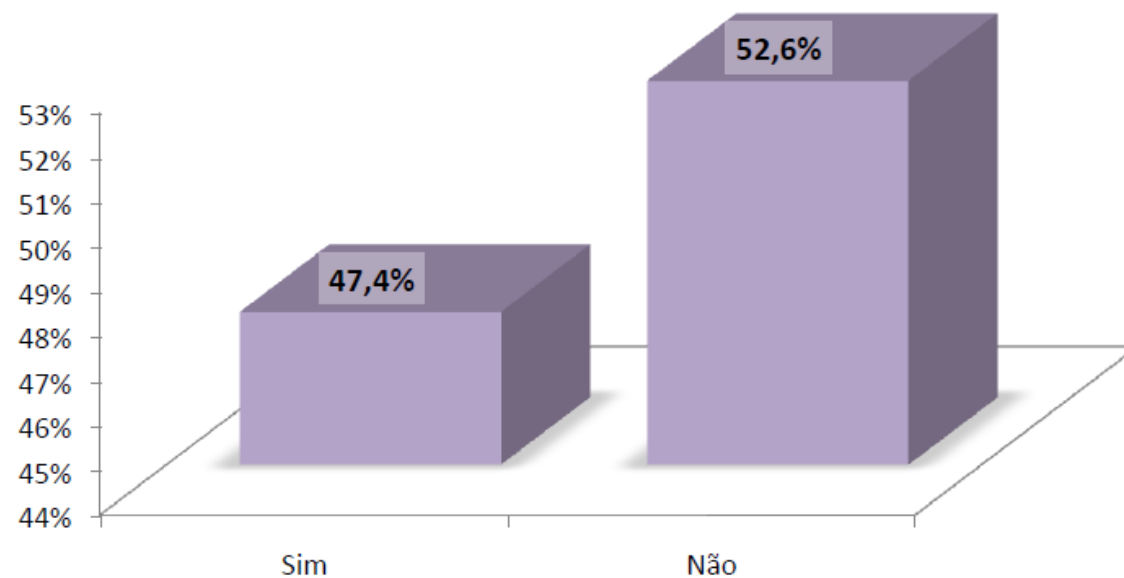
Total Geral

16. É fácil encaminhar sugestões, denúncias e reclamações ao órgão

Tabela 16 - É fácil encaminhar sugestões, denúncias e reclamações ao órgão

	Quantidade	%
Sim	8.870	47,4%
Não	9.838	52,6%
Total	18.708	100,0%

16. É fácil encaminhar sugestões, denúncias e reclamações ao órgão



QUESTIONÁRIO PESQUISA DE SATISFAÇÃO – USUÁRIOS

Total Geral

17. Ao usar um canal de contato, as respostas são dadas em tempo hábil

Tabela 17 - Ao usar um canal de contato, as respostas são dadas em tempo hábil

	Quantidade	%
Sim	6.579	35,2%
Não	12.129	64,8%
Total	18.708	100,0%

17. Ao usar um canal de contato, as respostas são dadas em tempo hábil

